



MOVIMENTOS SOCIAIS

E A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL EM ERECHIM

HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA
(ORGANIZADOR)



MOVIMENTOS SOCIAIS

E A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL EM ERECHIM

© Dos Autores, 2022

Os autores dos capítulos são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

Revisão

A revisão dos textos foi de responsabilidade dos autores.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Capa

Alex Antônio Vanin

Imagens da Capa

Acima, foto da Universidade Federal da Fronteira Sul de Erechim; abaixo, registro de Audiência Pública realizada em Erechim/RS em prol da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Imagem da 4ª Capa

Foto da Universidade Federal da Fronteira Sul de Erechim. Acervo Arquivístico da Universidade Federal da Fronteira Sul.

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M935 Movimentos sociais e a Universidade Federal da Fronteira Sul em Erechim [recurso eletrônico] / Humberto José da Rocha (Organizador). – Passo Fundo : Acervus, 2022. 10 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81266-25-7.

1. Movimentos sociais. 2. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Campus Erechim (RS). I. Rocha, Humberto José da, org.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

**HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA
(ORGANIZADOR)**

MOVIMENTOS SOCIAIS

E A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL EM ERECHIM



**PASSO FUNDO
2022**

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Humberto José da Rocha</i>	
MEDIAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	15
<i>Humberto José da Rocha</i>	
O COMBATE À POBREZA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: O PAPEL DA UFFS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	43
<i>Anacleto Zanella</i>	
ELA VIRÁ... SE A GENTE LUTAR!	55
<i>Jorge Valdair Psidonik</i>	
A UFFS E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	77
<i>Gabriel Tamanchieviz Argenton</i>	
UM SONHO EM CONSTRUÇÃO: A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (FROTHIM)	91
<i>Gabriela Carla Sychocky Solange Todero Von Onçay</i>	
MOVIMENTO INDÍGENA GUARANI: ESPACIALIDADE, “TERRA SEM MALES” E LUTA DOS POVOS ORIGINÁRIOS	105
<i>Leivi Pereira Heitor Antônio Paladim Júnior Matheus Fernando Mohr</i>	
PASTORAL DA JUVENTUDE: SEMENTE LANÇADA NAS VEIAS ABERTAS DO ALTO URUGUAI GAÚCHO	123
<i>Rocheli Koralewski Samuel Zambon Luís Fernando Côrrea da Silva</i>	

A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA E SEUS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS NO PROCESSO DE LUTA DE CLASSES <i>José Roque Rojas Jacir João Chies Isaac Giribet Bernat</i>	139
O MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE (MASTES) <i>Eleandro de Moraes Vieira Humberto José da Rocha</i>	155
A LUTA CONTRA A BARRAGEM DE MACHADINHO (1980) <i>Gabriel Tamanchieviz Argenton Humberto José da Rocha</i>	173
REDE AGROECOVIDA: TESSITURA DE NOVAS RELAÇÕES PRODUTIVAS <i>Vitor Lopes Matheus Fernando Mohr Naira Estela Roesler Mohr</i>	189
SOBRE OS AUTORES	215

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) tem uma estreita relação com os movimentos sociais, sobretudo aqueles que atuam na perspectiva da justiça social. A própria instalação da instituição na Fronteira Sul do Brasil é fruto de intensa mobilização social num cenário de oportunização política, que articulou movimentos sociais atuantes na região com uma disposição do governo federal em expandir o ensino superior para essa mesma região.

A formalização da universidade, através da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, permitiu a instalação de cinco *campus* nos três estados do Sul (Realeza e Laranjeiras do Sul, no Paraná; Chapecó, em Santa Catarina; Erechim, Cerro Largo no Rio Grande do Sul) e, posteriormente, um sexto *campus* na cidade gaúcha de Passo Fundo. O estabelecimento provisório do *campus* Erechim-RS no Santuário Nossa Senhora de Fátima é um dos indicativos da relação de mediação desde as primeiras mobilizações sociais até a conquista, de fato, da instalação da universidade, visto que a igreja católica é uma mediadora histórica de mobilizações sociais na fronteira sul do Brasil. Instalado o *campus* naquele

local, mesmo que provisoriamente, foi emblemático o painel fixado na entrada do santuário (Figura):



Figura 1. Painel na Entrada do Campus Provisório da UFFS em Erechim (2010). Fonte: Arquivo do autor.

A imagem ilustra uma relação de proximidade entre a UFFS e os movimentos sociais e foi nesse sentido que foi idealizado um Grupo de Pesquisa denominado “Movimentos Sociais na Fronteira Sul”, instituído em 2015 na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e cadastrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse Grupo de Pesquisa reúne docentes, técnicos-administrativos em educação (TAEs), discentes e organizações da comunidade regional no sentido de discutir as mobilizações sociais sob diferentes perspectivas disciplinares e campos sociais. A partir do Edital nº 270/GR/UFFS/2020, de “Fomento à Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação e Fomento à Pesquisa com Ênfase na Pós-Graduação Stricto Sensu da UFFS”, o Grupo de

Pesquisa mobilizou-se, propondo um projeto que articulasse a temática dos movimentos sociais e da universidade, tendo a mediação como mote teórico-metodológico.

O objetivo geral dessa iniciativa está articulado sobre dois horizontes: ao passo em que a iniciação científica insere jovens pesquisadores no campo da pesquisa científica, a temática dos movimentos sociais avança em um dos pontos caros ao processo social, especialmente no sul do Brasil, que é a mediação. Metodologicamente, há a inserção de novos pesquisadores e um consequente refinamento das práticas de pesquisa; institucionalmente, tem-se um fortalecimento do campo da pesquisa, bem como uma prospecção de futuros alunos de pós-graduação; finalmente, esses elementos convergem para um retorno social a partir do aprofundamento e qualificação de estudos de forma a compreender o cenário de complexidade social da contemporaneidade.

A dinâmica de trabalho deste projeto aconteceu mediante encontros periódicos do grupo com o objetivo de discutir de forma articulada diferentes temáticas dos movimentos sociais e da universidade sob a perspectiva da mediação. Os encontros alternaram estudos teóricos com experiências dos participantes nos diferentes movimentos sociais, com os quais se relacionam, tanto sob a perspectiva da militância quanto do conflito. Para além da reflexão acerca da mobilização social e da própria vida acadêmica, o projeto estabeleceu como produtos concretos a publicação dos resultados mediante a participação em eventos acadêmicos e sociais, bem como a publicação desta coletânea.

Os textos que compõem este livro são de naturezas distintas, mesclando discussões teóricas de fundo com relatos de experiências dos participantes. A ideia central é proporcionar, sobretudo, aos alunos a oportunidade de pensar a prática militante conjugada com a prática acadêmica, logo, os alunos são autores dos

textos contando com a orientação de docentes para essa relação acadêmica-militante.

Sobre essa relação academia/militância, convém algumas ressalvas mesmo que não seja este o objetivo desta apresentação. Quando questionada a (im)parcialidade da prática acadêmica, assim como acontece com a educação básica, sobretudo em relação ao campo das humanidades, defende-se uma prática vulgarmente chamada de “neutra”, “sem viés ideológico”, “apartidária”. Ocorre que a questão está mal colocada, pois parte de uma pretensa neutralidade que, em realidade, tornaria a análise social estéril, resumida à mera narrativa, afastada do intento maior que é a problematização dos fatos sociais e da história. Além disso, a distinção clara entre análise acadêmica e militância política precisa estar sempre no horizonte do pesquisador ou professor militante. A fortaleza de ambos, do professor pesquisador e do militante, está na honestidade do primeiro ao apresentar diferentes pontos de vista de forma a capacitar seus alunos, o que, concomitantemente, é fundamental para aperfeiçoar a sua prática militante fora da sala de aula, quando será passível de um viés político.

Sob essa perspectiva é que organizamos esta coletânea, reunindo análises teóricas e relatos de práticas militantes, considerando que este projeto é um passo inicial para a discussão dessa relação academia/militância. Além dessa breve apresentação, abrimos a coletânea com uma análise teórica da ideia de mediação nos movimentos sociais, discutindo o conceitual e seus desdobramentos sob perspectivas da circularidade cultural e intelectualidade orgânica no texto intitulado “*Mediação nos movimentos sociais*”.

Estabelecida essas linhas gerais que corresponderam às primeiras discussões no âmbito do projeto, estruturam-se três blocos de trabalhos: um primeiro sobre o processo de luta para a instalação da UFFS, um segundo sobre alguns dos movimentos que

compuseram essa luta e o último sobre discussões de experiências de mediações que articulam movimentos sociais e universidade.

No primeiro bloco de trabalhos, militantes, alunos e docentes que participaram do projeto analisam sob diferentes vieses o processo de instalação da universidade levando em conta a mobilização social.

Com o objetivo de contextualização da discussão, no texto intitulado “*O combate à pobreza na Fronteira Sul do Brasil: o papel da UFFS e dos Movimentos Sociais*”, Anacleto Zanella apresenta o quadro social da região da Fronteira Sul do Brasil para que, a partir deste contexto, discuta-se o sentido da implantação de uma universidade pública na região.

No trabalho intitulado “*Ela virá... se a gente lutar!*”, Jorge Valdair Psidonik apresenta um relato de experiência em primeira pessoa (singular e plural). O texto traz uma narrativa sobre o processo de luta, conquista e instalação da UFFS em que, mediante uma linguagem simples, é possível perceber a fenomenologia do processo que, na perspectiva do autor – militante e servidor da Universidade –, ainda está em curso.

Na mesma linha, o texto de Gabriel Tamanchieviz Argenton, intitulado “*A UFFS e a atuação dos movimentos sociais*”, retoma o processo de implantação da universidade, reiterando a proximidade com os movimentos sociais. O texto permite perceber a relação entre movimento social e universidade analisada sob a luz do processo educativo em diferentes níveis.

Fechando o bloco sobre o processo de instalação da UFFS na Fronteira Sul do Brasil, o texto de Gabriela Carla Sychocky e Solange Toledo Von Oncay, denominado “*Um sonho em construção: a Universidade Federal da Fronteira Sul (Erechim)*”, discute, sobretudo, o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens

(MAB) nesse processo, chamando a atenção para a necessidade da continuidade da mobilização.

No bloco seguinte de três trabalhos, os textos voltam a atenção para alguns dos movimentos que estiveram na luta pela instalação da universidade na região (Indígena, MST, Pastoral da Juventude) e que, na sequência do processo, com a universidade em funcionamento, fazem parte de ações de ensino, pesquisa e extensão da universidade.

No texto intitulado “*Movimento Indígena Guarani: espacialidade, “Terra sem males” e luta dos povos originários*”, os autores Leivi Pereira, Heitor Antônio Paladim Júnior e Matheus Fernando Mohr retomam a trajetória do povo indígena Guarani da Terra Indígena do Mato Preto. O processo de luta e resistência desse povo articula a terra e a educação num processo em que a UFFS passa a ter lugar pelo fato do expressivo número de indígenas em seus cursos, sobretudo, da Educação do Campo.

O trabalho seguinte, “*Pastoral da Juventude: Semente lançada nas veias abertas do Alto Uruguai Gaúcho*”, escrito por Rocheli Koralewski, Samuel Zambon e Luís Fernando Côrrea da Silva, analisa o estabelecimento e a ação da Pastoral da Juventude no sentido da mobilização social na região de forma que é possível identificar reflexos das ações da PJ na região, sobretudo, no processo de instalação da universidade.

No texto intitulado “*A construção do Movimento Sem Terra e seus princípios organizativos no processo de luta de classes*”, os autores José Roque Rojas, Jacir João Chies e Isaac Giribet Bernat retomam elementos fundamentais da estruturação desse movimento social a partir do sul do Brasil, relacionando com uma plataforma de lutas que identifica o campo progressista no cenário de mobilizações contemporâneas.

O último bloco de três trabalhos articula movimentos sociais e universidade de forma a discutir experiências correspondentes a mediações que estiveram na estruturação desses movimentos, mas que servem para compreender tanto a participação desses movimentos na estruturação da universidade quanto as ações desta no campo progressista.

No trabalho que abre o bloco, Eleandro de Moraes Vieira e Humberto José da Rocha discutem o processo de formação do “*Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES)*”, que redundou na consolidação do MST, considerando a mediação para a mobilização de luta pela terra no Paraná da década de 1980.

Com o mesmo recorte temporal, todavia, versando sobre o norte do Rio Grande do Sul, o texto de Gabriel Tamanchieviz Argenton e Humberto José da Rocha, cujo título é “*A luta contra a barragem de Machadinho (1980)*”, também analisa outro caso emblemático de mediação que consolidou o MAB a partir da região, refletindo em mobilizações futuras, inclusive, a mobilização em prol da instalação da UFFS na região.

Fechando o bloco, o texto escrito por Vitor Lopes, Matheus Fernando Mohr e Naira Estela Roesler Mohr aborda uma questão central desde a mobilização, constituição e proposta da UFFS. No trabalho intitulado “*Rede AGROECOVIDA: tessitura de novas relações produtivas*”, os autores discutem uma forma de mobilização em rede que articula grupos e ações no sentido da agroecologia como contraposição ao modelo hegemônico de agricultura vigente no Brasil.

Esses processos de mobilizações sociais, movimentos envolvidos e as experiências que se desdobram a partir da instalação da universidade – é importante que se registre – superam em muito o que se apresenta essa coletânea. Como resultado deste projeto de iniciação científica que promoveu a articulação

de militantes, técnicos, docentes e especialmente de discentes, propõe-se uma discussão no sentido da importância da constância de ideias fundamentais para a identidade da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Boa leitura!

Humberto José da Rocha

MEDIAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Humberto José da Rocha

A mediação é inerente às relações sociais e aos estudos na área das Ciências Humanas em diferentes medidas. No que diz respeito aos movimentos sociais, especialmente no campo, ações de mediação podem ser percebidas em diversos momentos do processo histórico, podendo-se até especular sobre a impossibilidade de haver movimento social sem mediação.

A polissemia do termo e a natural interdisciplinaridade implicada, ao mesmo tempo que ajudam na compreensão da dinâmica da vida social, podem remeter à banalização conceitual ou à simplificação das análises sobre relações sociais complexas. Como ponto de partida e mesmo pano de fundo para o que será aprofundado ao longo do texto, convém uma conceituação mínima do que entendemos por mediação neste trabalho, o que fazemos adotando a perspectiva de Bruno Latour. Nas duas obras que referenciamos, o autor parte da “noção de tradução ou rede”, a qual justifica por entender ser “mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade” (LATOURE, 1994, p. 9). Nessa ideia de rede, o

local e o global são recíprocos, complementares. O autor faz uma analogia com uma ferrovia a qual seria local e global ao mesmo tempo, pois, “só há caminhos contínuos para nos transportar do local ao global, do circunstancial ao universal do contingente ao necessário se pagarmos o preço das baldeações” (LATOURE, 1994, p. 115). Essas “baldeações” são o que permitem passagens contínuas do local ao global, conferindo importância aos “agenciamentos intermediários” que acontecem nas linhas de força dessa rede (LATOURE, 1994, p. 118-120).

O termo “intermediário”, utilizado apenas para localizar o ponto em que a linha de força altera sua natureza ante a complexidade na perspectiva da rede social, cede espaço ao conceito de “mediador”. Latour esclarece essa diferença, destacando que, enquanto o primeiro “transporta significado ou força sem transformá-los” (LATOURE, 2012, p. 65), mantendo as relações praticamente inalteradas, o segundo é mais complexo e reforça a mesma complexidade à rede social:

Os mediadores, por seu turno, não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhum, por vários ou uma infinidade. O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. Não importa quão complicado seja um intermediário, ele deve, para todas as propósitos práticos, ser considerado como uma unidade - ou nada, pois é fácil esquecê-lo. Um mediador, apesar de sua aparência simples, pode se revelar complexo e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos a seu papel (LATOURE, 2012, p. 65).

A “Teoria do Ator-Rede”, que Bruno Latour desenvolve como proposta para análise do social, ademais, envolve outros conceitos, tais como “hibridismo” e “intermezzo”, que passam ainda por uma discussão da própria prática do pesquisador. Dessa forma, sobretudo, com vista a um cenário social tecnológico, em que as relações espaço-temporais são aceleradas, logo, complexificadas, o autor chama a atenção para o fato de que o grande ponto a ser analisado na sua teoria do “ator-rede” está justamente nesse hífen que estabelece ligação e sentido entre ambos, aí estaria o epicentro da mediação.

Tendo essa conceituação genérica como pano de fundo, a intenção deste trabalho é apresentar elementos para pensar a mediação nos movimentos sociais no campo. Estipulamos, como recorte temporal aproximado para a discussão, os anos entre 1930 e 1980, por entendermos que esse período, a partir da ação sistemática dos mediadores, corresponde a um processo de sistematização e estabelecimento de consciências sociais que estruturaram movimentos sociais clássicos.

Concebemos a discussão em quatro partes subsequentes. Primeiro, fazemos o que chamamos de *limpeza do terreno*, tratando a mediação na perspectiva dos movimentos sociais no campo, de forma a distinguir sentidos que consideramos oblíquos às pretensões conceituais. Disso, apresentamos elementos constituintes e um recorte histórico para o termo para que possamos definir um conceito fundamental. Estabelecido um conceito mínimo, as duas outras partes discutem, respectivamente, as ideias de verticalidade e circularidade na perspectiva da história cultural e, depois, a interioridade e a externalidade na perspectiva da consciência de classe.

UMA APROXIMAÇÃO SOBRE A IDEIA DE MEDIAÇÃO

“Na vida social, o que não é mediação?” Essa indagação, com a qual Neves (2008a, p. 21) abre um de seus trabalhos sobre o tema, sintetiza a variedade de possibilidades teóricas e metodológicas possíveis quando da abordagem do tema da mediação. A interdisciplinaridade da discussão é natural. A perspectiva sociológica, interacionista e cultural das Escolas de Chicago e de Frankfurt, a filosófica-cultural e a historiográfica-cultural são contribuições fundamentais, apenas para mencionar as mais próximas à discussão que ora empreendemos. A própria teoria das mobilizações sociais é transpassada por elementos de mediação. As perspectivas da mobilização de recursos, da mobilização política, dos novos movimentos sociais ou da sociologia latino-americana desenvolvem as análises considerando possibilidades, rivalidades, alianças, avanços e recuos em relação a outros agentes em escalas estruturais e conjunturais que implicam decisivamente mediações.¹

Essa riqueza conceitual e metodológica também pode representar um complicador quando se pretende discutir a mediação sob uma perspectiva específica. Nessa proposta de “limpar o terreno” e delimitar a discussão, sem desconsiderar as perspectivas antes mencionadas, tomamos, como ponto de partida, o trabalho de Martín-Barbero (1997, p. 17), quando o autor propõe discussões que escapem do que ele chama de “chantagem culturalista” e dos inevitáveis processos de “degradação cultural”. O importante para esse autor é ir além da relação de dominação e manipulação analisada através do exame dos meios de comunicação. No trabalho em que discute “dos meios às mediações”, o autor resgata a trajetória teórica dessa relação e propõe uma mudança metodológica segundo a qual “o eixo do debate deve se deslocar

¹ Sobre essas perspectivas teóricas, ver Gohn (1997) e Alonso (2009).

dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258).

Embora a temática da mediação permeie as discussões desde os primeiros estudos nas diferentes áreas das Ciências Humanas, Novaes (1994, p. 179) registra que foi a partir da década de 1970 que esse tema entrou para o vocabulário dos estudiosos da questão agrária no Brasil. A autora questiona se “o uso desse recurso teórico tem permitido compreender mais acerca das relações sociais no campo ou as tem ‘naturalizado’ levando a uma economia de reflexão” (NOVAES, 1994, p. 177). Como caminho para essa questão, ela faz uma advertência, que se impôs como um objetivo para nosso trabalho, ao afirmar que “é preciso atentar para o perigo de, ultrapassando a polissemia, chegar à banalização de seu uso sem estabelecer seu *status* teórico” (NOVAES, 1994, p. 183).

Na busca por esse *status* teórico, mesmo que aproximado, adotaremos a estratégia de Signates (1998), o qual, ao estudar o conceito de mediação no campo da comunicação, começou explicando o que “não é” mediação para tentar estabelecer um conceito. Ainda que tratemos de movimentos sociais no campo, a perspectiva do autor aproxima-se desta ao estabelecer um sentido de mediação que não pode ser confundido com “intermediação”, “filtro” ou “intervenção” (SIGNATES, 1998, p. 40-41). Adequando as distinções feitas pelo autor no campo da comunicação e para além de um mero jogo de palavras, a mediação na perspectiva dos movimentos sociais não pode ser confundida com “intermediação”, pela possibilidade de sugestão de grupos preexistentes a partir dos quais um terceiro grupo atuaria de maneira a equalizar as diferenças. A mediação nos movimentos sociais também não significa “filtro”, porque, assim, pode sugerir

a ideia de que algum grupo conduz as relações mediante manipulação dos conteúdos. Tampouco significa “intervenção”, pelo risco de interpretação da ação segundo um controle arbitrário de um grupo sobre outro no processo.

Paradoxalmente, a busca pelo delineamento conceitual aponta para um alargamento do sentido do termo mediação. Ao apresentar a discussão sobre “mediação, cultura e política”, Velho e Kuschnir (2001) resgatam o fundamento do interacionismo para assinalar que “uma das tarefas importantes para o pesquisador é identificar situações e contextos mais ou menos possíveis à atividade mediadora”. O aspecto situacional implica que, para os atores sociais, “as decisões e escolhas dão-se em um campo de possibilidades sociocultural, entremeado de relações de poder” (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p. 9). Esse viés situacional não pressupõe uma ação única ou isolada, mas um “contínuo processo de negociação da realidade, escolhas são feitas tendo como referência sistemas simbólicos, crenças e valores, em torno de interesses e objetivos materiais e imateriais dos mais variados tipos” (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p. 10). Isso posto, os autores consideram elementos processuais, situacionais, simbólicos, de interesses e poder, os quais fazem da mediação “uma ação social permanente, nem sempre óbvia, que está presente nos mais variados níveis e processos interativos” (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p. 10).

Essa amplitude da ação mediadora que Velho e Kuschnir (2001) defendem, no sentido teórico geral, pode ser verificada em estudos na temática dos movimentos sociais no campo. O trabalho de Ferrante (1994) sobre a mediação em um cenário de modernização no interior paulista reúne boias-frias, Sindicato, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e antagonistas. No que se refere ao aspecto teórico-metodológico, é importante quando a autora conclui que “fica configurada a dificuldade de ser institucionali-

zada uma determinada identidade social, assim como fica provada a falência dos modelos que analisam agentes e mediadores por atributos de um dever ser” (FERRANTE, 1994, p. 143).

Essa dificuldade de enquadrar a ação ou um mediador aparece também no trabalho de Torrens (1994) sobre a mudança na postura política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir da interação com mediadores tais como Sindicato, Igreja, CPT, Organizações Não Governamentais (ONGs), Estado e organizações patronais. O autor analisa que, desde o surgimento, passando pela consolidação e autonomia do movimento social, os mediadores que contribuíram para a viabilidade do nascimento do movimento terminaram participando em espaços de atuação cada vez mais restritos e pontuais pelas diferenças de posição, chegando a haver no movimento um concorrente pelo capital político no campo. Corroborando essa amplitude teórico-metodológica, o autor assinala que essa mudança de rumo dos atores sociais a partir da mediação é percebida desde as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) nos anos 1950 e 1960. E mesmo o fato de os mediadores estarem mais coesos politicamente nos anos 1980 (em função do Partido dos Trabalhadores) não permite previsibilidade nos resultados da ação mediadora (TORRENS, 1994, p. 153-154).

Essa primeira *limpeza do terreno* tratou de considerar a pluralidade de possibilidades teórico-metodológicas, bem como descartar tentativas de enquadramentos restritivos como “intermediação”, “filtro” e “intervenção”, além de admitir a imprevisibilidade dos resultados dos processos de mediação de forma a evitar a ideia de verticalização e subordinação entre mediador e mediado. Isso posto, podemos, inicialmente, tomar a mediação enquanto uma unidade de análise, com base na qual compreendemos espaços, atores e possíveis desdobramentos sociais, sendo que “a unidade

de análise fundamental recai sobre as operações que produzem a interligação e as representações construídas para tal fim” (NEVES, 2008b, p. 39). Desse modo, estamos afastando esquemas rígidos de análise que pressuponham condicionamentos e antecipações, ao passo que admitimos diferentes possibilidades segundo as relações de poder que configuram essas unidades de análise.

Distinguimos o que entendemos como mediação das ideias recorrentes de “intermediação”, utilizada nas mediações de conflitos, e de “filtro” e/ou “intervenção”, no sentido da seleção e controle social através da informação. Além disso, evidenciamos a perspectiva situacional, segundo a qual relações de poder conferem imprevisibilidade aos desdobramentos dos processos de mediação. Feita essa *limpeza de terreno*, procuraremos delimitar uma unidade de análise, o que faremos apresentando um conceito mínimo e alguns elementos constituintes, a relação com a ideia de *práxis* e o enquadramento temporal desse conceito no que diz respeito aos movimentos sociais no campo.

Avançando na conceituação do que podemos entender como mediação, é interessante o que propõe Regina Reyes Novaes (1994, p. 178) ao dizer que, em todas as formas de mediação, “todos se propõem a ser ponte, estar entre, fazer meio de campo. Fazer mediação é traduzir, e/ou introduzir falas, linguagens...”. Tomando esse conceito como ponto de partida, convém, desde já, esclarecer que esse “estar entre” não significa a suposição de mundos hierarquizados. O que temos é uma coexistência complexa de agentes e situações nas quais os mediadores procuram conferir o máximo de inteligibilidade para as falas e linguagens, sem que isso signifique verticalização dos agentes, tampouco garantias *a priori* de liberdade ou dominação. Para além dessa conceituação mínima, é importante elencar alguns elementos constituintes que vão ao encontro das restrições anteriores e con-

ferem maior funcionalidade ao conceito. A partir das ideias de Neves (2008b), consideraremos três elementos principais: *situação, reciprocidade e pedagogia*.

A natureza *situacional* da mediação resgata premissas dos estudos sobre interacionismo desenvolvidos no âmbito da Escola de Chicago. Nas palavras de Neves (2008b, p. 22-23), “reafirma-se a exigência de qualificação dos espaços de abrangência, que são contextuais, datados e situados, impregnados por representações sociais que os agentes (mediados e mediadores) são construtores e portadores”. Essa contextualização das significações afasta o perigo da generalidade e permite pensar a mediação de forma processual, tal como nos referimos anteriormente sobre o caso do MST.

A *reciprocidade* é um elemento importante por relativizar as diferenças entre os envolvidos na ação mediadora. Por reunir atores com horizontes culturais distintos, Neves (2008b, p. 35) destaca a necessidade de “elaboração de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores do espaço social da mediação”. Essa reciprocidade serve também para evitar a verticalização dos atores, conferindo papel de protagonismo não só para mediadores, mas como para mediados, evitando a dualidade ativo/passivo.

A natureza *pedagógica* da mediação advém da ideia de que “toda a mudança de posição social se objetiva por um trabalho educativo” (NEVES, 2008b, p. 36). A autora assinala que essa natureza pedagógica é normalmente considerada pelo viés do mediador que ensina e do mediado que aprende. Todavia, chama a atenção para o fato de que o mediador, ao realizar a sua prática, tem a oportunidade de rever suas próprias contradições, implicando um processo de aprendizagem mútuo.

Esses elementos servem para enriquecer o conceito inicial, permitindo considerar a mediação como um trabalho pedagógi-

co recíproco a partir de significados situacionais. Essa (re)conceitualização livre encontra respaldo teórico mediante um exercício de aproximação com a perspectiva filosófica. Neste sentido, tomamos de empréstimo a ideia de *práxis* que Vázquez (1977, p. 5) conceitua, de forma inicial, como “a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas como guia de sua transformação”.

Esse conceito geral de *práxis* apresentado pelo autor já demonstra proximidade com a ideia de mediação se observarmos os elementos de “interpretação” e “transformação”. À medida que avançamos nesse conceitual, encontramos dois outros termos que aprimoram tal relação, a saber, os conceitos de *práxis* “criadora” e “reflexiva”. A “*práxis* criadora”, segundo o autor, “não se adapta plenamente a uma lei previamente traçada e culmina num produto novo e único”, tendo, entre seus traços marcantes, a “indeterminação e imprevisibilidade do processo e do resultado” (VÁZQUEZ, 1977, p. 246). Complementarmente, o conceito de “*práxis* reflexiva”, para o mesmo autor, corresponde à “possibilidade de orientar numa direção geral as ações aparentemente mais pobres para um objetivo mais geral e longínquo, com o qual essas ações ganham sentido” (VÁZQUEZ, 1977, p. 292).

Essa ideia de *práxis*, que será retomada na sequência da discussão, por ora, evidencia mais elementos para o refinamento da conceitualização de mediação a partir das características de ação, interpretação e reflexão; e criação e transformação. Embora consideremos a mediação uma *práxis*, adotaremos, para o delineamento conceitual, a ideia de uma ação pedagógica recíproca que, com base na interpretação e reflexão situacional, tem a capacidade criadora e transformadora da realidade. O acréscimo de elementos ao conceito não pode significar mero enchimento ou reunião de coisas diferentes, formando um mosaico. É preciso ter em vista

que a mediação supõe o encontro de perspectivas distintas, não acontecendo aleatoriamente, mas com início em um reconhecimento mínimo e recíproco entre os atores e suas aspirações em determinada situação ou contexto.

Situação e contexto são elementos que compõem a perspectiva temporal da análise sobre mediação. Considerando situação como algo mais específico, relacionado a uma fenomenologia da mediação, e contexto como algo mais elástico do ponto de vista espaço-temporal, o que importa, para uma delimitação conceitual, é o lapso temporal de referência para o estudo das mediações no campo. Isso não implica afirmar que a mediação acontece em determinado espaço de tempo, mas que, ao longo do processo histórico, essa ação assume perspectivas distintas em função dos atores envolvidos em situações e contextos específicos.

Mobilizações e lutas sociais são inerentes ao processo histórico da humanidade e diferentes formas de mediações permitiram o surgimento de movimentos utópicos, como os falanstérios ou messiânicos, como Canudos no Nordeste ou o Contestado no Sul do Brasil. Todavia, é a partir da década de 1930 que se verifica um processo social que culminará nos anos 1950, quando a mediação assume um papel preponderante na mobilização social no campo. Seguindo sob a luz do resgate histórico feito por Martín-Barbero (1997), os anos 1930 servem como marcos iniciais em função da formação das nações no sentido moderno, integrando Estado Nacional e mercado internacional mediante um discurso populista. A crise global de 1929 atingiu o Brasil refletindo econômica e politicamente. A ascensão de Vargas ao governo em 1930 foi acompanhada por uma política de substituição de importações que acelerou a indústria brasileira (TAVARES, 1973) e, a contar do final dos anos 1930, de uma “Marcha para o Oeste” empreendida com o objetivo de ocupar “espaços vazios”

no interior do território brasileiro com a instalação de Colônias Agrícolas (MARIN; NEVES, 2013). Assim, o período entre 1930 e 1945 ficou marcado pela aceleração da industrialização, a qual refletiu na urbanização paralelamente a ações de interiorização que alteraram a estrutura fundiária de forma a oferecer elementos de identificação popular.

O fim do Estado Novo abriu uma janela de democratização a partir da qual a ação dos mediadores encontrou oportunidade política para atuar entre o Estado e as massas. Sob a luz da Guerra Fria, esgotava-se o modelo brasileiro de substituição de importações e iniciava-se um novo surto de aceleração industrial com os anos 1950. No meio rural, estava em curso a chamada “Revolução Verde”, uma iniciativa de empresas norte-americanas para a modernização da agricultura mundial por meio da intensificação da mecanização e do uso de adubos e defensivos químicos. Na década de 1960, essa “Revolução” chegou definitivamente ao Brasil com uma indústria pesada instalada que permitiu a “industrialização da agricultura” com o estabelecimento de fábricas de máquinas e insumos e o esforço para criar demanda para essa indústria. Nos anos 1970, a opção pela industrialização reforçou-se em função da crise do petróleo de 1973, a qual ratificou a opção brasileira pela matriz hidrelétrica para a geração de energia. Nesse período, grandes usinas hidrelétricas foram instaladas, principalmente no Nordeste e no Sul, movimentando os setores elétrico e da construção civil, ao mesmo tempo que representava a expropriação de milhares de famílias no campo.

Então, o processo histórico desde os anos 1930 representou a reconfiguração do campo através da industrialização e da reorganização fundiária, as quais, mediante ações colonizadoras, a Revolução Verde e a instalação de grandes hidrelétricas, asseverou a concentração fundiária, acompanhada de uma rápida expansão da

fronteira agrícola. O fim do Estado Novo em 1945 e a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI 5) em 1978 são marcos de oportunização política dentro desse processo, sinalizando para a intensificação das mobilizações sociais contra esse processo que expropriava e empobrecia. É nesse curso que se destacam atores sociais, como partidos políticos (Comunistas e Trabalhistas), igrejas (Católica e Luterana), universidades e ONGs, como mediadores fundamentais para o processo de amadurecimento da consciência de classe e, conseqüentemente, do surgimento de movimentos sociais que passariam a protagonizar as lutas no campo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA ESTUDOS DA MEDIAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O recorte temporal apresentado anteriormente compreende os anos de 1930 a 1980, sendo que, em 1950, interpõe-se uma revitalização do processo por meio de uma aceleração industrial. Ao resgatar a história dos camponeses e da política no Brasil, Martins (1981) assinala a importância do Partido Comunista e da Igreja Católica na mediação dos movimentos sociais no campo. Embora se registrem ações mediadoras anteriores, o autor chama a atenção para o fato de que “o despertar político dos camponeses brasileiros teve em ambos uma força propulsora” nos anos 1950, o que, mais tarde, contaria ainda com o acréscimo da ação do Partido Trabalhista Brasileiro (MARTINS, 1981, p. 81).

Apesar de não tratar especificamente da mediação, Martins (1981) coloca em questão a discussão acerca da natureza da ação desses atores entre a tutela e a mediação. Ao passo que admite que “a história do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato”, o autor “contra-argumenta” que “a mediação po-

lítica a que nos referimos dava um novo sentido à reivindicação camponesa, situava o camponês numa perspectiva mais ampla, recuperava e trazia à luz as dimensões mais profundas da expropriação, da exploração e da violência que ele sofria sob a tutela do coronel” (MARTINS, 1981, p. 81-82).

Para o nosso debate, ainda que se possa relativizar o conceito de tutela, o segundo caminho mostra-se mais claro. No que diz respeito aos movimentos sociais no campo, os comunistas anteciparam a mediação em nível nacional (MEDEIROS, 1995), os trabalhistas predominaram principalmente no Rio Grande do Sul (ECKERT, 1984) e os católicos mobilizaram-se em contrariedade aos avanços de ambos (BASSANI, 2009). Não obstante se reconheça a disputa entre esses grupos pelo monopólio da representatividade entre os camponeses, o imprevisível, elemento fundamental da mediação, aconteceu em todos os casos. As Ligas Camponesas passaram a rivalizar com o Partido Comunista (MEDEIROS, 1995), o MASTER passou a tomar decisões alheamente aos aconselhamentos do governador Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul (ECKERT, 1984), e, entre os católicos, surgiram iniciativas tangenciando as orientações gerais católicas e considerando mais as aspirações locais dos agricultores (MARCQUES; BRUM, 1972).

Seguindo na perspectiva da mediação, é importante analisarmos o processo segundo o qual ela afirma-se em detrimento da tutela ou mesmo da dominação do mediador sobre o mediado. Para isso, é preciso resgatar a ideia de reciprocidade enquanto elemento constituinte da mediação; todavia, entendemos que esse elemento pode ser mais bem compreendido se analisado pela perspectiva da “circularidade cultural”, a partir dos trabalhos historiográficos de Carlos Ginzburg e Roger Chartier.

No estudo sobre a inquirição feita pela Igreja Católica so-

bre um moleiro italiano que desenvolveu teses sobre a origem do mundo de forma a contrariar os ditames da Igreja no século XVI, Ginzburg (2006) depara-se com a questão do encontro de mundos distintos: um, erudito, e outro, popular. Então, o autor suscita uma “discussão sobre a relação entre a cultura das classes subalternas e a das classes dominantes”, levantando algumas questões pertinentes, tais como: “Até que ponto a primeira está subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura?” (GINZBURG, 2006, p. 12).

O autor salienta o fato de que o moleiro Menocchio “triturova e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido” (GINZBURG, 2006, p. 95). Embora tivesse acesso a uma leitura rebuscada, suas ideias extrapolavam as teorias apresentadas por aqueles eruditos. O autor assinala que “não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral é que formava, na cabeça de Menocchio: uma mistura explosiva” (GINZBURG, 2006, p. 95). Ante esse encontro de mundos distintos em uma mesma situação e a possibilidade de predomínio de um sobre o outro, Ginzburg (2006) encontrou alternativa teórica no trabalho do filósofo Mikhail Bakhtin, a partir do qual ele apresenta o conceito de “circularidade” para estabelecer que “entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (GINZBURG, 2006, p. 10).

Mencionando, dentre outros trabalhos da história cultural, este sobre o moleiro italiano, Chartier (1990, p. 134) corrobora a ideia da circularidade cultural defendendo que “todos os materiais portadores das práticas e dos pensamentos da maioria são sempre mistos, combinando formas e motivos, invenção e tradições, cul-

tura letrada e base folclórica”. Do ponto de vista teórico-metodológico, o autor argumenta que “a oposição macroscópica entre popular e letrado perdeu a sua pertinência. A essa divisão massiva – que muitas vezes definia o povo, por defeito, como o conjunto daqueles que se situavam fora do modelo das elites –, prefere-se o inventário das divisões múltiplas que fragmentam o corpo social” (CHARTIER, 1990, p. 134). Dessa forma, para escapar de visões compartimentadas ou de dominação de uma classe, grupo ou ideologia sobre outra, o autor aconselha que “o que é necessário reconhecer são as circulações fluídas, as práticas partilhadas, que atravessam os horizontes sociais” (CHARTIER, 1990, p. 134).

Nessa “circularidade” entre os diferentes horizontes sociais, Chartier (1990 p. 136-137) explica que “a aceitação das mensagens e dos modelos se opera sempre através de ordenamentos de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural”. O autor chama esse processo de “apropriação”, a qual, segundo ele, não precisa ser tratada na perspectiva da exclusão ou da disputa, mas na perspectiva do “uso partilhado”, aproximando-a do que é proposto por Bourdieu (CHARTIER, 1990, p. 136-137). Apesar de Ginzburg estar tratando da Europa do século XVI e Chartier discutir caminhos da História Cultural, as ideias de “circularidade”, “apropriação” e “uso partilhado” vão ao encontro do que entendemos aqui como elementos de *reciprocidade, situação* e *práxis* na mediação. Traduzindo esses conceitos para o campo da mediação, podemos tomar, como parâmetro, que a ação mediadora pressupõe uma reciprocidade de significações entre atores de horizontes culturais distintos, sendo que estes, ao envolverem-se no processo, partilham e apropriam-se de elementos culturais próprios do outro grupo para reformular e ressignificar suas próprias significações e ações.

Voltando estritamente ao campo da mediação, Neves

(2008b, p. 25-27) destaca o fato de, nas sociedades complexas, a vida social manifestar-se a partir de “fronteiras simbólicas entre campos determinados de relações” que abrangem contradições de saberes, valores e competências. Das relações entre essas contradições, constituem-se “estilos móveis de vida”, os quais representam reconfigurações indenitárias com base no encontro desses diferentes que buscam reconhecimento fundamentado na própria afirmação da diferenciação cultural.

Assim sendo, a teoria da circularidade cultural, bem como seus elementos de apropriação e uso partilhado, podem ser tomados de empréstimo da História Cultural e aplicados na análise das sociedades complexas da contemporaneidade. A pluralidade de atores e significados é reconfigurada através dos processos de mediação, sem que estes determinem a tutela ou a dominação de determinado ator sobre outro. O que é mais recorrente é a reconfiguração indenitária, até mesmo fazendo surgir novos atores e significados que tendem a autonomizar-se em relação aos atores anteriores da mediação. Isso posto, passamos para a discussão sobre como isso reflete-se especificamente nas mobilizações sociais no campo.

Resgatando a ideia de que a mediação implica um “estar entre, fazer meio de campo” (NOVAES, 1994, p. 178), reafirmamos que, nesse “campo”, os atores não podem ser entendidos exclusivamente como ativos ou passivos na ação, o que reforça a ideia da circularidade cultural e de seus elementos de “apropriação” e “uso partilhado”. Considerando o processo histórico entre 1930 e 1980, é importante compreendermos a importância da relação entre determinado grupo e o mundo social. Assim, teceremos algumas considerações acerca da relevância da sistematização das ideias do grupo e sua relação com o exterior, o que faremos tomando como referência as ideias de Thompson (2017), pela

proximidade com a perspectiva histórica e indenitária com que o autor desenvolve o tema.

Thompson (2017, p. 10, grifos nossos) acredita que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de *experiências comuns* (herdadas ou partilhadas), sentem e *articulam a identidade* de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. As ideias de “experiência” e “identidade” pressupõem o conceito de “consciência de classe” que o mesmo autor apresenta como

a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações dos grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei (THOMPSON, 2017, p. 10).

Sobre estudos históricos anteriores à sociedade industrial do século XIX, o autor adverte que o termo classe social, no sentido moderno, não é apropriado (THOMPSON, 1984, p. 37-38). Isso porque é preciso considerar um processo em que a “luta de classe” é condição *sine qua non* para a “consciência de classe”, a qual, finalmente, confere o referencial para a ideia de “classe social”. Nessa fase da luta de classes, Thompson (1984) assinala que demandas específicas baseadas em questões de família, trabalho e território desencadeavam “fragmentos de protoconflito”: por não implicarem ainda consciência de classe, permitem até mesmo pensar em uma sociedade com apenas uma classe (THOMPSON, 1984, p. 15). Ao considerar o processo histórico da formação do conceito de classe social, Thompson (1984) categoriza o período

do anterior à aceleração industrial como um período de “luta de classes sem classes”. A luta acontece; todavia, a consciência de classe ainda não está estabelecida, por ser um produto dessa luta em curso. Logo, a classe, enquanto consequência da consciência de classe, tampouco existe em seu sentido moderno.

A importância de relacionar o interno e o externo da mediação com base nas ideias de classe e consciência de classe é evidenciar que, considerando o recorte temporal privilegiado neste trabalho, a mediação pode ser tomada como um elemento fundamental para a consciência de classe no campo brasileiro. Essa conscientização de classe a partir da ação mediadora ressoa a questão da tutela e da circularidade ao suscitar até que ponto é possível que um grupo ou classe tome consciência, por si, da sua situação e de seu papel social e de qual é o lugar dos mediadores nesse processo.

O processo de industrialização e interiorização empreendido no Brasil a partir de 1930 reflete, concomitantemente, na urbanização, no esgotamento das fronteiras agrícolas, na concentração fundiária e na expropriação, sendo esses elementos que permitem uma conscientização das classes trabalhadoras enquanto vítimas desses desdobramentos. Tanto Martins (1981) quanto Medeiros (1995) apontam os anos de 1945 e 1950 como períodos de culminância desse processo em que os mediadores figuram decisivamente no estabelecimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores do campo. Daí o interesse da discussão acerca da capacidade de conscientização de um grupo ou classe social ante uma situação ou contexto adverso.

Retomando a ideia da mediação enquanto *práxis*, Vázquez (1977, p. 294) afirma que “não bastam a opressão e a miséria para que o proletariado possa elevar-se à altura de sua missão histórica e revolucionária”. Em frente a essa dificuldade da classe operária,

o autor busca compreender de onde viria ou o que introduziria essa consciência transformadora. Utilizando o caso do marxismo como resposta à questão, Vázquez (1977, p. 299) alega que essa consciência é externa, isto é, não vem de “teóricos proletários, mas sim pensadores de um segmento social diferente e mesmo oposto que puseram em suas mãos o instrumento teórico de sua atividade revolucionária”. Ademais, o autor defende essa externalidade lembrando que os próprios Marx e Engels “procediam de meios sociais burgueses e se formaram em instituições burguesas”; todavia, a partir dessa condição social e intelectual, “elaboraram uma nova concepção econômico-filosófica que correspondia a interesses e objetivos opostos aos da classe social de onde procediam” (VÁZQUEZ, 1977, p. 299).

Essa externalidade pode ser contestada, à primeira vista, através da ideia de Gramsci (1982) acerca do “intelectual orgânico”. O autor explica que “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função” (GRAMSCI, 1982, p. 3). Entretanto, essa característica é relativizada pelo próprio autor ao assinalar que, “não existindo atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” – todos os homens são intelectuais; no entanto, nem todos os homens desempenham funções intelectuais na sociedade (GRAMSCI, 1982, p. 7-8).

Essa afirmação de Gramsci (1982) vai ao encontro da ideia de mediação, admitindo diferenças entre classes, intelectuais e não intelectuais, ao mesmo tempo que se aproxima da ideia anterior de circularidade. Neste sentido, o intelectual orgânico consiste
num imiscuir-se ativamente na vida prática, como

construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece especialista e não se chega a dirigente (especialista mais político) (GRAMSCI, 1982, p. 8).

Essa mudança de um intelectual tradicional ou especialista de sua atividade profissional para uma condição superior, com possibilidade de persuasão e direção, segundo o próprio autor, tende a ser mais fácil para as elites do que para os proletários, pelo fato de os primeiros estarem envolvidos naturalmente em funções de direção e organização de diferentes segmentos, ao passo que os últimos tendem a desempenhar atividades mais braçais e especializadas (GRAMSCI, 1982, p. 4-7). Essas considerações do autor não reforçam a dicotomia intelectual e não intelectual, tampouco contrariam a ideia de circularidade. O que é preciso compreender dessa realidade é que, por regra, uma conscientização apenas interna seria mais difícil, não somente pela simples natureza da atividade braçal, mas também pela restrição da articulação com horizontes culturais externos à classe em questão, sendo que as exceções poderiam ser tomadas como confirmação da regra.

Tanto a possibilidade de uma mediação a partir do interior, através do intelectual orgânico, quanto do exterior, com atores oriundos de classes diferentes, embora se concretizem em contextos específicos, implicam processos sociais complexos, segundo os quais confluem elementos políticos, econômicos e culturais nas situações determinadas. O próprio Gramsci (1982, p. 5), tomando como exemplo o papel da Igreja, lembra que cada grupo social “encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes”. Isso pode

ser percebido no caso do campo brasileiro se considerarmos que os principais mediadores (comunistas, católicos e trabalhistas) já desenvolviam um trabalho ideológico e que a questão dos camponeses passou a ser mais um campo de mediação para esses atores (MARTINS, 1981). Neste sentido, vale o apontamento de Gramsci (1982, p. 10) quando afirma que “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas”.

Essa “mediatização” de que trata o autor pode ser entendida como o conjunto dos elementos econômicos, políticos e culturais que, em certa situação, identifica atores, estabelecendo uma relação de reconhecimento mútuo que favorece a mediação. Isso converge com o que assinala Bourdieu (2009) ao discutir a identidade regional. De acordo com o autor, uma identidade regional baseia-se em critérios de “representação mental e objetiva”, segundo os quais são estabelecidos sentido, consenso e unidade de um grupo (BOURDIEU, 2009a, p. 112-113). Isso precisa ser considerado na análise das mediações, tendo em vista o perfil político, cultural e econômico do campo na região estudada em face ao perfil ideológico dos mediadores. Em se tratando do Sul do Brasil, o protagonismo da Igreja Católica na mediação encontra explicação no processo de imigração, colonização e ocupação do espaço com início no século XIX.

Comentando trabalhos de outros autores sobre a mediação no campo, Novaes (1994) levanta a possibilidade de discussão a partir de dentro (interno), de fora (externo) ou mesmo de cima em relação ao grupo mediado. Na perspectiva do campo brasileiro, é notório um protagonismo externo nas mediações dos movimentos sociais. Entretanto, à medida que essa mediação avança e seu poder criador e transformador materializa-se, novos

atores surgem e a mediação pode mudar de lugar, acontecendo dentro do próprio grupo ou classe, a partir da capacitação dos atores pelo próprio processo de mediação. Neste sentido, estudos sobre casos concretos permitem compreender o desempenho e o desdobramento das mediações que comunistas, católicos e trabalhistas realizaram no tocante aos movimentos sociais no campo no Sul do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a mediação nos movimentos sociais no campo implica, primeiramente, ter clareza das especificidades dessa perspectiva em vista da polissemia do termo nas Ciências Humanas. Considerando que, em alguma medida, a mediação está implícita em qualquer relação social, ao referir-se aos movimentos sociais no campo, é preciso distinguir a ação mediadora de sentidos como intermediação, intervenção ou filtragem no processo comunicativo. Como ponto de partida, é importante ponderar que a mediação, nessa perspectiva, pressupõe *relações de poder*, as quais, pela pluralidade de atores, interesses e ações, envolvem uma considerável margem de *imprevisibilidade* quanto aos desdobramentos. Da abordagem teórico-metodológica, pesando essa complexidade, podemos partir da mediação enquanto uma *unidade de análise*.

No que diz respeito aos movimentos sociais no campo, podemos conceber o período entre 1930 e 1980 como privilegiado para a compreensão da mediação. O processo de modernização no período refletiu na restrição da fronteira agrícola, na expropriação e no empobrecimento dos camponeses. Esses são elementos de contestação que, em interface com períodos de oportunidade política, sobretudo em 1945 e 1978, possibilitam um campo

propício para ações de mediadores, dentre os quais destacamos comunistas, trabalhistas e católicos, embora também tenham sido registradas ações de outros mediadores, como universidades e ONGs. Assim sendo, o que esses atores fizeram, em resumo, foram sistematizações das ideias e aspirações e adaptações, de forma a conferir inteligibilidade a essas ideias e aspirações desses camponeses ante a sociedade em seu sentido lato.

Esse “meio de campo” é feito a partir de uma situação na qual o mediador desenvolve uma atividade pedagógica de natureza recíproca. Isso vai ao encontro da mediação enquanto *práxis*, de maneira a evidenciar a sua capacidade de reflexão e transformação sobre atores e ações. Essa reciprocidade implica dizer que a mediação não pode ser entendida como uma ação verticalizada, ocorrendo em sentido único, mas uma troca em que a circularidade cultural pressupõe apropriação e partilhamento de significados entre grupos de horizontes culturais distintos, o que acaba refletindo na reconfiguração identitária de ambos ou mesmo no surgimento de um novo grupo.

Esses horizontes culturais que se encontram na mediação podem corresponder a grupos ou classes sociais. Assim, a ideia de mediação está relacionada à ideia de consciência de classe ou de papel social do grupo em questão. A relevância da mediação nesse encontro está no fato de que, via de regra, a sistematização das ideias e anseios de determinado grupo ou classe, aos quais nos referimos anteriormente, tende a ser realizada por grupos ou classes diferentes. A simples exposição ao sofrimento não é elemento suficiente para que o grupo ou classe desenvolva uma sistematização que conscientize para a luta. O que é recorrente, inclusive no caso emblemático da sistematização feita por Marx e Engels acerca da situação da classe operária, é que grupos ou classes munidos de recursos intelectuais e materiais profiram essa

ação, confluindo para a situação concreta com elementos abstratos que conferem inteligibilidade e legitimação para ações de mobilização social.

Esses são alguns dos elementos que entendemos serem importantes para a discussão sobre mediação na perspectiva dos movimentos sociais. São aspectos difusos e, em alguns momentos, redundantes; todavia, os estudos a partir de casos concretos estabelecerão especificidades que possibilitarão a seleção do que é pertinente para que avancemos na compreensão mais ampla do lugar e da dimensão da mediação nos movimentos sociais no campo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a. p. 107-132.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b. p. 163-207.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul 1960-1964*. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Diretrizes políticas dos mediadores:

reflexos de pesquisas. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 127-144.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela*

Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusc, 2012.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha (Orgs.). *Campesinato e marcha para Oeste*. Santa Maria: UFSM, 2013.

MARQUES, Mário Osório; BRUM, Argemiro J. *Uma comunidade em busca de seu caminho*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

NEVES, Delma Pessanha. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, 2008a. p. 7-19.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, 2008b. p. 21-44.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 177-183.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos Olhares*, São Paulo, ano I, n. 2, p. 37-49, 2º semestre de 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. *Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1984. p. 13-61.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. v. 1.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 13-28.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. Apresentação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 7-12.

O COMBATE À POBREZA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL:

o papel da UFFS e dos Movimentos Sociais

Anacleto Zanella

Historicamente, o direito à cidadania no Brasil contemplou reduzido contingente de pessoas. Durante mais de 350 anos, a escravidão foi marcante. Esse regime de exploração começou com a chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis à América (por volta de 1500) e foi abolido oficialmente somente em 1888. Os povos indígenas – ocupantes desse território há milhares de anos - e milhões de trabalhadores negros africanos foram escravizados sem dó nem piedade. A sua exploração sustentou a economia colonial e do império em todo esse período. Muita riqueza foi levada daqui para financiar o desenvolvimento da metrópole portuguesa e das outras potências europeias.

Dessa forma, essas marcas trágicas na história continuam presentes e revelam-se principalmente na profunda desigualdade social brasileira e nas dificuldades de acesso à cidadania. Ressalte-se que, no decorrer do século XX, no mundo ocidental, tornou-se consenso que uma pessoa se torna cidadã quando exerce plenamente os direitos sociais, civis e políticos, os quais foram consagrados no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Assim,

legalmente, a cidadania foi ampliada a todas as pessoas, independentemente de sua renda e classe social.

Apesar da implementação de várias políticas públicas no país, especialmente nos últimos 30 anos, essa realidade alarmante persiste. Programas como o Bolsa Família, o Universidade para Todos (PROUNI) e a criação de novas universidades e institutos federais são iniciativas fundamentais, mas insuficientes. A persistência da pobreza e da desigualdade social cria uma imensa barreira no caminho da cidadania para milhões de pessoas no Brasil e de milhares na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Dessa maneira, é impossível afirmar que a cidadania é plena no Brasil enquanto milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, inclusive, na região Sul, onde está localizada a Universidade Federal da Fronteira Sul. Por isso, diante da persistente pobreza e da desigualdade social, defendo aqui, neste artigo, a tese de que a UFFS e os Movimentos Sociais (especialmente aqueles que coordenaram o processo de mobilização pela conquista dessa universidade) mantêm importante papel formativo, organizativo e mobilizador dirigido às pessoas que se encontram distantes da efetiva cidadania.

Historicamente, a educação foi reconhecida como um dos principais caminhos para a superação das desigualdades sociais, ainda mais no mundo contemporâneo. Por isso, defendo que a UFFS - em parceria com os Movimentos Sociais que tanto batalharam pela conquista dessa instituição - efetive novos esforços para que sejam formuladas propostas mais incisivas para enfrentar e superar essa violenta situação.

Saliente-se que a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. Além disso, localiza-se na fronteira com a Argentina e compreende 396 municípios, com área total

de 120,8 mil quilômetros quadrados e população de 3,8 milhões de habitantes. Nessa região, a Universidade Federal da Fronteira Sul legitimou-se como instituição pública por meio da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, com sede e foro no município de Chapecó, estado de Santa Catarina (SC) e com *campi* nos municípios de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul (RS), e nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza, no estado do Paraná (PR) (Relatório de autoavaliação institucional, UFFS, 2014, p. 36).

Interessa destacar também que a proposta de que a UFFS tem um papel importante a desempenhar na luta contra a pobreza e a desigualdade social dialoga com os objetivos centrais que nortearam o seu nascimento. Foi com base nisso que os Movimentos Sociais construíram todo o processo de mobilização, entre 2005 e 2009. A criação de uma Universidade Pública e Popular no território da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul era reivindicada ao governo federal justamente para atender às demandas da população que não acessava ao ensino superior público nessa região. Era justificada pela desigualdade social existente nesse lugar. A partir disso, o Movimento Pró-Universidade Federal mobilizou milhares de pessoas nos três estados do Sul. E a vitória consolidou-se em 15 de setembro de 2009, com a promulgação da Lei Federal 12.029, pelo presidente Lula.



Figura 1. Fonte: Jornal Diário da Manhã, Erechim, 8/11/2005.

Sobre as motivações da criação da UFFS, um projeto de pesquisa, realizado entre 2011 e 2013, concluiu que seu processo de nascimento reveste-se de singularidade e torna-a *sui generis* na história da educação superior brasileira. A partir desse levantamento, Trevisol (2014, p. 3-7) escreve: “a UFFS é, notadamente, a primeira universidade oriunda dos processos de participação social e política dos movimentos sociais e das redes do associativismo civil”. O autor enfatiza que a exclusão ao acesso ao ensino superior público e outros problemas que afetam essa grande região foram fatores que alimentaram e orientaram o processo de sua implantação.

Por isso, a UFFS tem, como princípio, a questão da inclusão e da justiça social. Isso está presente em seu Estatuto, no Capítulo III, *Dos Princípios, das Finalidades e dos Objetivos*, em seu Art. 6º, Inciso IV – “compromisso com a inclusão e a justiça social e combate às desigualdades sociais e regionais”. E no inciso XI desse artigo fica claro o seu compromisso com o diálogo regional: “XI - diálogo permanente com a comunidade regional da abrangência da Instituição”. (Estatuto, UFFS, 2015, p. 6).

Além disso, esse compromisso é posto nos *Objetivos da UFFS*, em seu art. 8º, inciso II: “assegurar o acesso e a permanência no Ensino Superior, especialmente aos sujeitos sociais oriundos da população mais excluída do campo e da cidade”; no inciso VI: “desenvolver programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão articulados com as demandas regionais e nacionais”; no inciso XVII: “promover a igualdade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância, preconceito, discriminação e violência”; e, ainda, no inciso XVIII: “promover a constituição de uma universidade pública e popular, comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos”. (Estatuto, UFFS, 2015, p. 7-8).

Por outro lado, num período (como o atual) em que todas as certezas são questionadas, as universidades públicas também são alvo de indagações sobre a sua legitimidade. Para Santos (2007, p. 69-70), essa crise de legitimação deve ser resolvida pela proximidade, ou seja, a universidade como bem público precisa estar acessível, com qualidade, e relacionada com os problemas da sociedade onde está situada. Para o autor, a universidade precisa assumir compromisso político com a realidade que a envolve. Ademais, assinala cinco áreas fundamentais para isso: *o acesso* – ex. o sistema de cotas; *a extensão universitária solidária* com as suas comunidades; *a pesquisa-ação*; *a ecologia de saberes* – trazer

outros conhecimentos para dentro da universidade; e uma *nova relação entre a universidade e a escola pública* – a universidade pública não vai legitimar-se se não fizer uma aliança estratégica com a educação básica.

Dessa forma, ao assumir como centro de sua ação o combate à pobreza e à desigualdade social, a UFFS assume para si um compromisso decisivo no cumprimento de sua missão histórica, além de se legitimar cada vez mais como ator social protagonista nessa região. E isso tem, como base, as próprias diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), previstas no art. 2º, da Lei nº 13.005/2014, especialmente os incisos “I – erradicação do analfabetismo” e o “III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. (Plano Nacional de Educação, 2014).

Saliente-se que, para avançar esse processo de mobilização em torno desses temas urgentes, a UFFS possui parceiros da maior valia: os Movimentos Sociais, especialmente aqueles que construíram o grande movimento pró-universidade pública e popular em toda essa grande região. Como escreve Gohn (2013, p. 13), os Movimentos Sociais são promotores de “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. E, assim, como foi construído o movimento vitorioso que fez nascer a UFFS, poderá ser efetivado um grande plano de ação de combate à pobreza e à desigualdade na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Além disso, poderá transformar-se num grande movimento de formulação, de denúncia e de mobilização com a ampla participação de setores sociais. Junto a isso, podem e devem ser convidados os representantes do Estado das três esferas governamentais. Somente assim, com o desenvolvimento de

ações incisivas, será possível a superação desse grande mal que assola milhares de pessoas e famílias.

Ademais, como escreve Gohn (2013, p. 14-15), “os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas”. Ele prossegue: “atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. E foi com essa perspectiva que Movimentos Sociais como a Fetraf/Sul, o MST, o MAB e a CUT¹, apoiados por várias lideranças sociais e políticas, construíram o Movimento Pró-Universidade Federal nessa região. Por isso, se somadas, a força da comunidade acadêmica da UFFS (Direção, Professores, Técnicos e Estudantes) com a desses Movimentos Sociais, pode ser construído um novo e grande movimento pela emancipação de milhares de pessoas que estão excluídas das condições básicas de vida.

Outro sinal da urgência dessa pauta está no fato de que as pessoas classificadas abaixo da linha de pobreza são excluídas de todos os capitais. Como registra Souza (2017, p. 90-91), os capitais mais importantes resultam dos recursos materiais e imateriais existentes e produzidos pelo conjunto da sociedade. São escassos e mal distribuídos. Assim, os indivíduos e as classes sociais competem permanentemente por eles. E que recursos são esses? O autor classifica esses recursos em três tipos de capitais importantes. O primeiro é o *capital econômico* – é o mais visível e o mais importante, porque, com ele, é possível comprar os outros capitais; aqui está o dinheiro e todos os bens materiais. O segundo é o *capital cultural* – é a incorporação pelo indivíduo de conhecimento útil ou de prestígio; entra aqui, por exemplo, o direito à educação. E o terceiro é o *capital social de relações pessoais* – esse depende da

¹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul; Movimento dos Sem Terra; Movimento de Atingidos por Barragens e a Central Única dos Trabalhadores.

existência dos dois capitais citados anteriormente, ou seja, é muito mais fácil desenvolver relações na atual sociedade para aquelas pessoas que possuem capital econômico e cultural.

Dessa forma, fica evidente a exclusão de todas as pessoas que estão abaixo da linha de pobreza. Nenhum desses capitais está acessível a elas. Assim, a cidadania fica completamente prejudicada e a desigualdade social reproduz-se indefinidamente. E, ainda, são julgadas por muitos setores da sociedade como culpadas pela situação com base em critérios meritocráticos. Mas, como podem ser penalizadas se os bens mais importantes, materiais e imateriais, estão totalmente inacessíveis?

A realidade, portanto, é nua e crua. Quem vive assim não pode esperar. É urgente, desse modo, que ações concretas sejam tomadas por todos que acreditam e desejam construir um mundo mais solidário e justo. As iniciativas já tomadas ao longo dos últimos anos foram importantes, mas insuficientes. É preciso fazer muito mais.

E, como afirma Souza (2018, p. 467), a opressão e a injustiça social não são imutáveis. É necessário mudar a forma de ver o mundo em que vivemos. É inaceitável a assombrosa desigualdade social existente. Debater essa realidade, provocar discussões, elaborar propostas, desenvolver ações, tudo isso faz com que os consensos sejam desfeitos e novas ideias sejam formuladas. Assim sendo, a partir disso, nova realidade social com muito mais inclusão pode ser criada. É esse o papel que cabe à UFFS e aos Movimentos Sociais comprometidos com a emancipação social universal.

Nesse processo, novos atores sociais devem ser chamados ao debate e muitos com certeza participarão. As demais universidades, os institutos federais, as instituições da educação básica, as inúmeras entidades e lideranças da sociedade civil e do poder público, todos podem ser mobilizados na construção e na implementação desse grande plano de ação.

Além disso, é fundamental dar vez e voz às pessoas que sofrem em sua pele as consequências da pobreza e da desigualdade social. Sobre isso, Demo (1995, p. 6-7; 133-134) salienta que existem três tipos de cidadania: a *cidadania tutelada* – aquela que as pessoas têm por dádiva ou concessão de cima, simbolizada no clientelismo e paternalismo; a *cidadania assistida* – aquela que garante às pessoas o direito à assistência, mas mantém intocado o sistema produtivo, não se confronta com as causas da desigualdade e omite-se no compromisso com a necessária equalização de oportunidades; e a *cidadania emancipada* – aquela que oportuniza que as pessoas tenham conhecimento, façam-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino; exige, portanto, contestação e consciência crítica, capacidade de dizer não à manobra, à manipulação, ao clientelismo, NÃO à POBREZA material, cultural e política.

Com base nesse conceito de cidadania, claro fica que é preciso trabalhar com processos de ampla participação, adotando o modelo de *cidadania emancipada*. As pessoas excluídas até aqui pela pobreza e pela desigualdade devem construir seu próprio caminho de libertação. Dessa forma, um cuidado que a UFFS e os Movimentos Sociais devem tomar é levar em conta o ensinamento de Freire (2011, p. 74-75): a libertação dos oprimidos é libertação de homens e mulheres e não de “coisas”. Não é fazer a transformação da realidade *para* eles, os excluídos. Mas *com* eles.

Finalizando, três ideias são centrais neste trabalho. A primeira é a constatação de que, na região de atuação da UFFS, milhares de pessoas continuam excluídas dos bens básicos para sua sobrevivência e desenvolvimento. Sua cidadania, portanto, está em grave prejuízo.

A segunda é a defesa da seguinte proposição: cabe à UFFS, a partir de um diagnóstico detalhado da realidade e de amplos

debates com a sociedade, construir um grande plano de ação para enfrentamento da persistente pobreza e desigualdade no âmbito do seu território de atuação. E isso deve ser realizado em parceria com os Movimentos Sociais que organizaram o Movimento Pró-Universidade Federal, sendo que, nesse debate, todos os setores da sociedade civil e os representantes das diversas esferas governamentais devem ser convidados, pois esse desafio é de responsabilidade de toda a sociedade.

A terceira ideia, por sua vez, é que esse plano de ação seja amplamente debatido com os setores sociais que vivem em situação de pobreza e desigualdade. Ou seja, o plano precisa ter como pressuposto a compreensão de que as pessoas somente se libertam da opressão e da injustiça social quando elas são protagonistas e sujeitas de sua própria caminhada.

Como escreveu Carvalho (2004, p. 32), o verdadeiro teste da democracia no país e grande desafio dos brasileiros é produzir e realizar políticas que reduzam a desigualdade social, pois ela é comparável à escravidão, um verdadeiro câncer que atrapalha o direito à cidadania de milhões de pessoas.

Em pleno século XXI, é impossível conviver com a pobreza e a exclusão social. Ainda mais no território da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que tem imensas riquezas, materiais e imateriais. É papel, sim, da UFFS e dos Movimentos Sociais compromissados com a emancipação ampliar os debates, avançar na formulação de estratégias, enfim, dar mais um passo decisivo na superação das desigualdades sociais e regionais. A universidade, em sua breve existência, já fez muito pela região. Apesar da persistência das desigualdades, essa realidade não é imutável. O mundo em que vivemos pode ficar mais justo e solidário. Mãos à obra. Isso também depende de cada um de nós.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004, p. 21-32.

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

Diário da Manhã. *Movimento Pró-Universidade Federal se mobiliza para audiência e ato público*. Diário da Manhã, Erechim, 8/11/2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. - 50ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas*. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. – 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 13-32.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Educação 2016. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media-ibge/arquivos/95090ddfb63a3412f04fedafd6d65469.pdf>. Acesso em 01 abr. 2018.

Plano Nacional de Educação. Lei Federal nº 13005/2014. Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

Relatório de Informações do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsafamilia/dados>>. Acesso em 30 mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução Mouzar Bedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017 147p.

- (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 37). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. – 3ª ed. ampliada com nova introdução; colaboradores André Grillo et al. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

TREVISOL, Joviles Vitório. *Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFFS*. Florianópolis, X Anped Sul, 2014, p. 01-19. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/978-0.pdf>. Acesso em 02 de abr. 2018.

Universidade Federal da Fronteira Sul. **Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Chapecó, SC: UFFFS, 2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consu-ni/2015-0031>>. Acesso em 01 abr. 2018.

Universidade Federal da Fronteira Sul. *Relatório de autoavaliação institucional: 2014 / Comissão Própria de Avaliação UFFFS*. – Chapecó, 2014. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de.../file>>. Acesso em 03 abr. 2018.

ELA VIRÁ... SE A GENTE LUTAR!

Jorge Valdair Psidonik

Até o início de 2010, eu mesmo nunca tinha pisado em uma universidade federal. Havia me formado em uma instituição comunitária, modalidade comum no Sul. Mas quando ouvi dizer que a nossa região poderia ter, pelo menos, uma extensão de universidade federal, meus olhos brilharam, pois, mesmo nunca tendo frequentado uma, sabia de sua qualidade e o que significava alguém da minha classe ter a possibilidade de acessá-la.

Era um dia qualquer de 2005, eu trabalhava como assessor parlamentar na Câmara de Vereadores de Erechim, RS. Não lembro exatamente quem ligou. A ligação dava conta de que o pessoal do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens ligado a Via Campesina) estava chamando para uma reunião à noite com o objetivo de tratar da possibilidade de viabilizar uma Extensão da Universidade Federal de Santa Maria para Erechim. A reunião aconteceria em uma salinha ao lado do *hall* de entrada do Seminário de Fátima de Erechim. Na ligação, foi mencionado que era um grupo restrito de pessoas.

Cheguei lá. Era uma sala pequena com uma mesa oval ao centro. Devia de ter umas 15 pessoas, 20, talvez. Como de costu-

me, cheguei um pouco depois da hora. Imediatamente, a reunião começou. Contou-se que o governo federal estava ampliando as vagas de acesso ao ensino público. Dentre os programas estavam o PROUNI e o REUNI. Uma das estratégias era a criação de cursos de extensão nas universidades já existentes, em municípios e regiões descobertas de oferta de vagas de ensino público gratuito. Era o caso da Universidade Federal de Santa Maria, que estava discutindo, com os municípios de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen, a possibilidade de criar cursos de extensão naquelas cidades, o que, de fato, posteriormente ocorreu.

Neste sentido, a proposta era que deflagrássemos um movimento de reivindicação para que também tivéssemos, em Erechim, a tão sonhada universidade federal. Após muita discussão (pois esse nosso povo gosta de discutir bastante) e empolgação, concluímos que era extremamente necessária nossa participação na audiência pública que ocorreria na cidade de Palmeira das Missões, na semana seguinte, a fim de discutir as ampliações mencionadas.

E assim se fez: no dia da ausência, partiram dois carros, cada um representando um grupo. Um deles era um gol cinza escuro, ano 1999 (já era bolinha), da extinta Crehnor, que, nas proximidades de Sarandi, ao passar por uma lombada, estragou a caixa de marcha e acabou chegando mais tarde, ou nem chegou, não lembro ao certo. Eu não consegui ir. Os que foram voltaram com um sentimento duplo: Desanimados porque levaram um “banho de água fria”. Os representantes da Universidade de Santa Maria deixaram bem claro que não seria possível criar mais extensões, além das previstas; animados, porque foram incentivados a deflagrarem um processo de reivindicação de uma nova universidade.

Sabemos que a universidade existe no mundo há quase 1000 anos. O Brasil foi colonizado a 500 e a Região do Norte Gaúcho há mais de 100 e, no entanto, ainda não tínhamos nenhuma universidade federal pública nesta região. A possibilidade de ter uma

deixava-nos todos eufóricos. Imediatamente, nos reunimos para planejar a estratégia sobre como convencer o governo federal a atender nosso pedido. Agora, já com os dois grupos unidos, decidimos criar um Movimento Pró-Universidade do Norte do RS. Vários encaminhamentos foram feitos: fazer um abaixo-assinado, visitar as escolas, ligar para as emissoras rádios, enviar matéria para os jornais e fazer um adesivo para divulgar a ideia.

Assim que saímos da reunião, eu e meu amigo Rafael Motter fomos direto para casa a fim de produzir o dito adesivo. Nem precisa dizer que a nossa experiência com adesivos não era “aquelas coisas”. Mas, após algum tempo e umas taças de vinho, começamos a delinear a arte. O Rafa já havia feito alguns desenhos e isso foi de grande valia. Desenhamos o mapa do RS e circulamos a parte norte. Pintamos com um verde mais forte. Coincidência ou não, o verde acabou sendo incorporado com uma das cores da universidade, anos depois. Antes da meia-noite daquele dia, a logomarca da campanha e o slogan estavam criados. Tivemos que comemorar com mais uma taça de vinho. No brinde: Ela Virá... se a gente lutar!

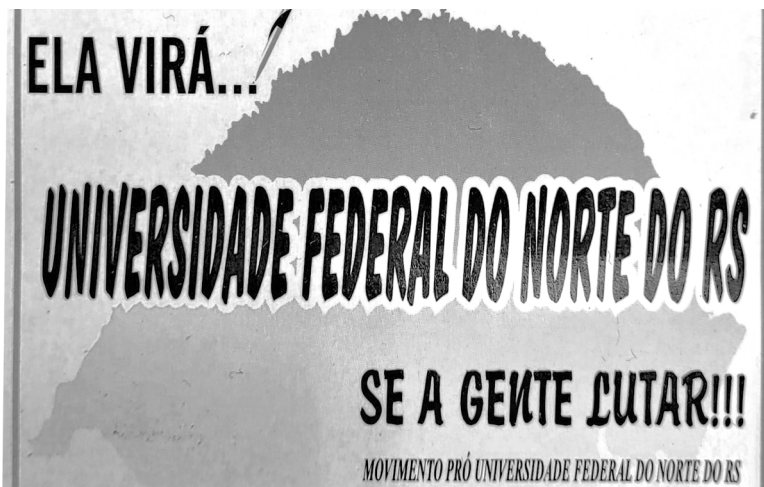


Figura 1. Primeiro adesivo do Movimento Pró.

Também coube a nós dois entrarmos em contato com as rádios da região. A ideia era marcar entrevistas para as lideranças maiores, mas, em muitos contatos, os apresentadores já nos colocavam no ar imediatamente. Foi assim que passamos boa parte dos próximos dias dando entrevistas e mobilizando a região.

Montamos uma comissão para visitar as escolas. Algumas direções consideravam que não era o caso de “abrir” para passar nas salas, mas a grande maioria permitia que pudéssemos conversar diretamente com os estudantes. Eles nos olhavam com ar de desconfiança, muitos nem entendiam exatamente o que estávamos propondo. Como assim, uma universidade federal? Mas não são somente os ricos que estudam nessas universidades? Dúvida que foi compartilhada por um professor de uma das escolas que visitamos. No dia seguinte a nossa passagem nas salas, esse professor disse a todos que estávamos iludindo a população com uma falsa promessa que nunca iria se cumprir e se viesse, de fato, uma universidade para Erechim, não seria para eles, pessoas pobres, mas para os ricos. Ficamos muito tristes, mas não desistimos.

Definiu-se um calendário de assembleias nos municípios, organizado pelo Movimento que era composto por Movimentos Sociais, Igrejas, Sindicatos, organizações de estudantes e lideranças políticas. Naquele momento, o objetivo era reunir o maior número de pessoas em uma audiência que deveria ocorrer no mês de novembro de 2005. Aos poucos, as pessoas foram acreditando na proposta e que, de fato, havia possibilidades de termos uma universidade na Região. Prefeitos, estudantes, vereadores, professores, agricultores e algumas categorias de trabalhadores urbanos participavam dessas assembleias e comprometiam-se a contribuir na coleta de assinaturas para entregar ao representante do MEC, que viria para a dita audiência.

O dia marcado para o grande encontro foi 17 de novembro de 2005. Havia um ambiente muito positivo e as expectativas eram as melhores. Acreditava-se que, com aquele volume de mobilização, se convenceria o ministro ou seu representante a anunciar a criação da Universidade do Norte do RS, ou simplesmente a universidade regional.

Dias antes do evento, era só correria. Aluguel do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Sentinela da Querência; arrecadação de valores junto às instituições para custear o evento, dentre outros encaminhamentos.

O DIA ANTERIOR

Na véspera da grande audiência em que reuniríamos gente de toda região para apresentarmos nossa reivindicação ao Ministério da Educação, eu fui até a cidade de Passo Fundo a fim de comprar um violão. Há tempos queria fazer isso. Fui de motocicleta. Meu colega Joselito e o vereador Anacleto Zanella já estavam lá em um curso. Encontramo-nos na loja de instrumentos musicais. Após analisar vários modelos e com ajuda dos colegas, decidi comprar um violão preto de cordas de aço, na verdade, eu querianylon. Carreguei no carro deles, um Escort vermelho, e segui de moto atrás.

Vinha pensando no evento do dia seguinte, não tinha como ser diferente. Era o acontecimento da história, tanto da luta dos movimentos, como da própria região. Imagina para mim, que estava escalado para fazer a animação. Ela deveria ser implacável: animada, motivadora e com conteúdo. Ocorreu-me que deveríamos ter um grito de guerra para unificar a luta. Algo que todos pudessem entoar como um mantra místico, vibrar juntos. Comecei

a pensar quais palavras deveriam compor esse grito. No entanto, ao juntá-las, não faziam muito sentido.

Mais ou menos na metade do caminho, veio a inspiração. Acelerei a moto e sinalizei aos meus colegas que diminuíssem a velocidade. Aproximei-me e apresentei a proposta de nosso grito de guerra: - Ela virá... vejo sinal... universidade federal! Ele deveria ser intercalado com palmas e repetido várias vezes. Nascia, assim, o refrão que seria entoado por muitas vezes em diversos outros encontros, audiências e caminhadas.

ENTÃO, CHEGOU O DIA DO EVENTO

Estava tudo pronto: cadeiras arrumadas, palco preparado e a banda dava os últimos ajustes no som. Ela era formada por um grupo jovem do Município de São Valentim, seu articulador era o Sérgio Arini. Lá pelas 13 horas, começaram a chegar os primeiros ônibus vindos de toda região. Estavam lotados de jovens estudantes, seus professores e alguns pais. Todos animados falando alto e cantando. Vinham com grandes expectativas, pois, talvez, naquele dia, seria anunciada a nova Universidade. Também chegavam prefeitos, vereadores, deputados, lideranças sindicais e de movimentos sociais.

O salão do CTG Sentinela da Querência tem um espaço amplo, com lugares para muitas pessoas. Mesmo assim, foi ficando cheio e as cadeiras tiveram que ser reagrupadas para que pudessem acomodar a todos.

Assim como todos, eu também estava eufórico. Não por acaso, havia sido escalado para ser o animador da tarde. Já há algum tempo, vinha fazendo animação das manifestações organizadas por sindicatos e movimentos sociais que aconteciam em nossa cidade, não só relativos à luta pela universidade, mas também

de outras pautas reivindicatórias. No entanto, nada era comparado àquele evento. Teríamos mais de 3000 pessoas, sendo que a maioria era jovens. Todos reunidos em uma atividade diferente das vivenciadas em seus cotidianos. Havia necessidade de uma abordagem envolvente que motivasse a permanecer no evento e dar continuidade à luta. Dessa forma, minha função era passar uma mensagem clara, animada e divertida.

Era nossa primeira audiência com alguém do Ministério da Educação. A banda tocava algumas músicas enquanto eu fazia comentários, apresentava as delegações e ensaiava o grito de guerra, aquele que havia desenvolvido no dia anterior: - “Ela virá, vejo sinal, universidade federal!”



Figura 2. Audiência Pública realizada em Erechim /RS.

De tempos em tempos, consultava a coordenação do evento para saber se já iniciariam os pronunciamentos. Porém, a resposta era que devíamos aguardar mais um pouco, pois o representante do Ministério da Educação ainda não tinha chegado. Já passava

das 16h e nada “do homem” chegar. Naquelas alturas, eu já não sabia mais o que fazer para manter o evento em alto astral. Quem trabalha com jovens sabe como eles são impacientes e não permanecem muito tempo no mesmo lugar. Havia o medo de dispersão e consequente esvaziamento da audiência.

Finalmente, quando o relógio aproximava das 17 horas, o dito representante do MEC chegou. Trava-se de Jairo Jorge da Silva – chefe de gabinete do MEC. Vinha representando o Ministro da Educação, Tarso Genro. Imediatamente, a mesa foi composta e iniciaram-se as manifestações das autoridades presentes. Lideranças de diversos segmentos intercalaram-se na apresentação de argumentos que pudessem justificar e convencer o pessoal do MEC a atender a nossa reivindicação. Os discursos eram sucedidos de gritos e aplausos dos presentes. Eles também queriam dar seu recado, assim como seus líderes, queriam manifestar os benefícios que a nova universidade traria para região norte do Rio Grande do Sul e como isso seria um belo investimento do governo federal.

Depois de algumas manifestações, chegou a vez do representante do MEC manifestar-se. Todos ficamos em silêncio e muito atentos a cada palavra. Ele iniciou sua fala contando como que o governo estava planejando a expansão das universidades e de quão importante era aquele momento para a educação superior no Brasil. A estratégia era ampliar as universidades existentes e criar novas em alguns lugares. O objetivo era permitir que o povo trabalhador pertencente às classes menos favorecidas pudesse ter acesso ao ensino superior público e de qualidade.

Conforme falava a expectativa aumentava: todos aguardavam o anúncio oficial de criação da nova universidade ou, ao menos, um compromisso de viabilizá-la. Para nossa decepção, ele foi contando, explicando, narrando e nada. Concluiu seu discurso

parabenizando a mobilização e a importância das pessoas das regiões organizarem-se e reivindicar. Nada além disso.

Muitos acabaram sem entender nada: afinal, ele teria se comprometido ou não em atender a nossa demanda? Aos poucos, as pessoas retiraram-se do salão e dirigiram-se aos seus ônibus. Enquanto saíam, reiterávamos que a luta continuava, que não poderíamos desistir. Precisávamos ainda de muita mobilização, se, de fato, quiséssemos ter a nossa universidade. Embora poucos tenham dito, mas todos ficamos frustrados com aquele evento. Ao mesmo tempo havia a convicção de que tínhamos perdido uma batalha, mas não a guerra.

A LUTA CONTINUA, COMPANHEIRO

Mesmo com o ‘balde de água fria’ do fatídico 17 de novembro, as reuniões seguiram acontecendo e, da mesma forma, a mobilização. Aos poucos, foi se compreendendo que a universidade do norte do RS não se viabilizaria, não só pela capacidade de mobilização, mas também pelo contingente populacional e extensão territorial, o que não justificava um investimento tão alto por parte da União. Como os dois principais grupos que conduziam o Movimento: Via Campesina e Fetraf Sul, possuíam articulações nos estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná, bem como lá estavam discutindo a criação de uma universidade federal, entendeu-se que a saída seria somar forças e lutar por uma universidade *multi campi* e interestadual.

Assim se fez: foi criado o Movimento Pró-Universidade da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. A organização tomou nova dimensão. Já não éramos mais uma pequena região do norte do estado do Rio Grande do Sul, mas um conjunto de entidades e lideranças de três estados. Representávamos uma vas-

ta região de 120.763 mil Km², que congrega 396 municípios com 3.8015.791 habitantes (NADALETTI, 2019). Uma vasta região que, dentre outras características comuns, não tinha cobertura de universidade federal.

Ao somar forças, o movimento ficou muito mais forte e a pressão sobre o governo federal aumentava. Também ficaram mais frequentes audiências em Brasília e na região. Porém, mesmo com toda essa força, as negociações não avançavam conforme esperado. Os técnicos do Ministério Educação argumentavam que deveria ser criada uma universidade na fronteira com Argentina e Paraguai, que fosse bilíngue e pudesse atender a nossa demanda e ao mesmo tempo promover a integração entre os países, na perspectiva da consolidação do Mercosul. Por outro lado, o Movimento não se sentia contemplado com uma universidade nesse formato, pois as distâncias não alterariam tanto e as localidades não teriam o impacto esperado no desenvolvimento social e econômico, sendo este último um dos maiores objetivos.

Após idas e vindas, foi se consolidando o tamanho e o formato que essa nova universidade deveria ter. No início de junho de 2006 o Ministro da Educação, Fernando Haddad, aprovou a ideia de criar uma universidade para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Porém, faltava a decisão final e a posterior formalização de sua criação. Dentro da estratégia do Movimento, a Fetraf Sul organizou o II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar na cidade de Chapecó - SC. Um grande momento para que o presidente anunciasse sua decisão. Foram para lá muitos agricultores, principalmente dos três estados envolvidos – milhares deles, além do público em geral. Havia muita expectativa. O presidente era Luiz Inácio Lula da Silva.

Os deputados que acompanhavam a comitiva, em conversa com o presidente no avião, perceberam que não estava ainda de-

fnido o anúncio. Foi aí que “a tropa de choque” entrou em ação e passou a tentar convencer o presidente a assumir publicamente o compromisso com a nova instituição. Nestes momentos, percebemos a importância de termos lideranças comprometidas com as demandas da sociedade. Argumentaram que o evento poderia ser um fracasso se tal anúncio não fosse dado, pois era essa a expectativa de todos que lá estariam, além disso, a etapa de negociações e adequações técnicas fora superada. Segundo os que lá estiveram, o presidente mais escutou que falou.

Assim que desembarcou no aeroporto, na cidade de Chapecó, o presidente foi conduzido até o local do evento. Como de costume, esses eventos têm manifestação de muitas lideranças políticas, sindicais e de movimentos sociais. Até que chegou o momento do presidente pronunciar-se. A empolgação e o silêncio de todos chamava a atenção. Ainda em 2003, quando estivera em uma Feira no Município de Chapecó, o presidente teria dito que aquela região iria ter uma universidade federal. Esperava-se que ele confirmasse o dito da época. Eis que antes de encerrar sua fala, ele, finalmente, anuncia: - “Vocês terão uma universidade!”, assim, a reivindicação de todos nós seria atendida. Sim, nós tínhamos uma universidade federal. As pessoas que lá estavam foram à loucura, gritos, risos e abraços de comemoração. Afinal, era o resultado de uma luta que nasceu de baixo, que nasceu dos pequenos, que nasceu dos menos favorecidos. Daqueles que, historicamente, não tiveram acesso à universidade pública e gratuita.

Todos os que lá estavam, em grau menor ou maior, tinham consciência de que se tratava de um dia histórico para a luta do povo e para toda a região. A vida daquelas pessoas, de seus filhos e de seus netos agora teria a possibilidade de ser transformada via acesso ao ensino público e, quiçá, de qualidade. Ao contrário daquele evento em Erechim, de 17 de novembro de 2005, neste

caso, as pessoas saíram muito contentes, muito felizes e voltaram para suas casas com a sensação de ter cumprido mais uma etapa da missão de cada um na luta social.

A partir daquele dia, as mobilizações deram lugar às reuniões de trabalho, com equipes técnicas e representantes do Movimento, a fim de elaborar o projeto da nova universidade. Em novembro de 2007, foi instituída uma Comissão de Projeto da Universidade com 22 membros, sendo 11 do Movimento e 11 de órgãos federais. Esses grupos reuniam-se periodicamente e foram desenhando o que seria a universidade: cursos, cidades sedes, dentre outros elementos.

Todo esse trabalho resultou na promulgação da Lei 12.029, de 15 de setembro de 2009:

LEI Nº 12.029, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009.
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com campi nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com campus no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com campi nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.

VAI TER CONCURSO

Vencidas todas as fases de discussão, elaboração do projeto, aprovação e promulgação da lei, chegou o momento de realizar o concurso para provimento dos cargos de professores e técnicos. Na época, eu trabalhava na prefeitura, coordenando o Orçamento participativo. Era uma correria danada, trabalhava-se de domingo a domingo. Tudo acontecendo ao mesmo tempo. Quando fiquei sabendo do concurso, pensei em não fazer, pois não tinha tempo para me preparar. Pelo sim, pelo não, inscrevi-me. No dia do concurso, haveria, na praça da cidade, um sorteio de casas para o projeto Minha Casa Minha Vida e eu estava escalado para coordenar o referido sorteio. Haveria mais de 4000 pessoas na praça devido aos shows. Estava decidido a não fazer o concurso. Não queria perder aquele momento. No dia da prova, passei pela praça onde estavam instalando o sistema de som. Ao me ver, o colega Joselito expulsou-me imediatamente, reiterando a importância de fazer o concurso.

Não havia outra alternativa a não ser baixar a cabeça e ir fazer a prova. Eu cheguei lá, encontrei várias pessoas. Todos comentando sobre suas trajetórias de concursos, de provas... Começou a me bater uma ansiedade e ao mesmo tempo fui me acalmando. Pensei: vou fazer a minha prova e cada um vai fazer a sua, seja lá o que for. Fui um dos últimos a sair da sala. Quem faz concursos sabe que se você ficar entre os três últimos, só têm permissão de saírem juntos. Na saída encontrei alguns conhecidos e comparamos as provas, a maioria das questões não batia. Concluí que tinha ido mal, fiquei chateado. O resultado saiu na véspera de Natal de 2009. Não acreditei quando vi o resultado: tinha passado em condição de empate com meu colega de faculdade Ricardo. No critério de idade, fiquei em primeiro. Fiquei triste pelo colega e ao mesmo tempo muito feliz, pois iria trabalhar naquela universidade que até bem pouco

tempo atrás era apenas um sonho, agora estava concursado / classificado para fazer parte da primeira turma de servidores.

No final de janeiro de 2010, estava acontecendo, em Porto Alegre, o 10º Fórum Social Mundial. Fazia anos que desejava estar lá. Fui, participei dos eventos realizados em Canoas. No último dia, sai do hotel com toda a bagagem. Participei das atividades e, ao final da tarde, dirigi-me até a rodoviária de Porto Alegre de onde deveria pegar um ônibus com destino a Florianópolis. Parti às 23h. Minha posse na universidade seria no dia seguinte nas instalações da Universidade de Santa Catarina. Poderia ter sido uma viagem tranquila, isso se não tivesse passado mal do estômago. Até chegar em Florianópolis, não dormi nem sequer um minuto. Desembarquei na rodoviária com o objetivo de dormir um pouco, porém os bancos da rodoviária de Florianópolis não são feitos para isso. Impossível acomodar os braços, os encostos não são da altura da cabeça e nem altura do braço. Simplesmente não se consegue dormir. Tentei de todas as formas, mas não consegui “pregar olho”. Indignado peguei um táxi e fui até a UFSC. Achei muito longe. Para quem mora no interior, todas as distâncias da cidade grande parecem maiores.

Quando desci do táxi, dei-me conta que era a primeira vez na história da minha vida que eu pisava em uma universidade federal. Observei os prédios, as distâncias entre eles, assim como toda a estrutura. Fiquei encantado. Pensei: - será que nós teremos essa estrutura ou algo parecido lá em Erechim? Até aquele momento, o que tínhamos era uma área de 100 hectares adquirida pela Prefeitura Municipal de Erechim. Ainda era bem cedo e o setor do Hospital estava fechado. Após aguardar um tempo, fui atendido e apresentei minha documentação relativa à condição física e de saúde. O restante dos documentos seria entregues somente às 14h.

Procurei a casa de algumas amigas, mas não as encontrei. Tive que voltar à rodoviária para comprar a passagem para Ere-

chim, que havia esquecido. Muito cansaço, muito calor. A tarde, ao entregar os documentos, conheci o novo colega Marcelo Ronsoni, o qual se tornaria um amigo. Foi ele quem velou o meu sono na sombra de uma árvore. Tínhamos que esperar pela cerimônia de posse que ocorreria às 17h. Lá nos reunimos em um salão maior com todos os servidores de todos os *campi*. Cheguei em casa, em Erechim, no dia seguinte, às 9 horas da manhã. Cansado, mas muito feliz, pois estava oficialmente empossado. Na semana seguinte, fomos informados que deveríamos nos apresentar junto ao Seminário de Fátima, onde seria a sede provisória da universidade, campus Erechim.

O PRIMEIRO DIA DE TRABALHO

Dia 11 de fevereiro, pela manhã bem cedo, saí para o meu 1º dia de trabalho. Chegando ao Seminário de Fátima, encontrei mais alguns colegas parados em frente, também aguardando. Após nos apresentarmos e trocarmos algumas informações, nos demos conta de que não sabíamos exatamente o que esperávamos. Não havia chefia, não havia secretaria e nem cadeiras, somente nós. Eis que apareceu o padre Valter Girelli, reitor do Seminário, que nos perguntou onde iríamos ficar, ao que respondemos que não sabíamos. Sendo assim, ele nos convidou para ficarmos provisoriamente em uma sala ao lado do hall de entrada do seminário, justamente a sala onde há cinco anos eu havia participado da 1ª reunião para pensar a luta pela universidade. Como não se emocionar? Como não ficar com o coração palpitando? Como não admirar aquele momento de início, vendo os agora colegas de trabalho sentados em volta da mesa oval?



Figura 3. Primeiros servidores a entrarem em exercício no Campus Erechim.

Naquele mesmo dia, começamos a pensar como seria a nossa organização administrativa. Por nossa iniciativa, começamos a definir um organograma dos setores e equipes. Inicialmente, focados na matrícula que deveria ocorrer no início do próximo mês. No dia seguinte, veio de Chapecó o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, professor Joviles Vitório Trevisol, com prerrogativas para nos entregar o termo de efetividade, sendo este um dos atos do processo de admissão de novos servidores. Ainda naquele dia, eu e o colega Laucir fomos consertar as janelas, pois havia alguns problemas ao manuseá-las. Tudo isso fazia parte da preparação para recebermos os estudantes.

No final de semana, firmamos um mutirão para organizar o entorno do seminário. Colocar algumas pedras para que as pessoas não precisassem pisar no barro; capinar... enfim, preparar a casa. Naquele momento, já tínhamos a direção de campus presente: Professores Hilton Benoni da Silva, Dirceu Benincá e Paulo Bitencourt. Aquele domingo, foi muito significativo. O en-

volvimento de muitos colegas era bonito de ver. Todos trabalhando com enxadas, pás, picaretas... todos dando sua contribuição para preparar o espaço da melhor forma possível. Dentre todas as cenas, uma chamou a atenção: o diretor do campus puxando uma carroça para retirar os entulhos que estavam sendo removidos. Naquele momento, eu pensei: de fato, esta universidade será diferente das outras.



Figura 4. Servidores descarregando os primeiros móveis do Campus Erechim.

DIA DA MATRÍCULA

Nos dias que se sucederam, foram chegando cadeiras, mesas e demais equipamentos necessários para dar condições de início às aulas. Enquanto isso, servidores eram treinados para realizar as primeiras matrículas. Foi organizada uma equipe com inúmeras tarefas. Envolveva desde a acolhida no lado externo do prédio até a efetivação da matrícula. Eu fiquei responsável pela primeira

abordagem. Logo cedo, começaram a chegar os primeiros classificados. Muitos vinham acompanhados de seus pais. A maioria era proveniente da região (83%), outros, de diversos estados do Brasil (17%). Mas a grande maioria (90%) vinha de escolas públicas, pois, já no primeiro processo seletivo, foram instituídos critérios que facilitavam o ingresso desse grupo. Segundo informações do próprio Site da UFFS:

O primeiro formato, aplicado na seleção de candidatos(as) de 2010 até o ingresso de 2012, denominava-se Fator Escola Pública, que consistia na atribuição de bonificação na nota obtida pelo(a) candidato(a) no ENEM, referente à edição selecionada para concorrência no processo seletivo regular, visto que era possível escolher entre as notas das duas últimas edições do exame. A bonificação era proporcional ao número de anos do ensino médio cursado em escola pública: se o candidato tivesse cursado os três anos do ensino médio em escola pública, sua nota final seria o resultado da multiplicação da nota do ENEM por 1,3. Os demais fatores de multiplicação da nota eram 1,1 (para um ano cursado em escola pública) e 1,2 (para dois anos cursados em escola pública). O(A) candidato(a) selecionado(a) para matrícula deveria comprovar, por meio do histórico escolar, que efetivamente cursou em escola pública o número de anos declarado no ato da inscrição.

Esses dispositivos foram incisivamente reiterados pelos integrantes do Movimento Pró-Universidade, diante do medo de que a UFFS pudesse repetir aquilo que ocorria praticamente em todas as instituições federais, ou seja, a maioria dos ingressantes era oriunda das famílias de maior poder aquisitivo, como pregava aquele professor de uma das escolas visitadas durante a mobiliza-

ção pela vinda da universidade. O “Fator Escola Pública” fez com que a UFFS inaugurasse uma nova situação na universidade pública brasileira: pela primeira vez, uma instituição dessa natureza teria mais alunos oriundos das classes da base da pirâmide.

As matrículas aconteceram de 9 a 12 de março de 2010, em todos os 5 *campi* para 42 cursos, que, juntos, ofertaram 2.160 vagas.



Figura 5. Primeiro dia de Matrícula.

As aulas começaram no dia 29 de março de 2010. A direção recepcionou os alunos em uma cerimônia que envolveu apresentação artística e presença de autoridades como o prefeito de Erechim, Paulo Polis, o secretário de educação do município, Anacleto Zanella, o deputado estadual Ivar Pavan e representantes do Movimentos sociais que compunham o Movimento Pró-Universidade. A cerimônia foi encerrada com um coquetel colonial da agricultura familiar e conhecimento das instalações do *campus* provisório com os primeiros contatos com os professores.

A CASINHA DO GUARDA

Já mencionei várias vezes que as instalações eram provisórias e insuficientes, embora o Seminário de Fátima tenha adequado suas instalações para locar o espaço. Dentre as necessidades que se apresentaram, foi a construção de um abrigo para os guardas. No contrato de locação, nada se falava sobre isso. Tão pouco havia recursos para a construção. O então coordenador administrativo, Dirceu Benincá, buscava desesperadamente uma solução. Em diálogos, chegamos à conclusão que nós mesmos deveríamos construir a dita edificação.

Os professores arquitetos preferiram não se envolver na empreitada por considerarem insuficiente e inapropriado a proposta apresentada. Mas o fato é que os homens estavam na chuva, desabrigados e clamavam por uma solução. Propus-me a executar a obra desde que alguém ajudasse. Já tínhamos colegas terceirizados e um deles foi designado a ajudar. No entanto, ainda tínhamos um problema: onde conseguiríamos o material. O padre Valter ofereceu uns barrotes e o telhado. O Dirceu saiu pelo comércio arrecadando *madeirite* (material usado em tapumes de construção) e conseguiu o suficiente. Arrumamos algumas ferramentas emprestadas e iniciamos a obra. Em poucos dias, os colegas vigilantes já podiam usufruir o abrigo. Ele serviu para essa finalidade até a mudança para o *campus* definitivo em 2015.

Assim como a “casinha” dos guardas, houve outras iniciativas com colaboração dos servidores. Uma demanda surgida para o banheiro feminino foi um espelho. Um servidor acabou comprando e doando para ser instalado. Da mesma forma, toalhas para a mesa de autoridades usadas em eventos foram doadas pela servidora Kelly Reis, vasos de flores foram emprestados. Também construímos um palco grande e forte para a realização dos eventos.



Figura 6. “Casinha do guarda” construída pelos servidores da UFFS.

MARCAS DA EXPERIÊNCIA

A escolha dessa forma de escrita não foi por acaso. O objetivo da narrativa foi demonstrar ao leitor o comportamento e olhar do indivíduo envolvido em uma luta social específica, considerando o contexto daquele momento histórico. Muitos trabalhos foram e serão ainda produzidos para contar a história desta universidade. No entanto, as memórias e detalhes, se não escritos, logo irão se perder. Certamente, muito do que foi narrado aqui não será encontrado em outro lugar, pois faz parte de um recorte específico a partir de um ponto de vista de quem viveu a história contada.

Antes de lhe parabenizar por ter chegado até aqui com a leitura, deixe-me ainda reiterar algo: Esta universidade talvez com o tempo possa igualar-se às outras. Mas posso lhe afirmar que, na origem, ela foi diferente, ao menos em dois aspectos: nasceu da luta e organização de movimentos populares e pela sua forma de

acesso permitiu que os pobres do Brasil pudessem também entrar em uma universidade federal.

Gritávamos “Ela Virá” e ela “veio”. Agora, precisamos lutar para que ela fique!

A UFFS E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Gabriel Tamanchieviz Argenton

O tema da educação no Brasil é alvo de muita discussão e proposições, em nossa Constituição Federal, é bem estabelecido o Artigo 205, que declara “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Porém, essa não é a realidade para muitas pessoas no país. Há muitas questões que impedem o acesso ao ensino, principalmente, no nível superior. Temos, como exemplo, a proximidade das universidades, a demanda na área profissional para atuar ou mesmo condições básicas para conciliar subsistência e estudo. Por muito tempo, cursar uma graduação era exclusividade de pessoas com poder aquisitivo, havendo poucas exceções de sujeitos que conseguiram subverter essa lógica.

Em 2003, com o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, a promessa era alterar esse quadro de exclusão das camadas populares. O acesso às universidades, ou à qualificação profissional em geral, deixaria de ser um sonho, para tornar-se opção. No

entanto, as universidades dos grandes centros urbanos, além de não serem suficientes para toda população brasileira, não representavam o interesse das populações do interior que desejavam uma educação visando às suas demandas próprias. Dialogando com temáticas pertinentes para o desenvolvimento social e econômico de comunidades afastadas das grandes cidades, a partir dessa concepção foi formada a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que emerge das reivindicações de diversos setores da sociedade civil organizada para a construção de universidades no interior da região Sul do Brasil.

A partir desses diversos pedidos e manifestações para a instalação de centros educativos nas regiões da fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, coloca-se em evidência a necessidade de constituir um espaço para unificar essas movimentações, sendo, com isso, formado o Movimento Pró-Universidade com o objetivo de coordenar as ações e promover a coesão da região da Fronteira do Mercosul. Naquele momento, os movimentos sociais e sindical tomaram protagonismo, tornando-se referências como representantes da comunidade para a discussão sobre o ensino superior na região. Os principais atores dessa organização foram a Via Campesina¹ e a FETRAF-SUL², organizações vinculadas a

¹ “A Via Campesina se define como “um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas” (VIA CAMPESINA, 2007), que defende os valores e interesses de seus membros. Atualmente, reúne organizações de 56 países da Ásia, África, Europa e Américas. Ideologicamente, a Via se define como “um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação política, econômica ou de outro tipo”. (VIA CAMPESINA, 2007).”

² “A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar, ASSAF, APAFA e ASSINTRAFs em toda a Região Sul. Com sindicatos regionais fortes, a Fetraf-Sul/CUT abrange mais de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT), para ser um instrumento a serviço dos agricultores familiares e

movimentos de agricultores familiares, que, em conjunto, com suas bases sociais tomaram a dianteira dos processos de mobilização e de propaganda em prol da criação da universidade. Segundo Nadaletti (2019, p. 118), “a criação da UFFS é resultante de dois fatores fundamentais: o contexto de relativa democratização do ensino superior e a luta popular dos movimentos sociais”.

Esses movimentos não entendiam como necessária a universidade por si só, nem que a partir de sua conquista teriam encerrado com suas obrigações com ela. Ao contrário, após constituí-la, outro grande desafio seria imposto, o de participar ativamente de seu dia a dia e de realizar nesse espaço o projeto de universidade popular tão sonhado. Neste sentido, além de retomar elementos sobre a participação dos movimentos sociais na construção da UFFS, o presente trabalho tem, como objetivo, estabelecer aproximações entre essas organizações e as contribuições que podem fornecer à instituição de ensino.

“UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL JÁ!”

O título acima relembra as palavras de ordem que indicavam qual era a principal reivindicação do Movimento Pró-Universidade Federal, grupo formado por diversos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, pastorais sociais, partidos políticos e associações comunitárias. A mesorregião da fronteira do Mercosul encontrava-se desassistida na área da educação pública superior, em um cenário em que as universidades comunitárias tinham o principal papel de discussão sobre o desenvolvimento da região.

da classe trabalhadora. É uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares” (FETRAF).

A população organizada via na universidade federal não só a oportunidade de acesso de seus filhos e parentes ao ensino superior, mas também uma maneira para tirar a exclusividade da iniciativa privada na discussão dos rumos da região.

Era necessário ampliar os espaços de inclusão social, com isso, as universidades constituem-se como importante ferramenta profissionalizante, que, além de proporcionar momentos educativos, é um espaço em que se descobrem novas oportunidades. Sem muitas opções para o estudo e qualificação nas cidades da região, os jovens que residiam nos pequenos municípios viam-se na iminência de procurar alternativas em outras localidades. Em resposta à exclusão desses jovens das universidades e dos outros problemas sociais e econômicos, que não ofertavam oportunidades para esse grupo social em seus municípios, foi fomentada a criação de uma universidade pública federal (TREVISOL, 2015).

Neste sentido, a organização do Movimento Pró-Universidade, que, por meio de comitês, seminários, audiências, atos públicos e mobilizações, conformou a concepção de que a universidade deveria buscar a resolução dos problemas da região e a evolução das suas possibilidades (BENINCÁ, 2011). Era necessário ampliar o acesso à educação, pensando conjuntamente nas demandas sociais e econômicas que a sociedade civil reivindicava. Também, com o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Estado brasileiro condicionava sua atuação com o objetivo “de adotar políticas educacionais que promovam a democratização do acesso e o aumento do número de vagas públicas e gratuitas” (TREVISOL, p. 345, 2015).

Por fim, organizou-se uma comissão formada por 70 pessoas vinculadas à Via Campesina e à FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), que teriam, como ob-

jetivo, ser interlocutores para firmar o diálogo com o Ministério da Educação e defender as propostas da população (BENINCÁ, 2011). Esse diálogo estreito entre Governo Federal e movimentos sociais foi essencial para a implementação da universidade, impulsionando cada vez mais os debates públicos e a incidência desses debates na sociedade.

Confirmando esse contato entre o Executivo Federal com as organizações sociais, em 2003, durante abertura da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), o Presidente Lula afirmou a futura vinda de uma universidade para região (TREVISOL, 2015). Em setembro de 2009, foi sancionada a lei 12.029/09 de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), dividindo campus no Noroeste e Norte Gaúcho, no Oeste Catarinense e no Sudoeste paranaense. Todas essas regiões tinham, como similaridade, a grande influência da agricultura e da cultura camponesa, reafirmando o desafio dessa nova instituição profissionalizar os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e discutir sobre as questões que envolvem os conflitos em torno da luta pela terra.

A partir da conquista, a nova universidade foi firmando suas bases nos municípios do interior, estabelecendo-se em espaços temporários cedidos por instituições de ensino públicas e filantrópicas. Com a universidade estabelecida, novos desafios surgem para a própria instituição, como a organização de espaços próprios e políticas de assistência estudantil. Além da estrutura física, foi necessário pensar na população que iria efetivamente beneficiar-se da UFFS, com isso, era urgente pensar um passo a mais que a universidade em si, era preciso tornar essa mobilização uma constante entre os outros temas da região. Para Anacleto Zanella,

assim, como foi construído o movimento vitorioso que fez nascer a UFFS, poderá ser efetivado um grande plano de ação de combate à pobreza e à desigualdade na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Além disso, poderá se transformar num grande movimento de formulação, de denúncia e de mobilização com a ampla participação de setores sociais civis e das três esferas governamentais. Somente assim, com o desenvolvimento de ações incisivas, será possível a superação desse grande mal que assola milhares de pessoas e famílias (ZANELLA, 2019, p. 40).

Era o momento de tornar a instituição em um referencial para essas questões. Um espaço que unificasse novamente todas essas organizações para a construção de políticas públicas, de efetivação na profissionalização de jovens e no combate às desigualdades. Evidencia-se, assim, que o processo educativo que está sendo executado não pode reger-se a partir da ordem natural das estruturas sociais que intensificaram a desigualdade. Portanto, retornar aos movimentos sociais para aprofundar o debate sobre a educação torna-se urgente para a efetivação de uma educação pública, gratuita, de qualidade e popular.

CONTRIBUIÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS PARA EDUCAÇÃO

Na perspectiva dos movimentos sociais, a educação diferencia-se do que é proposto pelo Estado, sendo construída, em sua maioria, nos espaços de educação não formal. Isto é, os movimentos utilizam espaços que lhes fornecem autonomia para criar alternativas vinculadas às suas perspectivas políticas. Entre as diversas correntes pedagógicas que se encontram entre os movimentos sociais, considera-se ser necessário não se deslocar do

campo político que construiu e participa ativamente da Universidade Federal da Fronteira Sul. Como citado anteriormente, essas organizações políticas colocaram-se integralmente para constituir um novo espaço para qualificar a região, porém isso estava alinhado dentro dos projetos propostos pelos movimentos sociais para o desenvolvimento da região. Assim, inicialmente, o diálogo acontece a partir da pedagogia desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST) (vinculado à Via Campesina), que, pelos seus pensadores, foi atribuído o nome de “Pedagogia do Movimento Sem-Terra”.

Ao desenvolver essa concepção, o MST entende-se como formador durante o processo de mobilizações, adquirindo o caráter de movimento como “sujeito pedagógico” entre os participantes da organização. Identifica-se, assim, “como uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem” (CALDART, 2012, p. 199). O dia a dia nas reuniões, mobilizações e tarefas toma o espaço da sala de aula em ser o espaço que a educação acontece. Todas as pessoas envolvidas nas ações do movimento estão passando por um processo formativo, no mesmo sentido em que elas participam ativamente na execução desse momento. Essa intencionalidade, direcionada para a formação, não está no campo da educação, mas representa uma orientação política, segundo a trajetória e as discussões de determinado movimento (Ibid.). A *intencionalidade pedagógica*, apresentada por Roseli Caldart, está intimamente ligada às demandas e pautas que os movimentos sociais entendem como central. Essa concepção não parte da negação de espaços institucionais de ensino, ao contrário disso, significa expandir o processo educativo para relacionar o que ocorre na vida das pessoas, com as lutas do movimento e com os temas que são aprofundados durante essa relação.

Com isso, é necessário reafirmar que “não existe educação sem as pessoas, sem um território e sem um momento histórico, onde esse processo educativo vai estar inserido e da dinâmica social em que estará condicionado esse momento” (CALDART, 2012, p. 202). Essa concepção é desenvolvida ao pensar o sujeito Sem-Terra, que se identifica como um militante do MST e agricultor, que tem seus direitos suprimidos pelo modelo social vigente. Porém, essa concepção pode avançar sobre a atuação de diversos movimentos sociais e até de organizações com outras dinâmicas (como o movimento sindical ou partidos políticos).

Neste sentido, Roseli Caldart (2012, p. 200) afirma que

olhar para o movimento social como sujeito pedagógico significa retornar uma vez mais à reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social que se insere. A preocupação em compreender mais profundamente como acontecem os processos de formação humana, e a tentativa de identificar em cada circunstância histórica quem são os principais personagens da cena pedagógica, que são afinal os sujeitos educativos, tem sido uma das constantes na história da educação e das teorias pedagógicas.

É fundamental separar os interesses da educação e os interesses do mercado, que se apoia em condições baseadas no acúmulo de dinheiro e manutenção das desigualdades. Precisa-se de uma educação identificada com as demandas dos trabalhadores e que tenha, neles, o seu mote inicial. Mészáros (2008, p. 55), ao parafrasear Paracelso, afirma que “a aprendizagem é a nossa vida”, sendo que, em seu livro “A Educação Para Além do Capital”, reivindicava justamente essa concepção de não desconectar o caráter pedagógico da realidade em que se vive. Há muito co-

nhecimento em nossas ações diárias e situações que vivemos desde nosso nascimento, sendo o contexto em que estamos inseridos essencial para a formulação dos movimentos sociais sobre uma educação que pretende ter um aspecto crítico e emancipatório. Vivemos a educação em cada momento da nossa vida, desde as atividades do cotidiano até aos processos formais de educação, pensados para gerar reflexão e ampliar conhecimentos. Para quem participa de um movimento social não é diferente, essas organizações promovem espaços pedagógicos durante suas ações e em seu cotidiano. Para Gohn (2012), a manifestação desses processos educativos são perceptíveis na mudança das relações sociais dos participantes, que são geradas nas ações políticas que dão vida aos movimentos. A autora afirma que, nos processos reivindicatórios das organizações, “a pressão e a resistência têm como efeitos demarcarem alterações nas relações entre os agentes envolvidos” (GOHN, 2012, p. 58). No fomento de estudos e desenvolvimento de práticas políticas sobre determinados assuntos, como, por exemplo, meio ambiente ou matriz energética brasileira, essas organizações propiciam os espaços para gerar reflexões e análises críticas sobre esses temas.

Para Mezáros (2008), a educação formal, representada pelas instituições de ensino, não consegue expressar esses aspectos contextualizados da educação, para realizá-la de forma que venha contribuir na formação integral das pessoas. Porém, ela pode ter papel vital para contrapor a lógica dominante, se houver, em sua proposta, elementos progressistas que sejam bem-sucedidos. Assim sendo, ao pensarmos na UFFS, na elaboração de seus documentos regentes de cursos, eram presentes aspectos que condicionam o debate sobre questões cotidianas e do trabalho, como, por exemplo, a agroecologia nos cursos de Agronomia, as energias renováveis no

curso de Engenharia Ambiental e Sanitária e a popularização de projetos de moradia no curso de Arquitetura e Urbanismo.

Dentro da universidade, esse direcionamento mais vinculado aos setores e produções de viés popular sobre os cursos e as teorias aplicadas vão perdendo espaço, na medida em que a instituição se desvincula das práticas sociais e discussões promovidas pelos movimentos. É necessário, neste sentido, que se tornem ponto de discussão autores e experiências que se desvinculam de propostas convencionais da educação e do mercado de trabalho, que reproduzem as demandas e necessidades que estão mais atreladas a interesses econômicos de determinados grupos e não ao interesse da melhoria das condições de vida das pessoas. Essas concepções podem contribuir no sentido de aproximar a UFFS da comunidade regional e fortalecer seu projeto inicial de transformação das condições sociais na região. Essas mudanças não ocorrerão se não houver força social e identificação da população com as propostas e trabalhos que a universidade desenvolverá e já desenvolveu. Portanto, é preciso aprofundar a discussão sobre como se aproximam as ações dos movimentos sociais e suas concepções de educação, bem como essas reflexões podem contribuir para a construção do projeto de universidade popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este capítulo, a reflexão que fica para esclarecimento é como alinhar a prática formativa dos movimentos sociais com o estudo nas universidades. E, neste sentido, ambos os lados podem contribuir entre si para aperfeiçoar seus processos formativos. Pode-se pensar em alguns exemplos de espaços em que as universidades e os movimentos sociais dialogam de forma

mais estreita, como nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoc), ou mesmo no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Porém, para além de ouvintes, os movimentos sociais devem estar como atores ativos no processo de construção e transmissão dos conhecimentos.

As práticas educativas dos movimentos sociais, assim como suas atuações políticas, colocam a universidade no princípio de estar próxima às demandas da sociedade civil para entendê-las e dar respostas para essas questões. A resposta dos movimentos é a organização popular e as mobilizações sociais em torno dessas determinadas pautas. É preciso entender quais as lições que essas instituições devem adquirir com os movimentos para avançar em seu nível de impacto na sociedade, principalmente a UFFS, que tem, como objetivo, a discussão e a transformação das relações sociais na mesorregião do Mercosul.

É possível destacar, nesse diálogo com as organizações populares, justamente a intenção de aprofundar esse vínculo para, também, não ser somente a universidade quem tem a obrigação de dar condições aos movimentos. É necessário que os movimentos sociais, por sua vez, estejam dispostos a construir as propostas que vêm das universidades, ajudando na elaboração e na prática de pesquisas e projetos de extensão. Para além da produção do conhecimento com caráter popular, os movimentos sociais devem ter, como horizonte, a divulgação desses projetos e pesquisas já realizadas. Devem, desse modo, dialogar com seus militantes para que participem dos espaços e projetos propostos pela universidade e que os divulguem em suas bases sociais com o objetivo da construção do conhecimento de maneira popular. Nesse momento, é importante para o convencimento da população sobre a importância das pautas em discussão, bem como a divulgação da própria universidade. Esse deve ser um dos momentos mais impor-

tantes, pois ao retornar com resultados, a universidade demonstra que consegue oferecer resultados efetivos para essas demandas.

É explícito que os movimentos sociais têm seus interesses e que, muitas vezes, as instituições de ensino não andam em acordo com essas leituras, porém, ao contribuir com sua maneira de atuar sobre a realidade, os movimentos sociais demarcam suas posições e colaboram na construção do conhecimento popular na universidade. Entre as diversas correntes de pensamento que a universidade tem como objetivo discutir, o sujeito do movimento social torna-se o principal intermediador para pautar a análise de sua organização.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].
- BENINCÁ, D. Uma universidade em movimento. In: BENINCÁ, Dirceu. *Universidade e suas fronteiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Cap. 1. p. 31-63.
- CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FETRAF (Rio Grande do Sul). *Quem somos*. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php/fetrafsul/quem-somos>. Acesso em: 01 maio 2022.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Editora Cortez, 2012.
- MÉSZAROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).
- NADALETTI, C. L. *A luta popular pela criação da Universidade Federal da Fronteira do Sul*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TREVISOL, J. V. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, J. C; VALENTINI, D. J; ZARTH, P. A. (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Editora Uffs, 2016. p. 333-352.

VIEIRA, F. B. Lutas Camponesas na Escala Internacional: um estudo sobre a via camponesa (peasant struggles at international scale). *Revista Nera*, [S.L.], n. 20, p. 58-82, 26 nov. 2012. Revista NERA.

ZANELLA, A. POBREZA E DESIGUALDADE NA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL: o papel da uffs e dos movimentos sociais. In: BONI, V; ROCHA, H. (org.). *Pesquisas em Movimentos Sociais na Fronteira Sul*. Curitiba: Editora Crv, 2019. Cap. 2. p. 33-45.

UM SONHO EM CONSTRUÇÃO:
A Universidade Federal da Fronteira Sul (Erechim)

*Gabriela Carla Sychocky
Solange Toderó Von Onçay*

O objetivo do presente texto é problematizar a respeito da construção da Universidade Federal da Fronteira Sul no município de Erechim, Rio Grande do Sul, e como o Movimento dos Atingidos e das Atingidas por Barragens auxiliou diretamente nesse processo.

A proposta de construção da UFFS vem a muito tempo sendo debatida dentro dos movimentos sociais. Atualmente, a sua estrutura está pronta, mas ela segue em construção para tornar-se cada vez mais acessível e reconhecida.

As políticas públicas de acesso são fundamentais para que os filhos e as filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras possam entrar e graduar-se em uma instituição com a UFFS.

MAB E SUAS LUTAS

O Movimento dos Atingidos por Barragens (nasceu no ano de 1987, após sua existência como CRAB) surgiu devido à demanda crescente das lutas dos atingidos e das atingidas por barragens pelos seus direitos que foram expropriados e direcionados aos

interesses das grandes empresas capitalistas, que estão sempre em busca dos lucros exorbitantes e não dos benefícios para a população em geral. De acordo com a autora Ellen Meiksins Wood, não é o mercado do século XVI, o Estado, o dinheiro e nem o trabalho que definem o capitalismo e sua estrutura, mas a acumulação do lucro. Nas próprias palavras da autora:

o capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida [...]. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista (WOOD, 2001, p.12).

A construção de uma usina hidrelétrica de grande porte tem um impacto ambiental insustentável e ainda vieram sendo construídas com a exploração de muita mão de obra barata. Neste sentido, muitas pessoas acabaram morrendo durante o processo, por falta de acesso aos itens de necessidade básica para a sobrevivência e por doenças que eram trazidas pelos(as) trabalhadores e trabalhadoras, os quais, geralmente, não são da região em que a barragem está sendo construída.

Nessas condições, na década de 1990, ocorreu um grande crescimento na construção de barragens para usinas hidrelétricas, devastando florestas nativas, provocando a extinção de espécies de animais do ecossistema e os/as ribeirinhos/as foram mandados(as) embora.

Os/as ribeirinhos/as, moradores e moradoras dos espaços atingidos, foram tratados(as) como descarte, foram invisibilizados. As empresas responsáveis pelas hidrelétricas negavam-se a dar os direitos das pessoas que foram afetadas por tais construções. O Movimento dos atingidos por Barragens entrou nessa frente para lutar pelo direito ao reassentamento e à carta de crédito. Contudo, mesmo com os avanços pelas lutas, havendo reconhecimento por esses direitos, sendo estes atendidos, as feridas não se curam, pois, normalmente os reassentamentos ficam longe do local de origem das famílias e, com a carta de crédito, nem sempre se consegue comprar um lugar como antes, mesmo este sendo insubstituível.

É frente a esse cenário que o MAB luta para que novas barragens não destruam as vidas das pessoas. Dois casos recentes que impactaram fortemente na vida das pessoas foram os desastres sociais, ambientais e econômicos que ocorreram em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) pelas barragens da Vale em Minas Gerais, situação até o momento não resolvida, havendo, sobretudo, mortes de pessoas. Os impactos ambientais são tantos que os resíduos sólidos que são depositados na barragem degradam o meio ambiente e são considerados lama tóxica, que, além de matar o solo, as plantas e os animais, mata o ser humano.

Um dado a ser analisado é em relação à saúde. Os desafios enfrentados pela saúde coletiva e pelo SUS (Sistema Único de Saúde) após o rompimento de uma barragem dessa magnitude são muitos. Segundo Freitas et. al., alguns danos são irreversíveis.

Estudos sobre os desastres e seus efeitos ao longo dos meses pós-desastres têm demonstrado a elevação de internações e excesso de mortalidade (com até 46 vezes mais do que os registros oficiais iniciais) até seis meses após os eventos. E para as internações e mortalidade destacam-se as doenças cardiovasculares, afetando principalmente os mais velhos e os mais pobres. Considerando que os desastres em barragens de mineração têm uma natureza complexa e dinâmica nos seus múltiplos e sobrepostos processos sociais, econômicos, ambientais, culturais e sanitários, cujas fronteiras espaciais e temporais são difusas a depender dos cenários de variabilidades e alterações (degradações) ambientais, exposições, riscos, danos e doenças, há o desafio de se produzir conhecimentos e formação de profissionais numa perspectiva sistêmica, interdisciplinar, intersetorial. Considerando os cenários de mudanças climáticas e de crescimento e combinação dos desastres de origem natural com os desastres de origem tecnológica é necessário investir na pesquisa e formação de profissionais que trabalhem sobre os desastres em uma perspectiva sistêmica (FREITAS et al., 2009, p.5)

Como os autores argumentam, é necessário que se invista na formação geral emancipadora, que permita amplo conhecimento aos profissionais e que sejam capacitados para que possam atender da melhor forma possível a população quando um desastre dessa magnitude ocorra, bem como para que sejam evitadas tais impunidades como esta que a empresa Vale ocasionou. Por conta desse e outros motivos, o MAB lutou e luta até os dias atuais para que todos tenham acesso à educação.

O SONHO EM CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE POPULAR NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

A vinda da Universidade Federal da Fronteira Sul para a região do Alto Uruguai é resultado de incessantes lutas dos movimentos sociais, incluindo o MAB. A ideia principal sempre foi trazer uma Universidade pública, gratuita e de qualidade para os trabalhadores e as trabalhadoras que são afetados e afetadas pelo crescimento do capitalismo. Os setores populares, historicamente, tiveram o direito ao ensino superior inacessível. Nem todas as famílias que não tinham condições de pagar uma faculdade particular para estudar tinham seu direito negligenciado, por isso, a Universidade pública torna-se um direito muito importante que foi conquistado.

As universidades públicas, no início, foram criadas nas grandes metrópoles, para satisfazer a elite brasileira, fazendo, assim, com que os filhos e filhas das pessoas mais pobres não tivessem acesso à educação superior, para que os setores populares continuassem sendo mão de obra barata.

A educação torna os sujeitos cada vez mais críticos e, consequentemente, mais questionadores. O ato de questionar incomoda e assusta quem está no poder. Os poderosos têm medo do pobre que questiona, pois, dessa maneira, podem perder sua fonte barata de riqueza.

O conhecimento emancipador é a ferramenta mais poderosa do ser humano, conhecer as coisas e ter visões de mundo antigamente era só para as pessoas ricas, mas, com chegada da Universidade aos pontos mais extremos do Brasil, essa perspectiva acabou mudando um pouco. Falta muito ainda para que mude por completo, visto que poucas pessoas têm acesso a esse direito, em especial, quando trata-se de condições de permanecer na universidade até concluírem seus cursos.

A chegada da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Erechim possibilitou que muitos indivíduos pudessem frequentar uma universidade e ter uma formação profissionalizante. Atualmente, a Universidade é um ponto de referência muito importante na região. Segundo Chauí:

a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade, é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público da sua legitimidade e suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturadas por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 2001, p. 35).

A Universidade tem, como principal função, traduzir-se em atuação social, política, cultural, artística, a partir das demandas da sociedade em diálogo com o conhecimento científico construído pela universalidade. Assim, busca formar sujeitos profissionais para atuação na sociedade, atendendo suas demandas, fundada no reconhecimento público e na legitimidade de suas atribuições e, no caso da sociedade desigual, sendo críticos para transformação das situações injustas.

Como a própria autora Marilena Chauí afirma a “universidade pública é uma instituição social”. É uma instituição social por-

que transforma a vida das pessoas, faz a ação de mudar a realidade dos sujeitos. Além disso, é dever do Estado garantir esse direito que está presente na Constituição Federal Brasileira desde 1988.

Durante muito tempo, tinha-se o sonho da construção de uma universidade pública na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul. A pauta sempre existiu dentro dos movimentos sociais, inclusive, dentro do Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens. Houve uma grande mobilização também por parte dos meios de comunicação e pelas instituições de ensino. No ano de 2005, ocorreu o movimento Pró-Universidade Federal. Segundo o site da Universidade Federal da Fronteira Sul: “Em maio de 2006, uma sessão do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL) – órgão instituído para debater os assuntos de interesse do noroeste do Rio Grande Sul, sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina – chegou a um consenso: como todas as propostas dos três estados do Sul de criação de universidades foram rejeitadas, a saída seria um projeto único.” Devido aos atos de lutas de 15 cidades a favor da construção da universidade pública, o ministro da Educação da época, Fernando Haddad, confirmou que a universidade seria constituída.

A região da Fronteira do Mercosul sempre foi invisível para o ministério público. As cidades, inicialmente, escolhidas para a implantação dessa conquista foram: Laranjeiras do Sul e Realeza (Paraná), Cerro Largo, Erechim (Rio Grande do Sul) e Chapecó (Santa Catarina). Tais escolhas foram estrategicamente feitas, pois a vinda desse projeto deveria refletir sobre os anseios da região sul do Brasil.

No fim do ano de 2007, foi dada a palavra oficial: o ministro da Educação anunciou a criação de uma universidade na região, em solenidade com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Políticos, representantes de movimentos sociais e integrantes

do Movimento Pró-Universidade estiveram presentes no ato. O projeto de lei 2.199-07, do deputado federal Cláudio Vignatti, solicitou oficialmente a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Foi então que o ano 2012 foi marcado pela expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul, para o município de Passo Fundo (Rio Grande do Sul), exclusivamente, para o curso de Medicina.

Com uma estrutura em fase de consolidação, a UFFS dispõe de prédios, laboratórios e ambientes de estudos inteiramente novos, modernos e qualificados para atender estudantes, professores, funcionários e visitantes. Além disso, mais mudanças seguem sendo realizadas. Com a criação da Universidade Federal, foram sendo criadas as políticas de acesso, para que os filhos e as filhas dos trabalhadores e trabalhadoras pudessem ter acesso a um curso de graduação em uma instituição pública.

As políticas de acesso são fundamentais para que pessoas que sempre foram injustiçadas pelo sistema dominante possam acessar uma educação gratuita e com qualidade. Elas são as responsáveis por 90% dos estudantes e das estudantes das instituições públicas serem oriundos e oriundas da classe popular.

As COTAS (Inclusão social e racial) reservadas para os povos indígenas, pessoas negras, portadores(as) de deficiência etc. são essenciais para que essa parcela tão discriminada da sociedade possa frequentar esse tão sonhado lugar que é a universidade.

Tais iniciativas foram implantadas para que houvesse mais inclusão das pessoas que são consideradas historicamente excluídas. O Brasil tem uma dívida gigantesca com os povos indígenas e os afrodescendentes devido à questão da escravidão e ao massacre dos indígenas. Isso é irreparável, mas é uma forma de ajudar tais grupos que são discriminados até hoje.

Os preconceitos trazidos pela colonização ainda estão enraizados em nossa atual sociedade, dificultando que pessoas consi-

deradas “diferentes” possam frequentar instituições particulares. Outro ponto que dificulta muito são os altos valores que as instituições particulares cobram pelas graduações. O Capitalismo transformou tudo em mercadoria, a educação não ficou de fora.

Além das Cotas, existem o FIES (Programa de Financiamento Estudantil), o PROUNI (Programa Universidade para todos), o SISU (Sistema de Seleção Unificada) e o Programa INCLUIR. O FIES viabiliza o ingresso no ensino superior para estudantes que não têm condições de pagar as mensalidades de um curso em uma universidade privada. Já o PROUNI visa, por meio da nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) dar bolsas de estudos nas universidades privadas. Dependendo da nota, é possível conseguir bolsas de 100% e 50% de desconto. O Programa de Acessibilidade à Educação Superior (INCLUIR) garante o acesso de pessoas portadoras de deficiências ao ensino superior.

Todos os programas e projetos citados anteriormente são definidos pela nota do Enem, que é uma prova decisiva para o futuro dos discentes no universo acadêmico. A Universidade Federal da Fronteira Sul é uma das instituições que possibilitam, através do SISU e das COTAS, o acesso dos jovens vindos de escolas públicas. A UFFS tem 90% das vagas reservadas para estudantes da rede pública para que os injustiçados tenham a oportunidade de ter uma graduação.

Hoje, segundo o Sistema de Gestão Acadêmica - SGA/UFFS, temos 8.709 estudantes com matrícula ativa, sendo que, desse total, 472 são indígenas, o que representa 5,41% do total de estudantes da UFFS. Em relação ao *Campus* Erechim, são 1.719 estudantes com matrícula ativa e, destes, 205 são indígenas, representando 11,9%.

Apesar de todos esses projetos, os números de estudantes que são privilegiados com o acesso às Universidades Federais são bai-

xos. Nem todos têm condições de se manter em curso integral por exemplo, por isso, é de extrema importância a implementação de bolsas de pesquisa, extensão e cultura. O auxílio socioeconômico é fundamental para a permanência do aluno na instituição.

O Movimento dos atingidos e atingidas por barragens lutou e luta constantemente para que esses direitos não sejam negados para ninguém. A luta pela criação de uma universidade pública na região do Alto Uruguai vem desde dos anos 90.

O MAB está presente nos conselhos da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Erechim desde seu projeto até sua construção. A UFFS é uma instituição que foi criada com o dinheiro do povo para o povo.

O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Em 2016, ocorreu o golpe contra a democracia, a então presidenta Dilma Rousseff foi deposta do seu cargo, por meio de um impeachment, algo que prejudicou toda a população, bem como o Movimento dos Atingidos e das Atingidas por Barragens.

Quando seu vice, Michel Temer (2016), assumiu, começaram os cortes dos setores públicos, na área da educação, da saúde, segurança pública e a iniciativa privada ganhou cada vez mais força. Entretanto, o maior desmonte ocorreu a partir do ano de 2018, quando assumiu o atual presidente Jair Messias Bolsonaro. A partir de então, os cortes de verbas ganharam mais intensidade, precarizando a saúde e a educação.

O Future-se é um plano de “desgoverno” do presidente Bolsonaro. Tal projeto visa que as Universidades Federais recebam recursos da iniciativa privada e não da União. Essa proposta foi trazida pelo MEC (Ministério da Educação) no ano de 2019, não sendo bem-vista pela comunidade acadêmica. Future-se não é

nada mais do que um projeto para entregar as Universidades públicas nas mãos da iniciativa privada. Segundo Onçay (2021, p. 282), “à Reforma Fiscal ocorrida com a Emenda Constitucional n. 95/2016, que estabeleceu um teto para as despesas primárias, a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a Reforma Administrativa que está em pauta para ser aprovada em 2021. Os impactos que vão da redução significativa nos recursos destinados às ações de serviços públicos a não garantia de direitos, já estão gerando preocupação, tendo em vista a necessidade de identificar o alcance desse impacto nos direitos que são constitucionalmente garantidos sob a égide dos princípios, como a universalidade e a integridade.”

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi uma das diversas instituições que sofreram e sofrem até os dias atuais com os cortes de verbas. Muitas bolsas de pesquisa, cultura e extensão foram extintas.

Atualmente (2021), os Programas Residência Pedagógica e Pibid foram os afetados, tendo quase três meses de atraso no pagamento de suas bolsas. Isso é algo extremamente preocupante, pois muitos dos bolsistas e das bolsistas dependem exclusivamente do valor dessas bolsas para sua subsistência no meio acadêmico.

Nem todos e todas os acadêmicos e acadêmicas podem acessar os auxílios socioeconômicos por ser algo muito burocrático o que dificulta o acesso. Por isso, as bolsas são fundamentais para que os/as estudantes possam continuar o curso de graduação.

A evasão na universidade é altíssima, porque as pessoas que vêm de longe dependem exclusivamente das bolsas e do auxílio socioeconômico que a instituição oferece. De acordo com Imperatori

é importante considerar o pressuposto da assistência estudantil de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes nos seus cursos de graduação, gerando inclusive abandono

escolar. Isso é um avanço ao se compreender que o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas que inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros (IMPERATORI, 2017, p.298).

Como cita Imperatori, o desempenho nas disciplinas vai muito além de capacidade ou vontade, ele depende também da situação em que o discente e a discente encontram-se. Ainda em 2020, essa condição piorou por conta da Pandemia mundial envolvendo a Covid-19.

Com a Pandemia, as aulas só puderam continuar de maneira remota emergencial, fazendo com que ninguém saísse de casa, o que fez aumentar os gastos com internet, luz, alimentação. Foi necessário que os/as estudantes adquirissem planos melhores e mais caros de internet. A refeição que antes era feita no Restaurante Universitário (RU) teve que ser em casa, a refeição no RU é custeada pelo Governo Federal sendo pago apenas dois reais e cinquenta centavos por cada vale alimentação. Apesar do valor, a refeição no Restaurante Universitário é supercompleta, tendo várias opções de alimentos.

De forma resumida, o auxílio socioeconômico e as bolsas são de extrema importância para a permanência dos estudantes e das estudantes na universidade e para que a universidade forme cada vez mais pessoas aptas ao mercado de trabalho e críticas para a transformação da sociedade de forma geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente, no mês de março de 2021, o Movimento dos Atingidos e das Atingidas por Barragens completou 30 anos de existência e de re-existência. Algo tão marcante para o povo que sofre pela falta de assistência do Estado. O MAB luta para que os direitos do povo sejam garantidos como manda a Constituição de 1988.

A educação é um dos principais direitos que deve ser garantido pelo Estado, segundo a Constituição. Por isso, a vinda da Universidade Federal da Fronteira Sul foi uma grande conquista, resultado da incessante luta do povo.

O Alto Uruguai Gaúcho é uma região muito conservadora, prova disso foram as eleições de 2018, em que um governo de extrema direita entrou no poder, grande parte dos votantes e das votantes que residem nesse espaço votaram nesse desgoverno.

Esse fato trouxe consigo alguns perigos como a privatização das estatais que antes eram do povo, a UFFS também corre perigo com o projeto do Future-se. As políticas públicas de acesso às instituições federais também estão nesse caminho.

Torna-se cada vez mais necessário que o povo mobilize-se para que seus direitos não sejam negados, como sempre foram. O Movimento dos Atingidos e das Atingidas por Barragens segue na luta para que a Universidade continue formando os filhos e as filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O fato de a extrema direita estar no poder afasta o MAB dos conselhos da Universidade. A entrada do interventor (Reitor) a mando do desgoverno mostra que a democracia está sendo invalidada. Por isso, o povo precisa organizar-se e ir às ruas para existir e re-existir por seus direitos.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREITAS, Carlos, M et al. *Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho*: Desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. Cadernos de saúde pública / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública · Maio 2019.

IMPERATORI, Thaís, K. *A Trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

NADALETTI, Cristiane, L. *A luta popular pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul*. Dissertação (Mestrado - programa de Pós Graduação Estado, Sociedade e Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

ROIZ, Diego, S. *Uma nova interpretação das origens do capitalismo?* Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

ONÇAY, Solange, T, V. *Educação do Campo*: do devir formativo à resistência frente o atual projeto antagônico do Estado. América Latina em perspectiva: análise da escalada do autoritarismo e neoliberalismo sobre o agrário no século XXI/Émerson Neves da Silva (Org). Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.

WEGNER, Rubia, C. *Ensino Superior no Brasil*: Descaminhos Propostos pelo Future-se. Redoc. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.281, jan/abr 2021.

WOOD, Ellen, M. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 143p.

Disponível em: < https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia >. Acesso em: 25/10/2021.

MOVIMENTO INDÍGENA GUARANI:

espacialidade, “Terra sem males” e luta dos povos originários

Leivi Pereira

Heitor Antônio Paladim Júnior

Matheus Fernando Mohr

Começamos este texto posicionando-nos contra o Marco temporal, sobretudo, por ser uma acepção não indígena e totalmente inclusa à lógica ruralista que enxerga e trata a natureza e, portanto, a terra, como coisa, objeto, numa lógica de lucro. Essa tese jurídica que está em apreciação no Superior Tribunal Federal pelo RE (Recurso Extraordinário) 1.017.365 alega que somente os povos originários¹

¹ Povos Originários ou Povos indígenas? O que está colocado como resposta e dá substância a pergunta tem relação direta com um imaginário constituído e construído pelo pensamento ocidental colonizador e que, para Daniel Mundurucu, doutor em Filosofia, criou um achatamento sobre a riqueza cultural do Brasil. O termo povos originários é o mais aceito atualmente. “Índio” e “tribo” vêm sendo questionados pelos povos originários das Américas como um todo, Daniel Mundurucu, por exemplo, alega que não é índio, e que a palavra índio deve ser considerada em sua origem e intencionalidade. Vamos nos ater a sua colocação que é bem explicativa: “Quando leem minha biografia, dizem que não sou mais índio, que já sou “civilizado”. Eu não sou índio e não existem índios no Brasil. Essa palavra não diz o que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que, muitas vezes, é negativa. Segundo o escritor, há dois conceitos no imaginário da sociedade brasileira intrínsecos a essa palavra: o olhar romântico, do “índio” que vive no meio do mato; e o aspecto ideológico, que considera que “índios são preguiçosos e atrasam o progresso”. Por isso, o vocábulo “povos originários” traz mais reconhecimento e empoderamento sobre os povos que já viviam aqui na chegada do explorador. Para corroborar com esses dizeres de

que estivessem no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, sobre as terras terão direito e posse sobre elas. Esse é um critério jurídico e, portanto, decidirá aos povos originários reivindicar, ou não, a posse de Terras Indígenas antes da data da promulgação da Constituição de 1988. Com isso se desconhece e passa-se por cima das históricas transgressões que sofreram ao longo dos anos. O fato é que, enquanto esse julgamento não acontece, as demarcações estão estancadas e o direito principal dos povos é violado: o direito à terra. Há paralização de dezenas de processos de demarcações. O julgamento é, acima de tudo, sobre a importância ou a negação desse direito basilar aos povos originários. Além de ferir e atrapalhar esse direito fundamental, evidencia-se outra tese: a de que esses povos não devem existir, em sua plenitude e cultura, mas sim, serem incorporados à ideia de nação. Recusa, portanto, se aprovada, a existência desses povos.

Em referência à distribuição de terras no Brasil, vivemos num país dos latifúndios, pois apenas 13 % de todas as terras do país são relacionadas aos povos originários. A menor parte, portanto, está sobre os cuidados desses povos.

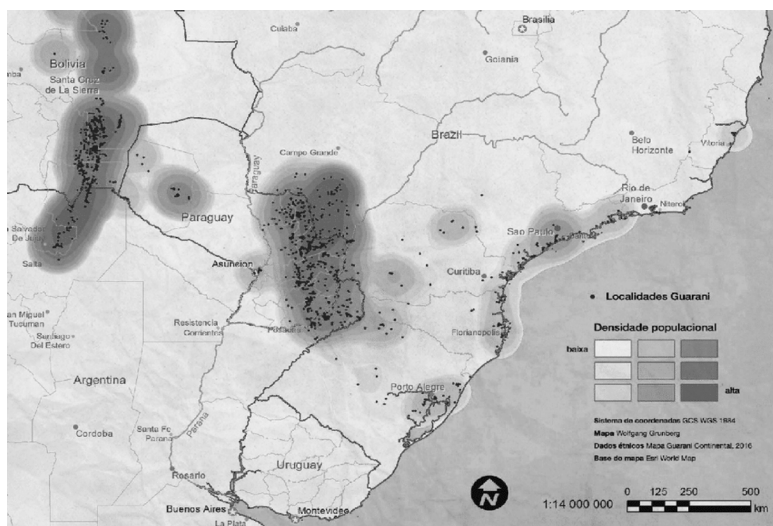
Proseguindo, destacamos a atenção para palavras que consideramos importantes para tratar sobre os povos originários e, sobretudo, neste trabalho, sobre os Guarani. Massacres, deslocamentos e resistência são três delas, que trataremos mais adiante. Desde a chegada dos colonizadores europeus, “espaço”, entre as já citadas,

Daniel, cabe lembrar que, na Bolívia, o termo “índio” é pejorativo e que cada povo de lá gosta de ser chamado pela sua autodenominação. A Constituição boliviana recente adota uma concepção plurinacional e é uma mais coletivas feitas nas Américas, considera o termo povos originários em seu corpo de leis e resoluções. Mas temos, no Brasil, políticas, instituições e leis que são constituídas pelo termo/vocabulo “indígena”, por exemplo: Terra Indígena, Educação Escolar Indígena e Fundação Nacional do Índio. Temos que considerar também que a Organização Internacional do Trabalho, na convenção 169 (adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989 e tão importante para garantir direitos dos povos originários), utiliza em seu bojo o termo Povos Indígenas e Tribais.

ganha importância para entendermos o povo Guarani. Cabe enfatizar que espaço e território não são sinônimos. Podemos cravar os Guarani enquanto povo “*espacialista*”, muito mais que “*territorialista*”². As relações que envolvem a territorialização perpassam por imposições originadas da parte de quem organizou à revelia, e de modo invasivo, a lógica de estados nação no continente.

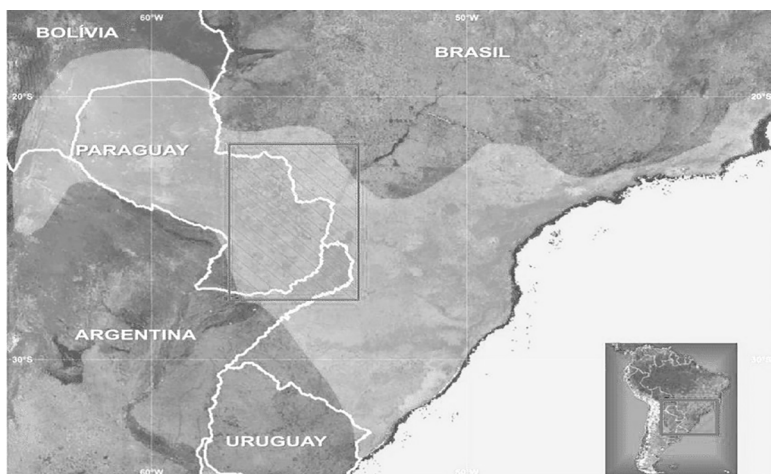
² **Espacialista** é uma palavra derivada de espacial. Termo referido ao espaço, à extensão indefinida que abarca e envolve todos os seres e objetos: envolve o conceito de medição quando ligado à lógica cartesiana, de espaço vivido e a relação que envolve a percepção que perpassa por parâmetros culturais. O espaço pode, ademais, ser concebido, e a concepção espacial está ligada a lógicas e entendimentos que se relacionam também com cultura, além do que se vive e do que se percebe. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/espacialista/>>. Acesso em 15/11/2021. **Territorialista**, por sua vez, provém de Território, dentro de uma aceção eurocêntrica em que poder e terra coadunam-se, através de um nexo que sublima o Estado enquanto organizador da sociedade com o desígnio de construir, defender ou expandir o seu território. Lógica que impulsiona as conquistas territoriais. Apesar de contrapormos, no texto, com as lógicas eurocêntricas de relação espacial, cabe lembrar que outros povos das Américas possuem lógicas de expansão territorial e, por isso, podemos entendê-los como territorialistas também. Para isso, cabe pensarmos com a colaboração de Pierre Clastres nos anos 70 que indica que a falta de Estado nos povos das terras baixas sul-americanas não é por carência, mas por escolha. Isso fica evidente ao compararmos a maneira de vida dos Guarani com a forte concentração política de seus vizinhos andinos, para os povos Andinos há o que podemos entender como Estado, Centralização de poder e luta por conquista territorial. Essa luta pode ser sangrenta em relação aos outros povos ou até dialogada e negociada como foi com os Aymaras. Voltando ao dizeres do antropólogo francês, ele alega que os povos das terras baixas realizam uma escolha deliberada e coletiva. Assim, podemos pensar numa organização que perpassa por maneiras como o jogo de poder acontece desde então na vida desses povos das terras baixas, mas, sobretudo, sobre como pensam o espaço e território. Em alguns de seus textos, Viveiros de Castro cita Lévi-Strauss e Pierre Clastres como paixões intelectuais. Não chega a fazer o mesmo com Sahlins, mas o ex-aluno dos padres jesuítas retomou o autor norte-americano, num ensaio recente, para argumentar que, junto aos outros dois, ele contribuiu para colocar em questão “a santíssima trindade do homem moderno: o Estado, o Mercado e a Razão, que são como o Pai, o Filho e o Espírito Santo da teologia capitalista”. Em vez de símbolo de atraso, a “sociedade primitiva”, o antropólogo carioca escreveu, “é uma das muitas encarnações conceituais da perene tese da esquerda de que um outro mundo é possível: de que há vida fora do capitalismo, como há socialidade fora do Estado. Sempre houve, e – é para isso que lutamos – continuará havendo”. Disponível em: <https://umaincertaantropologia.org/2014/01/06/o-antropologo-contra-o-estado-piaui/>. Acesso em 21/11/2021.

Os Guarani são um dentre os 305 povos que habitam secularmente o território brasileiro. Povo originário que vive, além do Brasil, em outros espaços da América, mais precisamente da América do Sul. Observando o *mapa Guarani Continental – 2016*, podemos verificar toda a área de ocupação atual do povo Guarani na América do Sul. Além do Brasil, eles vivem na Bolívia, no Paraguai e na Argentina.



Mapa 1. Guarani Continental, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/313SEGe>>. Acesso em 17/05/2022.

Nestes quatro países, desdobra-se o espaço oficial de ocupação dos Guarani, sendo que o mapa aponta lugares de sua ocupação no continente americano. Segundo o ISA (2019), a distribuição deles até 2016 dava-se em 1.416 comunidades, aldeias, bairros urbanos ou núcleos familiares, desde o litoral do Atlântico até a região pré-andina. Observando o Mapa da abrangência espacial dos Guarani na América do Sul percebemos por onde se espriam.



Mapa 2. Mapa da abrangência espacial dos Guarani na América do Sul. Disponível em: < <https://bit.ly/3OPDXJP> >. Acesso em: 17/05/2022.

Os invasores colocaram, primeiramente, um sentido à utilização espacial que, por sua vez, não condiz com a cosmologia Avá³ (maneira como os próprios guaranis se autodenominam).

Não há significado dentro da cosmopolítica Guarani, essa lógica territorial demonstrada pelas fronteiras nacionais, estaduais e regionais. Desde o período colonial, sua história vem fortemente caracterizada e balizada por essas fronteiras dos estados nacionais. Isso não significa que apenas a imposição domine, mas, com certeza, a resistência é dialogada e emerge em permanências do *nhandereko*⁴.

³ Os Guarani são caracterizados por vários nomes no decorrer da história: *Chiripá, Kainguá, Montes, Baticola, Apyteré, Tembukuá*, entre outros. *Avá* significa “pessoa”, é como os Guarani se autodenominam em sua própria língua.

⁴ A Comissão Guarani Yvyrupa declara e explica o conceito, em sua página de internet, ao demonstrar que “*Nhandereko* é como nós, Guarani Mbya, chamamos o que o juruá chama de cultura. Mas *nhandereko* para nós é mais do que isso. É todo o nosso modo de ser, o nosso modo de viver, o jeito como nós educamos nossos filhos e nossas filhas, como enxergamos o mundo, como nos relacionamos com a nossa espiritualidade. É impossível para o *juruá* entender o que é o *nhandereko*, porque somente vivendo é que se compreendem

Por isso, indicamos que espaço é uma palavra central, autenticando a aceção de que a lógica *territorialista* não é a mais importante, sendo que, em muitas vezes, atrapalha e causa impedimentos, inclusive, reconfigurando as resistências que se materializam em cada tempo histórico. Desse modo, a lógica espacial que vigora no modus operandi de relacionamento com o mundo, por parte do povo Guarani, destoa da ideia de propriedade privada.

De tal modo, a *Yvy marã e'ỹ* (terra sem males) denota um fator importante para classificarmos o “espaço” nessa cosmovisão gerada por uma mentalidade animista e religiosa, legitimando, assim, o reconhecimento do caráter “espacialista” que podemos indicar como concernente ao modo de vida dos povos Guarani. A resposta de onde fica essa terra impulsiona e, no mesmo tempo, traz maior significado às relações que possuem com o próprio espaço, não restrito a uma determinada terra demarcada, uma “aldeia”, mas a um lugar mais abrangente, do litoral, às bordas dos Andes.

Os Guarani e todos os povos originários possuem, cada um, uma cosmovisão própria e isso os difere enquanto povos, porém, há compatibilidades de pensamentos e entendimentos sobre a natureza, sobre a produção e reprodução da vida e de como dão importância à religiosidade. Todas as cosmovisões dos povos indígenas da América evitam o incremento de uma vida baseada na noção de propriedade privada e de lucro particular. Nossas elites econômicas não compreendem isso e nem consideram como importante. O próprio sistema capitalista descarta esse entendimento. Os próprios capitalistas, ao se referirem à agricultura indígena e camponesa (caipira no Brasil) em nosso continente, intitulam-na de agricultura de subsistência. Ora, alguém sub-existe? Ape-

de o que ele é.” Muitos vídeos de autoria dos povos originários podem ser encontrados na página da Comissão. Disponível em: <http://videos.yyrupa.org.br/nhandereko-nosso-modo-de-viver/>. Acesso em 13/11/2021.

nas no bojo das relações mercantis, isso pode ser considerado. Por isso, precisamos destacar que a agricultura própria desses povos, que tem como finalidade suprir as necessidades de familiares e grupos comunitários, deve ser intitulada e compreendida como agricultura de autoconsumo. Conceitos e noções científicas podem, sim, trazer elementos de estereotipia em seu bojo, representando ideologias que sustentam e reforçam a hegemonia burguesa em nossa sociedade.

Portanto, o modo de entender o espaço na cosmovisão dos *Avá*, como dito anteriormente, reivindica outras palavras e conceitos que possam melhor demarcar a vida do povo Guarani, principalmente a partir do contato com os colonizadores europeus e as consequências advindas desse processo. Podemos destacar três delas: resistência (a educação escolar indígena, onde crianças aprendem sua língua antes e, depois, o português, apenas quando entram na escola), deslocamentos forçados (direito à terra negado, que continuará, caso o Marco Temporal seja aprovado no STF), massacres (direito à existência negada).

A seguir, entramos em alguns aspectos relacionados à especificidade de cada uma dessas palavras, porém, com certa dificuldade em podermos analisá-las em separado, pois elas fundem-se e trazem-nos outras, pelo fato de que, na realidade, esses três termos caminham juntos, respaldando a luta e resistência dos Guarani em decorrência dos ataques sutis e/ou violentos dos Juruá, numa lógica que sempre foi colonizadora, visando ao extermínio dos povos originários.

MASSACRES E ASSASSINATOS

Poderíamos apresentar muitos casos de violência aos sujeitos indígenas, como aquela ocorrida com Marçal de Souza. Conhecido pelos indígenas como Tupã-Y, liderança indígena

Guarani Nhandeva, foi covardemente assassinado em 25 de novembro de 1983, por um latifundiário em Mato Grosso; sua herança de combate à lógica ruralista é atual na ampliação da resistência e da luta indígena no Brasil. Depois de Marçal, e até mesmo antes dele, poderíamos colocar uma lista de lideranças e não lideranças assassinadas.

Também é histórico e importantíssimo o pronunciamento de Tupã-Y na Assembleia de Chefes Indígenas, que aconteceu nas Ruínas de São Miguel no Rio Grande do Sul. Nesse discurso, Marçal pediu os povos indígenas que se unam. “De esperar, nós estamos cansados. Todos aqui temos essa experiência. Nossas reservas estão devastadas, sem madeira, quem tirou? Foi o índio para fazer suas casas? Não, foi o próprio branco. Não podemos ficar mais de braços cruzados. Esta talvez seja a última oportunidade para nós erguer a nossa tribo, erguer a voz das nossas tribos”. Com essa afirmação e postura nos idos das décadas de 70 e 80, Marçal contribuiu para reforçar a luta indígena.

**"A TERRA NÃO É NOSSA
SÓ USO-FRUTO
E NADA MAIS..."**



**Marçal - Foto "Porantim"
Agosto 1980.**

DESLOCAMENTOS FORÇADOS

Muitos estudos e pesquisas contemporâneas comprovam que as demarcações de terras indígenas possibilitam criar áreas que bloqueiam o desmatamento, portanto, corroboram contra a

destruição da natureza e do ambiente promovida por vários grupos de interesses capitalistas. Uma certa política nacional, após um grande movimento reivindicatório por parte dos povos originários, possibilitou a criação e demarcação de Terras Indígenas (TI). Em tempos passados, na época do Brasil colônia e império, até a república, a solução dada aos povos que aqui habitavam foi a dizimação ou aldeamento.

No Brasil, a política indigenista de aldeamento serviu para misturar vários povos em alguma área comum, onde pudessem ser melhor controlados, em termos de contenção social. Esses territórios distintos indicavam a mistura de vários povos em um mesmo aldeamento e tinham como perspectiva “domesticar” os selvagens. Esses deslocamentos forçados e a aglutinação de vários povos em áreas comuns fez com que a quantidade de povos indígenas fosse bastante diminuído. Desde o primeiro contato entre portugueses e povos originários, estima-se que a população indígena foi reduzida de cinco milhões em 1500, para 400 mil, atualmente.

RESISTÊNCIA

A resistência indígena demarcou a luta dos povos no continente americano. No princípio, os povos originários resistiam, mas se afastando, alguns se ajustando (sempre como postura de resistência) ou até mesmo entrando em confronto com os colonizadores. São mais de 500 anos de contato. Aqui, podemos aventar que deslocamentos causados pela lógica dos colonizadores podem parecer forçados em alguns aspectos, mas se tratam de escolhas de alguns povos adentrarem mais ao sertão e não entrarem em confronto direto com os europeus. No entanto, mais tarde, o que aqui entendemos por “deslocamentos forçados” deu-se no contexto da política mediante os processos de aldeamentos reali-

zados pela coroa portuguesa em terras tupiniquins. Não se trata, nesse caso, de resistência, mas de submissão à base de armas. Hoje, centenas de anos depois, as retomadas indígenas são uma maneira de recuperarem as terras de onde foram retirados à força com muita violência.

A resistência, ao longo do tempo, adquiriu várias formas, maneiras e modos de ação, quando os movimentos indígenas expressam posturas políticas frente às mazelas e agruras impostas pelos não indígenas e pelo Estado. As três perspectivas de resistência citadas acima, portanto, convergem em consequências que demonstram a historicidade e a espacialidade dos povos indígenas.

A “Carta da Terra” do Chefe Seattle, escrita no século XIX, em resposta ao Governo Estadunidense que propunha encarcerá-los em reservas indígenas, apesar de ser usada como um libelo ecológico por várias entidades com diferentes pontos de vista (algumas, que, inclusive negam o “lugar” dos povos originários) é uma manifestação de resistência, à época, que demarca uma visão sobre a preservação e conservação da natureza em nosso planeta. Num dos seus trechos, condensa a sabedoria ecológica comum a vários povos originários: *“Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo”*. Essa ligação e a relação entre a vida e o inanimado diz respeito ao desrespeito histórico, ainda vigente, seja ao entender a natureza enquanto distante e enquanto coisa, uma das sequelas da visão eurocêntrica. Temos que falar, sim, também, de indígenas norte-americanos, pois um vasto imaginário foi criado a partir deles com o advento do cinema, mas a carta da terra, talvez, seja o capítulo menos importante e reportado nos fascículos transfigurados das telas *hollywoodianas*.

Mas, mesmo antes dos povos do norte da América, e de tudo

que sofreram, temos manifestações e lutas que, apesar de serem apagadas da narrativa histórica, podem e devem ser consideradas com o mesmo grau de importância presente na referida carta da terra. Foi uma longa caminhada para chegarmos à década de 70 do século XX, quando os povos indígenas resolveram criar uma associação nacional que deu origem ao recente movimento indígena brasileiro.

Para serem defensores da diversidade socioambiental no Brasil atual, postulam os seguintes tópicos: a formação de lideranças próprias, articulação entre os povos, parceria com entidades de apoio e com o Estado.

O movimento indígena surgido nacionalmente na década de 70 ganhou forças com a união dos povos da floresta, estando ligado às preocupações da Amazônia, com a presença de muitos representantes dos povos no Congresso Nacional durante elaboração da Constituição Federal de 1988.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, in-

cluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

As questões acima, em seu conjunto, determinam uma forma, uma possibilidade, ainda a materializar-se com maior expressividade, de modo que as comunidades ou povos indígenas possam organizar seus trabalhos, lutas e suas vidas coletivas, tendo, como pano de fundo, o fato de que cada comunidade possui sua própria organização. Dito de outra forma, cada coletivo tem uma organização social própria, uma necessidade coletiva, em que a convivência só é possível buscando suas definições, objetivos, metas, estratégias, a partir das diferentes e convergentes ações desenvolvidas. Importante falar, também, sobre o uso da língua materna dos Guarani, pois, em muitas aldeias, a língua é mantida viva e plena como resistência, sendo uma transmissão oral e mais eficaz na educação das crianças, na divulgação de conhecimentos dentro e fora das *tekoás* (aldeias), fortalecendo ainda mais esse elemento da identidade. Como exemplo, a maioria dos representantes mais jovens fala o português com certa fluência, uma necessidade para a maior e melhor comunicação fora da *tekoá*. As crianças, mulheres e os mais velhos, em grande parte, são monolíngues.

O conjunto desses movimentos de resistência assume perspectivas intraorganizacionais e, também, certa organização na escala nacional. Não se busca, nesse intento, a formação de um partido político, muito antes, a união necessária para combater os ataques que ocorrem em escala nacional e mundial, que abarcam

desestruturar concepções que dizem respeito à economia, garantias de vida e acesso à terra por parte desses povos. Cada direito conquistado participa como um aspecto da luta e da resistência em busca daquilo que nunca foi considerado, mas também pela continuidade do já conquistado. A luta por terra demarcada reflete-se em novas conquistas, uma vez que isso acontece, passa a ser também uma luta pela permanência nela, uma batalha pela terra indígena, na terra indígena.

No decorrer da luta e da constituição dos movimentos indígenas, muitas parcerias foram realizadas, sendo o Conselho Indigenista Missionário – CIMI bastante representativo destas.

O CIMI é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB que, há 45 anos, atua em defesa dos direitos dos povos indígenas por aqui. A CNBB abriu espaço para a criação, em 1972, daquilo que, definitivamente, seria um organismo específico de pastoral indigenista.

À época, por diversos fatores, os indígenas de diferentes regiões e etnias do país começaram a movimentar-se, numa espécie de organização mais ofensiva, em vista de poderem assegurar os seus espaços territoriais existentes e a (re)conquistar. O protagonismo indígena começou a manifestar-se com maior intensidade a partir das Assembleias Indígenas apoiadas pelo CIMI. A primeira assembleia que reuniu lideranças de diferentes povos de Norte a Sul ocorreu em 1970, quando, respectivamente, os indígenas colocaram na pauta a retomada e garantia das suas terras para combater a violência e assegurar o seu futuro. Desde então, aconteceram significativos avanços conseguidos através da articulação, da organização e da mobilização contínua e cada vez mais crescente.

Os principais temas na pauta das assembleias discorriam sobre saúde, educação e economia na perspectiva de assegurar políticas públicas diferenciadas. Em termos mais amplos, denota-

vam a possibilidade e necessidade de maior autonomia frente ao Estado, baseando-se no respeito étnico e cultural oriundo de cada especificidade socioterritorial existente.

MOVIMENTO INDÍGENA GUARANI

Movimento indígena é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas, como, por exemplo, a dos Guarani, mobilizam no intuito de desenvolverem estratégias em defesa de seus direitos e interesses coletivos.

Um aspecto bastante importante nesses movimentos de lutas pelos direitos dos povos indígenas é a pressão que exercem sobre a questão das demarcações de terras, sobre educação e saúde, auxiliada pela *Comissão Guarani Yvy Rupa* (a terra é uma só) e a Arpinsul, sendo as duas principais organizações indígenas existentes na região sul. A partir delas é que se articulam as lutas das lideranças para que o movimento indígena possa garantir um maior reconhecimento dos seus direitos, da dívida histórica que temos enquanto sociedade brasileira para com esses povos. Para alguns, os movimentos indígenas tiveram início apenas após a promulgação da Constituição Federal em 1988, isso porque, até então, eram tutelados pelo Governo Federal através da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, antes, Serviço de Proteção ao Índio – SPI.

A partir de 1988, grandes mobilizações foram construídas pelas organizações que apoiam esses povos, refletindo-se, dentre outras questões, na constituição de assessoria jurídica e apoio financeiro a essas iniciativas, considerando o deslocamento de lideranças até o local da reunião ou compreensão mais aprofundada sobre aspectos da legislação, como, por exemplo, o Decreto 1.775, de 08 de janeiro de 1996, que trata sobre a demarcação das terras.

Tendo esses aspectos como pano de fundo, evidenciamos

que os guaranis sofreram várias expulsões desde a redução dos jesuítas no século XVII e XVIII. Em 1950, os guaranis que residiam nas terras de Mato Preto em Erebangó - RS foram expulsos e passaram a viver nas terras dos Kaingang, no município de Cacique Doble – RS, assim como em outras localidades do Estado.

Passado mais de meio século, apenas no ano de 2002, conseguiram exigir da FUNAI a delimitação da terra Mato Preto, baseada no artigo 231 da Constituição Federal e no Decreto Presidencial 1.775 de 1996. Diante dessa exigência, foram enfrentados alguns problemas relacionados à demarcação da terra, por parte dos agricultores que ali ainda vivem e recusam a cessão da área aos indígenas. Importante ressaltar que essas terras foram vendidas para os agricultores pelo estado do RS, mesmo tendo o conhecimento de que essas áreas eram identificadas como terras indígenas, ocupadas tradicionalmente pelos guaranis no passado. Nos dias atuais, permanece esse impasse pelo fato de que a maior parte dos agricultores não aceita a demarcação, alguns outros, apenas se lhes fosse disponibilizada outra área, ou alguma indenização da parte do Estado.

Inclusive, essa disputa territorial, como tantas outras, em diferentes cantos de nosso país, simboliza o descaso para com uma maior democratização da terra no Brasil, principalmente, a partir do advento da Lei de Terras de 1850, que, dentre tantas contradições, inaugura disputas entre estratos sociais da classe trabalhadora, enquanto as elites burguesas e o capital reinam absolutos nesse contexto, sem nunca terem se debruçado de forma mais alargada sobre as questões da partilha da terra entre os brasileiros.

As diferentes lutas enfrentadas pelos povos guaranis ao longo dos tempos permitiu-lhes, finalmente, na atualidade, realizar a reocupação da área tradicional, onde houve a montagem de um acampamento de retomada das terras em setembro de 2003, com

apenas oito famílias que vieram de Cacique Doble - RS, quando obtiveram o apoio de famílias que vieram de Porto Alegre - RS para se juntarem e lutarem por sua terra. Foram exigidas pelos acampados algumas providências junto à Funai, principalmente em torno de se manter o quantitativo de terras requisitado como território originário, algo em torno de 4.200 hectares. Os governos, local e estadual, juntamente com a comissão de terras constituída haviam reservado apenas 223 hectares para a população guarani e, por isso, houve a reocupação da área pelos indígenas organizados pelo Cacique Joel Kuaray Pereira, no sentido de conquistarem seu espaço e manter a tradição guarani.

Depois da reocupação da área, a sede da FUNAI de Passo Fundo - RS foi ocupada por indígenas guarani no dia 03 de novembro de 2009, num ato que reivindicou a delimitação da T.I. Mato Preto, denominação da antiga reserva florestal explorada ao longo dos anos pelos agricultores assentados por intermédio do estado do RS.

Esse processo pouco avançou até os dias atuais, no entanto, os Guarani de Mato Preto obtiveram uma conquista importante. Devido ao fato de uma linha de transmissão de energia passar pelo acampamento, a empresa, como forma de indenização, acordou com os indígenas que seria feito um projeto para a construção de casas para as famílias, algumas outras benfeitorias de uso comum, além de adquirir uma pequena parcela de terras para que os Guarani pudessem ali residir definitivamente, enquanto aguardam a demarcação total e definitiva de sua área.

Atualmente, a Aldeia Arandú Verá T.I Mato Preto localiza-se na divisa entre os municípios de Getúlio Vargas e Erebango, no Noroeste do RS, numa área de aproximadamente quatro hectares, sendo que seus moradores aguardam o processo demarcatório de 4200 hectares. Na aldeia, vivem 21 famílias, totalizando 85 pessoas.

A ESCASSEZ DE MATÉRIAS-PRIMAS PARA O ARTESANATO

Os artesanatos na TI Mato Preto são feitos pelas mulheres, homens, jovens e crianças, como, por exemplo, representação de animais em madeira, cachimbo, arco e flecha, chocalho, cesto de taquara, pulseiras de miçangas, rosários, colares e filtro dos sonhos. O artesanato faz parte da cultura Guarani, não existindo apenas como alternativa financeira, embora estejam vivendo um momento bastante difícil ao longo desses anos e, por isso, há maior necessidade de comercializá-los para ajudar a manter a família com essa renda. Num passado não tão distante, ao menos para os Guarani, o artesanato era somente para o uso próprio, dentro das necessidades da cultura, sendo que os animais em madeira simbolizavam o modo de viver e a relação da comunidade com os seres da natureza, em que, por exemplo, a coruja significa o fortalecimento e a direção, o arco e flecha eram usados para a caça, a lança para a pesca e o cesto para a coleta de frutos na mata. Antigamente, o povo guarani constituía uma comunidade na beira do rio ou no meio da mata, onde praticava a caça e pesca, fazia as suas próprias roças. Quando diminuía as condições de alimentação, mudavam de lugar para sobreviver e, ao mesmo tempo, a natureza também se recompunha. Nos dias de hoje, infelizmente, principalmente com o advento da propriedade privada, também da terra, não há mais como sobreviver assim. Desse modo, existem comunidades guaranis e de outras etnias acampadas na beira da estrada, tentando sobreviver, produzindo algum artesanato e tentando comercializá-lo nas cidades.

Em muitas situações, as comunidades já não têm quase mais acesso às diferentes matérias primas provenientes das matas próximas às aldeias, instituindo-se, assim, trocas de materiais para a produção de artesanatos com outros territórios. Desse modo, as famílias sobrevivem nos dias de hoje, principalmente, nos locais onde ainda não houve a demarcação das terras. As matas já não

oferecem recursos para artesanato e nem mesmo para alimentação de outrora. Outro fator deficitário é a questão da locomoção para a venda dos artesanatos, quando muitos passam necessidades e restrições alimentares, além de preconceitos de todo tipo, uma grande barreira em torno da produção de suas existências.

Há quem veja alguns pontos positivos a partir da necessidade de uma família ter que se deslocar para a cidade grande no momento da comercialização do artesanato. É lá, também, que todos experimentam socializações, possivelmente inovadoras, tais como o aperfeiçoamento da capacidade de fazerem contas na hora de devolver o troco, observação de letreiros, cartazes, nomes de ruas e, assim, aprendem e treinam o português. Isso diz muito, considerando que, para além da escola, se pode entender que as necessidades reais moldam e constituem os sujeitos, portanto, no mesmo tempo em que se tem que lidar com as contradições da vida, as relações sociais e o conjunto das experiências podem transformar-se em aprendizados que ajudam a materializar os propósitos mais gerais, reivindicados pelo Povo Guarani.

CONCLUINDO, QUIÇÁ UM DIA

Em tempos atuais, os Guarani, e todos os povos originários, têm muito a ensinar para os não índios. Daqui para lá, também, sempre no sentido da troca, da não invasão, de qualquer tipo. Ao tratarmos dos processos gerais de luta e resistência dos povos indígenas, na especificidade da experiência e modo de vida dos Guarani da TI Mato Preto, ressaltamos que, além de eles fazerem e praticarem a preservação dos domínios geomorfoclimáticos de nosso continente, realizam, na plenitude, aquilo que devemos entender como a salvaguarda civilizatória, observada pela maior conexão entre ser humano e natureza, da qual todos fazemos parte.

PASTORAL DA JUVENTUDE:

Semente lançada nas veias abertas do Alto Uruguai Gaúcho

Rocheli Koralewski

Samuel Zambon

Luís Fernando Côrrea da Silva

Caminhar e cantar com as mãos cheias de sementes é o jeito mais suave de adentrar a estrada, sobretudo, quando ela torna-se longa e áspera, segundo Cora Coralina (1984). Por ser baseada no modo de produção capitalista, essa trajetória tende à aspereza, especialmente em um cenário de crescimento das desigualdades e, por consequência, das violências que se derramam por todo o chão. Na América Latina, esse caminho é como uma veia aberta que, ferida pelo imperialismo (GALEANO, 2012), sangra estruturalmente.

Esse sangue perpassa fronteiras e regiões geográficas, sendo notável em todos os territórios, incluindo o Alto Uruguai Gaúcho, que é localizado no interior do Rio Grande do Sul. No decorrer desse contexto, composto por conjunturas ásperas, visamos apresentar a Pastoral da Juventude (PJ), que é uma organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), porém inserida em espaços latino-americanos de discussão acerca das/os jovens e sua inserção enquanto referência na formação de lideranças juvenis na Diocese de Erechim, a qual compreende trinta municípios da região do Alto Uruguai Gaúcho.

O caminho proposto, diante disso, aponta para alguns passos importantes que são principiados com a compreensão em relação à constituição da Pastoral da Juventude na Igreja Católica do continente latino-americano. Assim, desde as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), construímos um breve caminho histórico da Igreja da América Latina e Caribe, que é desenvolvido na primeira parte, em “Igreja dos Pobres: semente no Alto Uruguai”. Em seguida, aprofundamos a discussão do horizonte, a qual traz, como eixo inspirador, o Evangelho de Lucas (4, 18-22), inserindo a “Civilização do Amor: semente de um lugar teológico-político-pastoral” (CELAM, 2013) no anúncio e testemunho do Reino de Deus, movido pela proposta libertadora de Jesus Cristo (ANDRADE; VIEIRA; SILVA, 2012). Por fim, em “A vida das companheiras: semente de um novo *ser e fazer* pastoral”, são apresentados alguns apontamentos que ressaltam o sangue feminino que jorra nos espaços eclesiais, ressaltados pela teóloga Ivone Gebara (2017) e evidenciados na vivência da Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher.

Em tempos nebulosos, pandêmicos e autoritários, *caminhar e cantar* são atos de coragem. Quando, nesse movimento, as *mãos* apresentam-se *cheias de sementes* para oferecer, a esperança é materializada na concretude da vida, garantindo o seguimento dos processos que semeiam hoje porque sabem que o tempo da colheita há de chegar. Em suma, compreender que a heterogeneidade da Igreja revela grupos que se colocam em sintonia nessa trajetória tão áspera, juntamente com os movimentos sociais e outras organizações populares, é perceber que, apesar de árduo, o caminho pode tornar-se um pouco mais suave.

IGREJA DOS POBRES: SEMENTE NO ALTO URUGUAI GAÚCHO

“(…) Pastoral da Juventude é um dos modelos de resistência ao consumismo, ao individualismo e à injustiça social.”
(ANDRADE; VIEIRA; SILVA, 2012, p. 150).

A juventude constitui-se em sintonia com a modernidade e, neste sentido, são numerosas as articulações protagonizadas por jovens ao longo da história. Na região do Alto Uruguai Gaúcho, território eclesialmente organizado pela Diocese de Erechim, a Pastoral da Juventude insere-se com o objetivo de articular inicialmente as/os jovens do campo, cumprindo com seu papel evangelizador desde meados de 1980. Ela traz consigo uma história de luta que é repleta de rostos, espiritualidade e sonhos. A partir da fé, as/os jovens encontram-se para rezar e planejar a vida, materializando desejos coletivos na construção de uma nova sociedade à luz do Evangelho.

Desde o chão das paróquias que compõem a Diocese de Erechim, a ação organizada das/os jovens é ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), numa história constituída pelas discussões do Concílio Vaticano II, especialmente através das Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979), que foram influenciadas pelo movimento das juventudes da Ação Católica Especializada (ACE) dos anos 50 e 60. Dessa forma, a PJ é fruto da materialização da Igreja dos Pobres, iluminada por uma compreensão teológica que visa à libertação. No território do Alto Uruguai Gaúcho, a opção pelos/as pobres e pelos/as jovens é efetivada na formação integral da juventude católica das trinta paróquias componentes da Diocese. No entanto, antes de entrarmos nas especificidades da PJ de Erechim, precisamos

contextualizar a origem do que aqui nomeamos como Igreja dos pobres.

O Concílio Vaticano II (1962) abriu as portas da Igreja à modernidade, afastando-se de alguns preceitos medievais. Neste sentido, o termo “Igreja dos pobres” deve-se a quem convocou esse movimento, o Papa João XXIII. De origem humilde, essa importante figura eclesial desejava que toda a Igreja Católica desenvolvesse suas ações com base nos pobres, não mais permitindo a dominação sociopolítica das pessoas ricas. Porém, as reuniões consequentes no Vaticano não deram sequência à Igreja dos Pobres, mas provocaram o fortalecimento desses pressupostos na Igreja da América Latina e do Caribe (DOMEZI, 2014).

A Conferência Episcopal da Igreja Latino-Americana e Caribenha, realizada nas terras colombianas de Medellín (1968), marcou uma redefinição pastoral e eclesial feita a partir dos desejos do Papa João XXIII. A discussão da extrema pobreza, uma das grandes feridas abertas da América Latina, perpassou os debates dos bispos sob um olhar de necessidade de enfrentamento aos problemas sociais e, com isso, houve a opção preferencial pelos oprimidos. Cabe destacar a presença de referências brasileiras nesse processo, como é o caso de Dom Helder Câmara, o “irmão dos pobres” (MARQUES; NETA, 2018), grande defensor dos direitos humanos e um dos fundadores da CNBB. Em Medellín, plantou-se a semente de uma pastoral das massas, baseada em uma teologia popular, bem como foi materializada a opção por uma educação libertadora. A partir de então, as Igrejas latino-americanas e caribenhas foram remodeladas, inspiradas por esses compromissos. Surgiu, assim, uma “Igreja dos Pobres” (MEDELLÍN, 1968).

Uma década depois, esse modelo de *ser* Igreja atravessou a Conferência de Puebla (1979). Em solo mexicano, apesar das forças conservadoras e contrárias à proposta que visava à libertação

dos oprimidos, a opção pelos pobres foi mantida. Da mesma forma, pela primeira vez na história, um grupo marginalizado foi trazido à tona e, então, tornado uma opção preferencial. O documento de Puebla denota a responsabilidade da Igreja com o acolhimento da juventude, para que se sintam eclesialmente parte, reconhecendo sua diversidade e os desafios operados pelo sistema capitalista. Com isso, foram constituídas as bases para uma evangelização de jovens a partir de uma lógica pastoral, através de um processo de educação na fé, baseado na formação sociopolítica, com o desenvolvimento do senso crítico e de retiros espirituais para a evangelização da juventude (DP, 1979). Todos esses elementos serviram de base para a construção da Pastoral da Juventude nos anos 80, mesmo que ela já estivesse sendo movimentada no Brasil nas décadas anteriores.

Essa Igreja dos pobres, apoiada pelos documentos redigidos e aprovados nas Conferências, afetou a Igreja do Brasil. Um dos elementos desse processo é as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais fortaleceram diversas pastorais sociais como é o caso da Pastoral da Criança, Comissão Pastoral da Terra e Pastoral Carcerária. Pela primeira vez, as classes menos favorecidas estavam sendo representadas eclesialmente. Esse novo jeito de evangelizar é concebido juntamente com outra forma de perceber Deus no cotidiano, através do rosto dos pobres. A Teologia da Libertação (TdL), que acompanhou esses processos e consolidou-se a partir dos anos 70, possui o enfoque de denunciar os “pecados sociais” contemporâneos, defendendo que o caminho de Cristo é o amor e a igualdade entre todas as pessoas. Com a Teologia da Libertação, a Igreja Católica passou a ter uma divisão muito clara entre os progressistas e os conservadores (LOWIE, 2016).

Na região do Alto Uruguai, a opção pelos pobres e jovens foi principiada em sintonia com a instalação da Diocese de Ere-

chim, contando com um clero formado teoricamente a partir da Teologia da Libertação. Vale destacar que o diferencial da Igreja progressista é as formações sociopolíticas, que preparam os/as leigos/as para serem protagonistas dos setores sociais que pretendem transformar a sociedade. Na Diocese de Erechim, a aposta em formação desencadeou uma história de luta e intensa organização popular, tanto dentro quanto fora dos espaços pastorais. É o caso do Treinamento para a Ação Pastoral (TAPA) que, em 1983, alcançando um âmbito regional, sendo articulado pela PJ do RS, atingia principalmente, a juventude rural. O objetivo do TAPA era “(...) conscientizar os jovens para a organização, a participação e a libertação, (...) incentivando a sua militância nos movimentos populares e organismos intermediários, na construção da nova sociedade” (SEMINOTTI, 2007, p. 95).

Assim, o curso formou diversas lideranças que passaram a atuar em sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa mobilização foi feita do chão da realidade rural da região, destacando a falta de políticas públicas para a agricultura familiar e a divisão desigual da terra.

Neste sentido, afirmamos com Seminotti (2007) que as ações sociopolíticas da Igreja Católica foram e são muito importantes para a formação de lideranças do campo popular. A libertação dos/as oprimidos/as é um projeto da Igreja dos pobres que culmina com as práticas de evangelização, segundo as ações de Jesus Cristo, descritas no Novo Testamento. A Diocese de Erechim possui uma história de resistência popular organizada que não pode ser suprimida. Já nos anos 80, os conservadores acusavam as práticas dos progressistas como favorecedoras de partidos de esquerda. Podemos constatar que as disputas políticas entre polos existem há décadas, contudo com graus diferenciados. Historicamente, os grupos conservadores aderem à dimensão espiritual e

pessoal dos fiéis, enquanto os grupos progressistas acreditam em propostas pedagógicas participativas, encarando a fé como uma ação social para a construção do Reino de Deus. Diante disso, vale ressaltar que a Igreja não é um espaço hegemônico e, enquanto a ala conservadora legitimou a ditadura militar, católicos progressistas repudiaram e lutaram contra o autoritarismo (SEMINOTTI, 2007).

Pelo fato de a estrutura social ser abalada pela conjuntura política que é mutável, nem sempre a Igreja dos pobres conseguiu manter-se fortalecida em comparação à efervescência política dos anos 80 (SOFIATI, 2004). Atualmente, o campo popular eclesial possui o objetivo de buscar alternativas de sobrevivência no atual sistema. A luta, desse modo, é por direito à cidadania e políticas públicas. É a tentativa de dar voz, vez e lugar aos/às jovens pobres da região, disputar espaço e acesso aos espaços públicos. A PJ da Diocese de Erechim colabora, neste sentido, com uma ação pastoral voltada à juventude das Paróquias, buscando a organização através de grupos de base que, imbuídos do processo de educação na fé, desembocam em um caminho de militância e tornam-se sujeitos-sementes de um novo mundo possível.

CIVILIZAÇÃO DO AMOR:

SEMENTE DE UM LUGAR TEOLÓGICO-POLÍTICO-PASTORAL

“Espiritualidade e profecia são duas palavras inseparáveis. Só os que se deixam possuir pelo espírito de Deus são capazes de plantar sementes do amanhã e renovar a face da terra” (Maria Inês Millen). (ANDRADE; VIEIRA; SILVA, 2012, p. 86).

O amor de Deus, materializado nos textos bíblicos e vivenciado no seguimento a Jesus Cristo, visa à construção de relações

edificadas por uma paz que é baseada na justiça (CELAM, 2013). O convite profético à Civilização do Amor foi lançado pelo Papa Paulo VI, seguiu provocando a Igreja e, há quase cinquenta anos, serve de horizonte teológico à Pastoral da Juventude. Como o amor não é propriedade de alguém/algo, para além das figuras eclesiais, há pensadoras contemporâneas que também discorreram sobre o amor como prática inerente à transformação social, como é o caso da professora americana Gloria Jean Watkins, que manteve o pseudônimo bell hooks em seus escritos, fazendo sua passagem em 2021. Segundo a teórica, “(...) sem justiça, não pode haver amor” (HOOKS, 2020, p. 72) e, com isso, é aprofundado o conceito de Civilização do Amor como um lugar político perpassado por uma espiritualidade libertadora.

Ao longo do Evangelho, é possível perceber que o amor exige coragem. Desde o cântico de Maria, podemos perceber por meio do evangelista Lucas que, “derrubar do trono os poderosos e exaltar os humildes” (Lc 1, 46-56) é uma premissa teológica que nos conduz à pessoa e ao projeto de Jesus Cristo. Teologicamente, as ações do jovem Galileu junto ao povo oprimido e descritas ao longo das narrativas bíblicas, mesmo sendo guiadas por Deus, incomodavam a elite da época. A semente de uma nova ordem já estava sendo plantada e, com isso, vieram as bases à Civilização do Amor que “(...) é uma rejeição a tudo o que oprime o homem: ao egoísmo, à injustiça, à violência, aos desvios morais; é recriar a cultura dos princípios e valores humanos no mundo” (CELAM, 2013, p. 120).

Bell Hooks amplia a renúncia a tudo o que oprime o homem, tendo como pressuposto os corpos das mulheres negras. Assim, afirma o amor como compromisso coletivo e ação que subverte a estrutura social que é pautada pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo (HOOKS, 2020). Nas prerrogativas de gênero e

raça, é ampliado o debate sobre quem são os oprimidos e, então, aprofundada a discussão sobre o corpo dos pobres, que eram tidos apenas como homens pelos teóricos da Teologia da Libertação, por exemplo. Essa é uma das críticas pontuadas pelas teólogas feministas, como é o caso de Ivone Gebara, que defende que “uma das aquisições do feminismo contemporâneo é a consciência de que a política entendida como a arte de organizar a vida das pessoas está fortemente presente nas teologias que informam a vida das Igrejas cristãs” (GEBARA, 2017, p. 90).

Diante disso, tendo o amor como compromisso concreto na construção coletiva de uma nova civilização, outras perspectivas teológicas e políticas passaram a ser empreendidas, fato que qualifica ainda mais o *ser* e *fazer* pastoral. Embebidas na Teologia da Libertação, as teologias negras e feministas vêm provocando movimentos que tendem ao acolhimento de todas as pessoas, em vistas à vida em abundância para todos e todas. Neste sentido, “para conhecer o amor verdadeiro, temos que investir tempo e compromisso” (HOOKS, 2020, p. 147), questão que é materializada por meio de processos que educam na fé (ANDRADE; VIEIRA; SILVA, 2012).

Na Pastoral da Juventude, além de horizonte teológico, a Civilização do Amor é tida enquanto proposta político-pedagógica que guia o *fazer* pastoral. Baseada nas opções pedagógicas que são frutos da caminhada eclesial latino-americana, educar na fé significa desenvolver um processo educativo que conduza a juventude católica a crescer nas suas opções e projetos de vida, entendendo a pessoa do/a jovem “(...) como sujeito da ação evangelizadora, à serviço da animação e organização das comunidades eclesiais e atuantes nos diversos espaços da sociedade” (ANDRADE; VIEIRA; SILVA, 2012, p. 54). Todas essas dimensões do ser humano são trabalhadas pedagogicamente por meio de etapas, a fim de encarar as pessoas inteiramente no seu próprio processo de hu-

manização. Dessa forma, a formação integral e a educação na fé estão presentes em toda a ação pastoral, nas reuniões, encontros, assembleias etc.

Por isso, afirmamos que a PJ é um espaço de partilha, de cuidado, de amor, de afeto, de entusiasmo e de reflexão. Ela oferece espaços que já pretendem materializar a Civilização do Amor que, desse modo, insere-se como um horizonte palpável e, portanto, possível. A militância, neste sentido, é o protagonismo do(a) jovem frente às ações transformadoras, ao fim e ao cabo mediado pela utopia de um mundo novo, sem pecados sociais. Na Diocese de Erechim, ao longo dos quase quarenta anos de história, esse horizonte teológico-político-pastoral ofereceu espaços formativos a muitos/as jovens que, hoje, enquanto pessoas adultas, ocupam lugares de liderança dentro de sindicatos, escolas, empresas, universidades, espaços no poder executivo e cadeiras no poder legislativo dos municípios. Em suma, as sementes de um outro mundo possível seguem sendo plantadas, dentro e fora da Igreja.

A VIDA DAS COMPANHEIRAS:

SEMENTE DE UM NOVO SER E FAZER PASTORAL

“Reconhecer o machismo como um comportamento intensamente presente em nossa sociedade é importante, mas não o suficiente para erradicá-lo, o que torna urgente discutir com as/os jovens a perversa espiral da violência contra as mulheres: suas raízes, suas consequências, e os caminhos para eliminá-la.”

(PASTORAL DA JUVENTUDE, 2021).

A partir do Concílio Vaticano II, elementos importantes passaram a modificar as ações da Igreja na América Latina e Caribe. De Medellín a Puebla, a opção preferencial pelos po-

bres e jovens ofereceu fundamentos à promoção de debates que conduziram a Igreja a um caminho trilhado em sintonia com o projeto de Jesus Cristo, que deseja vida em abundância a todas as pessoas (Jo 10,10). Diante disso, é possível perceber que o modo de *ser e fazer* pastoral precisa reconhecer o contexto, considerando as feridas abertas pelo sistema de produção capitalista, promotoras de problemáticas que afetam a vida das pessoas jovens na materialidade. Uma delas foi evidenciada na Ampliada Nacional da Pastoral da Juventude (ANPJ) ocorrida em 2017, nas terras cearenses do Crato.

O sangue que escorre das mulheres através da violência é tomado como compromisso concreto através da Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher e priorizado em 2020, na ANPJ, em Erechim/RS. Desde os debates da Teologia da Libertação, com o passar do tempo, tornaram-se crescentes as críticas em relação à “(...) misoginia que sutilmente desqualifica as mulheres, sobretudo no exercício do poder nas suas diferentes expressões e na representatividade eclesial” (GEBARA, 2017, p. 90). Inspiradas pelas teólogas feministas, as jovens mulheres da Pastoral da Juventude passaram a denunciar as contradições, buscando “(...) sua autoridade na leitura da tradição do Movimento de Jesusa partir de sua convivência com os corpos sofridos, sobretudo os corpos de mulheres desprezadas e humilhadas na história passada e atual.” (GEBARA, 2017, p. 94-95).

Com o objetivo de “enfrentar os ciclos de violência contra as mulheres, na ousadia de desnaturalizar o machismo e o patriarcado que sustentam a cultura da violência, para construir uma nova ordem pautada por relações justas e igualitárias” (PASTORAL DA JUVENTUDE, 2021), as sementes de um novo modo de gerar os processos político-pedagógicos foram lançadas. Os solos paroquiais do Brasil foram semeados pelo amor de Deus

materializado pelo enfrentamento às violências nas discussões-ações levantadas nos grupos de jovens. Para além de denunciar as opressões de gênero, a Campanhavisca provocar uma formação integral que garanta novos homens e novas mulheres, conscientes frente à reprodução do patriarcado e do racismo, protagonistas do caminho à superação dessas estruturas de morte. Neste sentido, esse movimento também quer caminhar para fora dos espaços eclesiais, fortalecendo uma Igreja em Saída, em sintonia com o Papa Francisco.

Na Diocese de Erechim, a multiplicação da Campanha aconteceu através de um processo nomeado “Giro Diocesano: pela vida das companheiras”, com encontros em cada uma das sete áreas pastorais do território eclesial. Durante o ano de 2019, as/os jovens componentes da Coordenação Diocesana da Pastoral da Juventude, juntamente com a secretária liberada, desenvolveram uma proposta de sensibilização e animação das juventudes, fazendo com que refletissem a sua vocação e compromisso comunitário em relação a essa realidade. Ademais, a partir do I Encontro Regional de Mulheres ocorrido no dia 04 de dezembro de 2019 na Câmara de Vereadores de Erechim, a Pastoral da Juventude apoiou ações que visavam à consolidação de uma casa regional de acolhimento a mulheres vítimas de violência, por meio de um Abaixo-Assinado lançado em oito de março de 2020.

Mesmo tendo o Evangelho como centro da ação evangelizadora, o ato de denúncia das estruturas opressivas através da discussão de palavras como *machismo* e *patriarcado* gerou rumores negativos por parte das forças conservadoras da Igreja. Ao ser uma das grandes feridas estruturais, que sangra cotidianamente na vida comunitária eclesial, sobretudo na “(...) submissão das mulheres à orientação de figuras masculinas” (GEBARA, 2017, p. 90), a temática da Campanha pode ser confundida com o que se

popularizou na América Latina, através da Igreja Católica, com o termo de “ideologia de gênero”. Cabe elucidar que os objetivos da Campanha sempre serviram aos preceitos evangélicos difundidos por Jesus Cristo, especialmente em relação à valorização das mulheres enquanto seres humanos.

Antes mesmo de a Campanha ser aprovada em Ampliada, promover debates e discussões acerca da temática já representava o semear da nova sociedade que tanto desejamos. É um processo que deve atravessar e ser atravessado pela proposta de formação integral que é vivida pela Pastoral da Juventude nos seus quase cinquenta anos. Ao servir à totalidade da evangelização, tem o papel de provocar, questionar e denunciar o que ainda viola as jovens mulheres, seja nos grupos, nas instâncias organizativas, nas comunidades, na institucionalidade ou na sociedade civil.

A Campanha é uma possibilidade frente à urgência de estancar essa ferida que, ensanguentada, goteja diariamente. Da mesma forma, tem a função de semeadura através de novas formas de rezar, sentir Deus e viver coletivamente, a partir da experiência das mulheres no Evangelho, ampliando valores como o respeito, a autonomia e a justiça de gênero.

SEMENTE(S) LANÇADAS NO ALTO URUGUAI GAÚCHO

Enquanto Igreja Jovem, a Pastoral da Juventude da Diocese de Erechim, juntamente com as organizações sociais da região do Alto Uruguai Gaúcho, compõe o campo popular, por meio do compromisso de suas lideranças com a construção de uma sociedade justa e solidária. Esse fato pode ser evidenciado contemporaneamente através da presença das/os jovens nos espaços de debate e construção regional, como as lutas empenhadas nos

últimos anos, coordenadas pelos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Na década de 2000, outro destaque importante é a participação das suas lideranças no movimento Pró-Universidade, o qual deu origem à instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), garantindo o acesso ao ensino superior público a diversos jovens da região.

O horizonte da Civilização do Amor culmina em um *fazer* pastoral que é engendrado no projeto político de um outro mundo possível. Ao compreender o Evangelho enquanto fonte de amor fraterno, produtor de vida em abundância, a Pastoral da Juventude semeia uma proposta pedagógica integralmente cristã, a qual promove a ruptura das estruturas opressivas a partir da educação na fé. Dessa forma, não há como sustentar uma espiritualidade seguidora de Jesus Cristo sem uma visão política, a qual, historicamente, acaba ocasionando conflitos de visões de mundo.

Neste sentido, para além das ações concretas, a Pastoral da Juventude efetiva a formação de lideranças que, há quase quarenta anos, atuam como sementes à construção da Civilização do Amor, dentro e fora da Igreja, no chão do território da Diocese de Erechim. Lançar sementes nas veias abertas pode gerar um processo de cicatrização e, portanto, o *ser e fazer* pastoral acabam se consolidando enquanto campo de possibilidades fundadas nos princípios éticos do Evangelho. Diante disso, por serem verbos nunca serão estáticos e, portanto, devem acompanhar o movimento das demandas geradas pelas feridas que ainda sangram: do Alto Uruguai à América Latina.

REFERÊNCIAS

CELAM. *Conclusões da Conferência de Medellín – 1968*. Texto Oficial. São Paulo:Paulinas, 1998.

_____. *Conclusões da Conferência de Puebla*. Texto Oficial. 3ª ed. São Paulo: Paulinas,1979.

_____. *Civilização do Amor: Projeto e Missão*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 2. ed. Goiânia: UFG,1984.

DOMEZI, M.C. *O Concílio Vaticano II e os pobres*. São Paulo: Paulus, 2014.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco.Porto Alegre: L&PM, 2012.

GEBARA, Ivone. *Mulheres, religião e poder: ensaios feministas*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020.

_____. Vivendo de Amor. *Portal Geledés*, São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MARQUES, Luiz Carlos Luz; NETA, Lucy Pina. O “Irmão dos Pobres” esteve lá: o que o

O que o pequeno concílio de medellín e helder câmara significaram, um para o outro?. *Rever - Revista de Estudos da Religião*, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 65, 31 ago. 2018. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em:<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/38971>. Acesso em: 05 abr. 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PASTORAL DA JUVENTUDE. *Bora falar de Pastoral da Juventude?* Roteiros de rodas de conversa para apresentar e falar da Pastoral da

Juventude aos grupos de jovens. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude (CCJ), 2016.

_____. *Pela vida das companheiras*: Projeto Metodológico-Operativo. Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher. 2021. Elaborado pelo GT Nacional da Campanha. Disponível em: https://www.pj.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Projeto_Campanha_2021.pdf. Acesso

em: 10 jan. 2022.

_____. *Somos Igreja Jovem – Pastoral da Juventude*: um jeito de ser e fazer. Brasília: Pastoral da Juventude, 2012.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. *Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições*: a experiência do alto uruguaí gaúcho. 2014. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/98599>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SEMINOTTI, Jonas. *Participação política e fé*: o papel da igreja na formação das organizações sociais populares: região alto uruguaí do RS (1974- 1990). 2007. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação, mestrado em história. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

SOFIATI, Flávio Munhoz. *Jovens em movimento*: o processo de formação da pastoral da juventude do Brasil. 2004. Dissertação de mestrado. Universidade de São Carlos, São Carlos, 2004.

A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA
E SEUS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS NO PROCESSO
DE LUTA DE CLASSES

José Roque Rojas
Jacir João Chies
Isaac Giribet Bernat

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST foi motivado por fatores que estavam ocorrendo no país a partir da segunda metade da década de 1960, especificamente por três: socioeconômico, ideológico e político. Naquele período, o país estava vivendo a Ditadura Militar, na qual a sociedade estava sofrendo uma série de retrocessos. O primeiro fator, o socioeconômico, agravou-se em função da conhecida como modernização da agricultura, na qual os meeiros, arrendatários e filhos de pequenos agricultores estavam sendo expulsos de suas terras. A chegada do pacote tecnológico afetava diretamente os agricultores camponeses, conforme descreve Stedile (2012). Foi com essa base que surgiu o MST, com um contingente de famílias camponesas disposto a lutar para permanecer no campo, enfrentando um novo processo de industrialização da agricultura, expulsava os agricultores camponeses e concentrava as terras nas mãos dos latifundiários.

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída - o êxodo

para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 20).

O segundo fator que contribuiu para o surgimento do MST foi o ideológico, quando as pastorais das Igrejas Católicas e Luterana contribuíram na organização do povo naquele período. Como afirma Stedile (2012), com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra-CPT em 1975, houve uma onda de bispos, padres e pastores que se colocaram contra o modelo que estava sendo imposto ao campo. Essa ação da CPT foi fundamental para incentivar a resistência das famílias sem-terra contra a repressão que estavam sofrendo, pois a população, em sua grande maioria, evita discordar do regime ditatorial, pelas consequências graves que poderia comportar.

Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Ao contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra” (STEDILE, 2012, p. 23).

O terceiro fator que também contribuiu sobremaneira para o surgimento do MST foi a situação política do Brasil naquele período. O país vivia uma Ditadura Militar (1964-1985), que afetava diretamente tanto os setores populares do campo como os da cidade. Com isso, o surgimento do MST não foi influenciado apenas pelo povo do campo, os trabalhadores da cidade também

se solidarizaram com a luta pelos direitos a terra. O objetivo da reforma agrária transcendia o campo e suas organizações de classes.

Trata-se da situação política, do processo de democratização do país. Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se construir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo da luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e á luta pela democratização da sociedade (STEDILE, 2012, p. 25).

Os três pontos supracitados conformam, concomitantemente, um movimento de luta pela terra, autônomo e de massas, com a finalidade de organizar os trabalhadores do campo e da cidade em prol da conquista da Reforma Agrária Popular. O MST constituiu-se como um movimento nacional em janeiro de 1984, já realizando o primeiro Encontro Nacional, em Cascavel (PR), assim foi se organizando com base na formação política e na organização das lutas pela terra já existentes nos estados.

O Movimento é considerado herdeiro dos demais movimentos sociais que o antecederam: “o MST é a continuação de 500 anos de luta pela terra. São cinco séculos de luta contra o latifúndio”. (FERNANDES, 2012, p.14). Com isso, o movimento carrega, na sua gênese, grandes ensinamentos das lutas populares que o antecederam. Os militantes levam consigo traços da rebeldia de lutadores que tiveram uma grande importância na história da luta pela terra no Brasil.

TRÊS GRANDES CARÁTERES DO MST

O Movimento Sem Terra possui três grandes caracteres: sindical, popular e político. Sindical porque é uma luta reivindicatória, na qual vai além de reivindicar apenas a terra para todos que queiram trabalhar nela, uma luta que também reivindica educação de qualidade, saúde, estradas, moradia, infraestruturas para produzir etc. para todas as famílias assentadas, bem como para toda a classe trabalhadora do campo.

Popular, porque o MST é do povo e para o povo, aberto para todos os trabalhadores e trabalhadoras sem distinção de raça, cor, credo religioso, gênero, orientação sexual, filiação partidária, jovens, adultos e idosos. Desde que todos respeitem os princípios, objetivos e os acordos coletivos do Movimento Sem Terra.

Esse caráter popular, de se abrir para outras profissões, sem discriminar, mas também sem perder as características de um movimento de trabalhadores rurais, acabou trazendo uma consistência que contribuiu para formar um movimento com organicidade e com uma interpretação política maior da sociedade (STEDILE, 2012, p. 35).

O terceiro caráter é o de natureza política. Porque, na atualidade, o MST tem um projeto de Reforma Agrária Popular para o Brasil, o qual tem, como objetivo, beneficiar toda a sociedade, ou seja, um projeto que transcende o campo.

O Movimento Sem Terra por meio de sua organização, suas lutas e conquistas vem buscando construir uma sociedade igualitária, em que não haja exploradores e explorados, o trabalho tenha supremacia em relação ao capital. Alicerçada no ser humano, respeitando a vida e a natureza. Carregando, neste sentido, valores de solidariedade, companheirismo e solidariedade, indignando-se contra qualquer forma de injustiça.

O MST busca garantir que a terra seja um bem de todos e que esteja a serviço da sociedade. Com justa distribuição de terras, para que, nela, as famílias possam trabalhar e produzir seus alimentos e obter renda, garantindo sempre a igualdade social, de direitos econômicos, políticos e culturais. Buscar permanentemente a participação igualitária das mulheres, jovens, homens, idosos e crianças nas atividades do Movimento e da sociedade e, com isso, combater todas as formas de discriminação social. O MST também busca ir além do contexto brasileiro, inserir-se nas articulações das lutas internacionais contra o capital e em prol do socialismo.

Desde sua criação quanto organização até a atualidade, por meio de suas lutas, o Movimento Sem Terra construiu três grandes reivindicações ou bandeiras de luta: terra, reforma agrária popular e transformação social.

A gênese do MST encontra-se articulada por meio das lutas pela terra que já haviam em diversas regiões e estados. O grande intuito da luta pela terra era, e continua sendo, que os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade possam, por direito, ter um pedaço de terra para trabalhar e produzir seus alimentos e vender os excedentes, com isso garantir a Soberania Alimentar da família e da sociedade. A Soberania Alimentar garante autonomia às famílias na hora de definir suas estratégias para manter a sustentabilidade da produção, distribuição e consumo dos alimentos. Em assim sendo, garantindo que todas as populações do campo e da cidade tenham acesso a alimentos produzidos de forma sustentável e de qualidade.

A luta pela Reforma Agrária é uma luta, para que haja justa distribuição da propriedade da terra: “A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras” (MST, 2016, p.13). Assim, o MST luta pelo fim da con-

centração da terra nas mãos dos grandes latifundiários, com isso, estabelecendo um tamanho máximo da terra, limitando a concentração da propriedade privada da terra, garantindo a função social do uso, posse e propriedade da terra em todo território brasileiro. Afinal, ainda hoje, temos uma grande extensão de terras que não cumpre com o que a Constituição Federal de 1988, que entende por função social, ou seja, estão improdutivas.

Na atualidade, o MST tem, como um dos seus principais objetivos, fazer a produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro, diferentemente do sistema capitalista, que prioriza produzir *commodities* para exportação, deixando o povo às margens da fome. Também busca preservar os bens da natureza, os rios, as nascentes e as florestas, reflorestando as áreas degradadas com ampla diversidade de árvores, incluindo nativas e frutíferas. Ademais, combate a poluição, desmatamento e comércio ilegal de madeiras. Com isso, procura garantir que a biodiversidade do nosso país mantenha-se para as futuras gerações.

Por último, o Movimento Sem Terra tem, como objetivo, também a transformação social da sociedade. Construindo uma forma societária, em que não haja exploradores e explorados, garantindo que a terra, trabalho e riquezas naturais sejam repartidos entre todos e todas com justa divisão. Em definitivo, busca combater todas as formas de discriminação social e preconceito, para construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

PRINCÍPIOS DO MST

Para conseguir atingir seus objetivos, o Movimento Sem Terra criou alguns princípios coletivos, que resultam fundamentais para organizar o povo e contribuir para os processos da luta. Esses princípios são os que dão o norte para as lutas cotidianas e

resultam em porto seguro nos momentos de crise na organização, quando esses princípios são retomados. Como diz nas Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST.

Mas estas características que nos dão identidade estão desde o início do MST, por isso, são chamados Princípios. Eles não se alteram na sua essência, mas podem ser radicalizados para aumentar a participação e elevar o nível de consciência do movimento de massas. São também as características que esperamos de cada militante: respeito e capacidade de construir a direção coletiva, vínculo com as massas, autonomia e disciplina. (MST, 2016, p. 8).

Com isso, o MST criou sete princípios fundamentais para a organicidade de seus processos de luta.

- *Direção Coletiva*

A partir desse princípio, em todas as instâncias do MST têm que haver direção coletiva, desde a base até a Direção Nacional. Todos e todas têm livre arbítrio em concordar, discordar e colocar suas opiniões perante o coletivo. Na organização, tudo deve ser fruto da obra coletiva, mesmo quando as habilidades individuais estejam em destaques.

- *Divisão de Tarefas*

Em todas as ações do Movimento, deve haver divisão de tarefas, para que todos possam contribuir e sentir as funções. E, além disso, partilhar responsabilidades entre o maior número de companheiros e companheiras para que não ocorra de alguns ficarem sobrecarregados. Nesse princípio, é importante ressaltar o quão ágil torna o povo na realização das tarefas delegadas.

- *Disciplina*

A disciplina é um princípio fundamental para manter a organicidade, o respeito e o cumprimento dos acordos coletivos da organização. Espera-se que o cumprimento desse princípio por parte da militância seja realizado de forma consciente, e não de forma imposta. Para atingir esse nível, deve-se trabalhar a consciência, fazer por querer e por acreditar, de tal ponto que se cumpre de forma natural, pois tal princípio se tornará parte do carácter de cada companheiro e companheira.

- *Planejamento*

Todas as ações do MST devem ser realizadas mediante o princípio do planejamento, conforme as instâncias organizativas. Nisso, incluem-se os fatores econômicos, humanos e cronograma das atividades. As ações não podem ser feitas de forma simplista, é fundamental analisar e planejar o que pode vir a ocorrer, para manter o controle e evitar ou minimizar erros, de modo a obter resultados positivos nas ações. E, além disso, o planejamento instiga e desafia os militantes a pensar e planejar as ações, fazendo com que assumam com compromisso e sintam-se parte do processo como um todo de forma coletiva.

- *Crítica e Autocrítica*

Em todas as instâncias, o MST deve adotar o processo de crítica e autocrítica. Todo ser humano tem vícios e desvios perante qualquer organização coletiva, no MST, um dos métodos de combater esses vícios e desvios é pelo método de crítica e autocrítica, mediante a qual todos os companheiros e companheiras devem ter a humildade perante o coletivo de realizar sua autocrítica e críticas ao coletivo e demais companheiros. Esse método instiga os mili-

tantes a crescerem como ser humano perante o coletivo e de forma coletiva, ou seja, além de olhar para si, também deve olhar para os demais, assim como os demais devem olhar para si e, com isso, ajudam-se a observar vícios e desvios uns dos outros, que, na maioria das vezes, não conseguimos enxergar. No entanto, esse método só pode ser realizado nas reuniões, pois crítica fora das instâncias deixa de ser crítica e sim fofoca.

- *Estudo*

Em qualquer espaço do Movimento Sem Terra, os militantes devem desafiar-se a dedicar-se ao estudo, pois todos devem ter a clareza de que sempre é tempo de aprender. Estudar os livros e os documentos do MST, estudar sobre a realidade local, nacional e internacional. Afinal de contas, sem estudo não há conhecimento e, sem conhecimento, não haverá uma boa atuação e direção perante a organização.

- *Vinculação permanente com as massas*

Na organização do MST, todo militante e dirigente deve ter vinculação permanente com as massas. Ter a participação das atividades, diálogos e ações realizados na base. Deve estar sempre junto com o povo, pois será por meio dessas atitudes que se cria uma relação de confiança com a base. Por isso, é fundamental o vínculo, estar presente nos momentos de alegria e nos momentos difíceis.

MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO DO MST

Com o decorrer de suas lutas, o Movimento veio adquirindo e criando alguns métodos para melhorar e contribuir na organi-

zação do povo de sua base. Métodos que devem ser priorizados em qualquer atividade da organização: “os métodos somente se desenvolvem e comprovam sua eficiência na medida que forem aplicados sobre uma determinada realidade para transformá-la, de acordo com essa visão antecipada que se tem do objetivo” (MST, 2005, pg8). Esses métodos foram criados em função dos objetivos do MST e, evidentemente, são fundamentais para contribuir na formação dos militantes.

- *Trabalho de Base*

Todo integrante do MST deve dedicar-se permanentemente ao método de trabalho de base, pois é por meio deste que ocorre o trabalho de conscientização do povo e da organização das famílias. Esse método pode ser feito por meio de diálogos com o povo, reuniões com grupos de famílias, pois é dessa forma que se consegue adquirir e criar uma força organizada em que todas as famílias sejam conscientes em lutar pelos mesmos objetivos.

- *Lutas de Massas*

O método de lutas de massas é um método fundamental para mobilizar as famílias Sem Terra em busca dos objetivos. Somente um povo organizado obtém força para conseguir criar pressão e atingir a vitória: “Nada pode substituir a mobilização e a luta de massa. É ela que conscientiza o povo. As negociações são necessárias, mas devem vir como consequência das lutas de massa” (MST, 2016, p. 46). Os objetivos só são alcançados se houver luta por atingi-los.

- *Formação de Militantes*

Na organicidade Sem Terra, a formação de quadros é imprescindível, pois a continuidade da luta depende dos novos quadros. São

eles que dão o suporte para as lutas, que mantêm a estabilidade da Organização.

Qualquer organização que não formar seus quadros está condenada ao fracasso, pois, para conduzir a luta de classes, não basta imaginar que estamos certos, é preciso ter certeza. Esta certeza só adquirimos através do estudo e do conhecimento (MST, 2005, p. 156).

Por meio disso, o MST sempre dedica tempo, recursos e planejamento para que esse método da formação de militantes seja realizado em todos os espaços do Movimento Sem Terra.

- *Mística*

O método de elaboração da mística é utilizado em todos os espaços do MST, desde os espaços propriamente de formação política até os períodos de trabalho coletivo. A mística é um momento em que alimentamos nossa alma, recarregamos nossas energias positivas, na qual nos transbordam os sentimentos e a vontade de lutar. Nesse momento, procuramos aproximar passado, futuro e momento presente para, assim, criamos diferentes formas de motivação para triunfar na luta.

- *Práticas de Valores*

No Movimento Sem Terra, a prática de valores deve ser realizada por todos os militantes e dirigentes que compõem a Organização. Cada membro que tenha a tarefa de ajudar a tocar o processo da luta deve nortear sua conduta, porém deve sempre levar em consideração alguns valores, como, por exemplo, os valores de solidariedade, companheirismo, humildade e igualdade aos demais compa-

nheiros e companheiras. Esses valores são fundamentais, pois são eles que compõem a ética do Movimento perante o povo.

- *Democracia Participativa*

Em todos os espaços do Movimento Sem Terra, os companheiros e companheiras que têm a tarefa de dirigente jamais podem cair no engano de que sabem de tudo e de que não precisam consultar o povo. Antes de realizar qualquer ação, devem sempre promover um processo de discussão, debate e planejamento de forma coletiva, em que, mesmo minimamente, a maioria possa opinar. Na lógica organizacional do Movimento, resulta mais interessante errar com o povo que acertar sozinho, pois, em uma organização social, nada é superior ao povo organizado.

- *Autonomia Financeira*

Toda organização social deve sempre criar alternativas para ser autônoma, pois, sem independência financeira, tem uma possibilidade de futuro será curto. Por tal motivo, o MST sempre buscou formas de caminhar com as próprias pernas, criando possibilidades de arcar com seus custos econômicos na realização de todas as atividades e ações.

PRONERA E FORMAÇÃO DE MILITANTES

Desde a criação do Movimento Sem Terra, notava-se que a educação tradicional não atendia aos anseios da Organização e do povo. Conforme ia se dedicando e lutando por terra, o Movimento foi se dando conta da necessidade de também lutar por uma educação de caráter popular e não apenas pela construção de escolas rurais. Um tipo de educação que passaria por construir uma

educação do campo e para o campo, uma educação que levasse em consideração e que servisse a seus interesses emancipatórios.

Por meio de muitas lutas e mobilizações foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, o qual tinha, como objetivo, alfabetizar e elevar o nível de escolaridade de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária. O tripé formado por movimentos sociais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e as universidades públicas foi fundamental para a realização prática dessa política pública. Esse Programa foi muito importante para a militância do MST, pois foi responsável pela formação de milhares de jovens e adultos assentados e acampados, inclusive, criou oportunidades para muitos trabalhadores e filhos de trabalhadores a cursar o ensino superior, contribuindo, sobremaneira, no desenvolvimento dos assentamentos e acampamentos, bem como no desenvolvimento da agricultura camponesa com olhar técnico e político.

O PRONERA possibilitou ao Movimento Sem Terra formar quadros de sua própria base. Militantes que vivem e conhecem a realidade das famílias Sem Terra, propiciando que a organicidade tivesse um grande salto quantitativo e qualitativo, podendo intensificar as escolas do campo, mediante quadros comprometidos com a causa de formar crianças, jovens e adultos que vivem no campo. Assim, na área de produção, possibilitou a formação de muitos técnicos tanto de nível médio como superior (Agrônomos, Médicos Veterinários, entre outros), que auxiliam a impulsionar e qualificar as áreas de produção dos assentamentos.

O MST EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID 19

O Movimento Sem Terra tem, como um dos seus princípios, a solidariedade, baseada nos valores humanistas e no companhei-

risimo. Por esse motivo, no momento pandêmico atual que se vive no país, o MST realizou várias ações de solidariedade, doando alimentos saudáveis para milhares de famílias carentes.

Nesse período, que se está vivendo umas das maiores pandemias da história do nosso país, a qual que levou centenas de milhares de pessoas a óbito, em que, além disso, se está vivenciando uma crise do capital, com durabilidade a médio e longo prazo, ou seja, não tem perspectivas rápidas para sair de tal crise, esses dois fatores fazem com que a sociedade brasileira retornasse ao mapa da fome.

Dentro desses problemas que a sociedade brasileira está vivenciando, há também o papel nefasto do Governo Federal guiado pelos valores negacionistas, preconceituosos, machistas e de exaltação do ódio e da violência contra as minorias, no qual não há o mínimo resquício de empatia e compaixão pelas famílias brasileiras.

No contexto dessa crise humanitária, o Movimento Sem Terra está fazendo umas das mais belas ações de solidariedade ativa dos últimos anos, mediante as doações de milhares de toneladas de alimentos saudáveis para comunidades carentes. Essas ações foram baseadas nos valores da solidariedade ativa, do companheirismo, da defesa incondicional da vida, da solidariedade, da organização social com sua classe, pois faz com que as famílias das comunidades organizem-se para receber os alimentos. Assim mesmo, as campanhas de doação de alimentos saudáveis também se baseiam na solidariedade popular, pois têm, como objetivo, semear novos valores humanistas. Dessa forma, prioriza-se, em primeiro lugar, a vida, a solidariedade entre seres humanos, diferentemente do ódio e da violência, que são a base no atual governo. Na atualidade, os principais desafios do MST passam por defender e cuidar da vida, ser solidário em todos os sentidos, lutar pela vacina para todos e pelo auxílio emergencial de qualidade.

Diante do exposto, a luta do MST assume também um viés

de caráter político, reclamando pelo fim do atual governo, pois o Executivo Federal liderado por Jair Bolsonaro conforma-se como inimigo das reivindicações da classe trabalhadora, que são as que defendem o MST.

REFERÊNCIAS

MST. *Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST*. 2016.

MST. *Método de Trabalho e Organização Popular*. Setor de formação do MST, 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB. *Memória dos 20 Anos da Educação do Campo e do PRONERA*. Cidade Gráfica e Editora. Brasília, 2018.

O MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE (MASTES)

*Eleandro de Morais Vieira
Humberto José da Rocha*

Este artigo discute o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), no que diz respeito ao contexto do seu processo de formação, suas atividades, ações e modo de se organizar e agir, principalmente, entre os anos de 1983 e 1984, correspondentes à ocupação da Fazenda Annoni, no município de Marmeleiro, e a posterior inserção desse movimento noutra mais abrangente que, hoje, corresponde ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A mediação, neste texto, corresponde a uma relação interativa, formativa e recíproca estabelecida de forma horizontal e circular entre o mediador, neste caso, o MASTES, e os mediados, representados por ocupações, acampamentos e agricultores sem-terra, observando que, ao mesmo tempo em que o movimento contribui e forma os sem-terra para sua luta cotidiana, o movimento também é formado nesse processo de troca com as experiências materiais concretas dos agricultores na luta, sobretudo, pela terra e pela reforma agrária.

A modernização da agricultura, a construção de hidrelétricas e a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) inspirada na

Teologia da Libertação e a “opção pelos pobres” junto à observância de opositores claros, fez surgir uma identidade social, oportunizando a criação de movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária, acima de tudo, fazendo emergir, no contexto dessa oportunização e das experiências do Movimento Justiça e Terra e do MASTRO, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES).

Entre utopias e interesses imediatos, surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) com objetivos que têm, como frente de luta, a terra e a reforma agrária, realizando um trabalho de base, de mediação e de desenvolvimento da consciência de classe por meio da experiência material de luta concretizada nas ocupações, acampamentos e outras ações. Entre seus objetivos, aparecem a conquista da terra para quem trabalha nela e precisa dela; reforma agrária; desenvolvimento da organização dos trabalhadores na luta pela conquista da terra; fixação do pequeno proprietário a terra; desenvolvimento crítico da realidade; desenvolvimento da consciência de classe; mudança do atual modelo econômico e agrícola; mudança da sociedade para que o poder esteja nas mãos do trabalhador; promoção do avanço dos trabalhadores e consciência da necessidade de participação político-partidária; promoção do avanço político dos trabalhadores, no sentido de irem clareando e construindo sua proposta de Reforma Agrária; e destruição do capitalismo, dando um direcionamento ao movimento, nunca linear nem unidirecional, já que o processo da luta pela terra dá-se de forma dinâmica e interativa com os diversos atores que surgem e acontecimentos que são desenrolados (MASTES, 1983).

A criação do MASTES acontece como desdobramento da atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) e até mesmo pela migração de agricultores

sem-terra do Oeste para o Sudoeste, principalmente pela construção de Itaipu, trazendo consigo suas experiências de luta no Movimento Justiça e Terra (MTJ). O marco dessa criação pode ser tomado pela ocupação da Fazenda Annoni em Marmeleiro, em 17 de julho de 1983, por cerca de 650 famílias em uma área de mais de quatro mil hectares, improdutivo, depois da retirada da madeira. Antes da ocupação da Annoni, já havia mobilizações de movimentos sem-terra, sobretudo, em nível de comunidades e municipal, com algumas articulações regionais, porém, depois da ação, percebemos mais claramente uma definição com nomenclatura e com os objetivos claros e princípios esclarecidos que, a partir de então, empreendem lutas sistematizadas e até mesmo outras ocupações, como é o caso da Fazenda Imaribo, primeira ocupação do movimento, que retomaremos adiante. Mas foi a partir da ocupação e com a ação sistemática de mediadores como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) de Francisco Beltrão e de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região (SCHREINER, 2002), que o MASTES assume a forma de um movimento social no que diz respeito à coesão de ideias e ações.

A luta pela terra no Paraná remonta ao período imperial da história brasileira, todavia, as mobilizações de agricultores no Sudoeste de forma sistematizada, organizativa e combativa pela terra são percebidas, pelo menos, desde 1980. A realização da assembleia no Pavilhão da Paróquia de Marmeleiro, no dia 28 de março, a pedido de lavradores que não possuíam títulos definitivos de suas terras, foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão e de Marmeleiro, Sindicato Rural de Marmeleiro e Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o objetivo de expor os problemas dos lavradores para autoridades locais para solicitação de compromisso com a causa. Um encontro de estu-

dos dos agricultores do Sudoeste do Paraná, nos dias 05 e 06 de abril de 1983, na sede da ASSESOAR em Francisco Beltrão, em parceria com Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e CPT, reuniu 39 participantes dos municípios de Capanema, Francisco Beltrão, Nova Prata do Iguaçu, Ampére, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Enéas Marques, Renascença, Reserva do Iguaçu, Salto do Lontra, Palmas, Dois Vizinhos, São João, Coronel Vivida e Três Passos (RS). O encontro teve o objetivo de fazer um levantamento da realidade da região, confrontando o Estatuto da Terra e outras medidas do governo federal como os projetos de colonização, usucapião especial, regularização de títulos, e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. A constatação desse momento e espaço de estudos foi de que a situação era crítica e tendia a agravar-se, visto que a legislação do Governo Federal não oferecia perspectivas de mudanças e de que os trabalhadores rurais deviam, unidos a organizações de classe, reivindicar medidas para a solução dos problemas, enquanto as entidades continuariam a realizar seus estudos (ENCONTRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ, 1983).

Percebemos, então, que, no início da década de 1980, já existiam articulações de agricultores sem-terra e de posseiros intuindo a conquista da terra. O problema da titulação ainda não concedida, a legislação que não favorece os sem-terra e a construção das barragens acabam por conformar uma identificação coletiva na direção da criação de um movimento organizado e coletivo para lutar pelas suas reivindicações e direitos. Nessa identificação, reúnem-se expropriados, despossuídos e expulsos, além de entidades que se articulam com eles, mediando, seja a construção do movimento em si, seja na luta por objetivos específicos, depois da constituição, tornando-se o próprio movimento criado, como é o caso do MASTES, que, posteriormente, também assume o papel

de um mediador que atua nesse processo recíproco com os sem terras e nas ocupações realizadas por eles, com ajuda de outros, como a CPT, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e ASSESOAR.

Nos objetivos do MASTES, já observamos a intencionalidade de o movimento atuar como um mediador, isto é, na observância dos três principais elementos que fazem parte da mediação, a situação, a reciprocidade e a formação, na visão de que a mediação constitui uma ação social constante e um processo de troca e de transformações mútuas entre universos culturais diferentes, sem uma relação mecânica ou vertical entre mediador e mediado, mas em uma relação de circularidade e partilha (NEVES, 2008).

No decorrer do processo, o MASTES demonstra sua ação para a formação dos agricultores sem-terra da região. A intencionalidade da reciprocidade como essência do movimento mostra-se de forma clara quando coloca a necessidade de uma nova ordem social a ser definida e firmada pelos trabalhadores no avanço do processo de suas lutas, conquistando mais espaços, como o político e o sindical, com as decisões do movimento sendo tomadas pelo conjunto dos trabalhadores com coordenação escolhida por eles, e afirmando o movimento como autônomo, que se autodetermina em suas decisões e ações assessorado e integrado com o movimento sindical. A participação dos trabalhadores insere-se nos princípios do MASTES ao mesmo tempo em que o movimento coloca-se como formador da consciência, sensibilização e organização deles, em um processo de mediação que não permite hierarquização, mas processos interativos horizontais com troca de bens culturais, como vimos.

A concretização da organização do MASTES com a ocupação da Fazenda Annoni, depois da motivação nascida na observância da ação coletiva dos agricultores sem-terra posta em prática, fez iniciar os trabalhos de mobilização no sentido de de-

bater os problemas e procurar medidas para que os direitos dos sem-terra fossem atendidos e garantidos, levantando informações nos municípios dos números de sem-terra para organizarem-se em nível de comunidade e, posteriormente, em nível municipal. Num encontro de abril de 1983, algumas propostas foram colocadas para o movimento sem-terra que se estruturava: fazer levantamentos completos dos sem-terra, criar grupos por comunidade, município e região, realizar reuniões e encontros com a ajuda de material e de pessoas em todos os níveis, realizar encontros municipais para aprofundamento dos líderes e pensar em um jeito de recolher ideias, sugestões e propostas dos participantes (ENCONTRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ, 1983).

No final de 1983, no mês de dezembro, o MASTES, em seu boletim *Alerta*, descrevia suas dificuldades em Nova Prata do Iguaçu, em que os sem-terra participantes do movimento, ainda em articulação em nível municipal, decidem pela realização de uma festa, que, divulgada, teve boa aceitação das comunidades, para aproximar as pessoas e angariar fundos ao movimento para reuniões, encontros e viagens. Devido a essa mobilização, o movimento sofreu ataques dentro da própria Igreja Católica. Disso, o MASTES afirmou que as declarações eram contrárias ao que a igreja prega, ou seja, a opção preferencial pelos pobres, enfatizando que o movimento não era desordeiro, mal-intencionado e comunista, mas visava organizar os trabalhadores sem-terra para que houvesse justiça na distribuição da terra, acesso ao emprego e habitação e que existia para unir aqueles que não queriam o pobre à margem da sociedade, juntando os marginalizados para fazer valer os seus direitos. Isso mostra também que a igreja fortemente presente nas questões da terra, sobretudo com a CPT e aporte teórico e prático da Teologia da Libertação, não era homogênea

e grupos ou parte dela não ingressaram na luta pela terra. Ainda no calor dos conflitos em Nova Prata, o MASTES reafirma mais uma vez seus objetivos, destacando também a meta de divulgar e conscientizar a população em geral sobre o problema da terra e a necessidade de uma reforma agrária, sentindo o estigma que se cria em setores regionais de taxaço dos sem-terra como “vagabundos”, como aparece em muitos momentos descritos pelos próprios participantes do movimento (ALERTA, 1983c).

O MASTES surge na oportunidade política do final da década de 1970 e início da década de 1980 na região Sudoeste do Paraná, tendo em vista a construção de barragens na região que expropria pequenos agricultores, no processo de modernização agrícola com a preferência das políticas aos médios e grandes produtores e na deliberação pela monocultura exportadora. A ação de instituições que se colocam ao lado dos sem-terra, como a CPT, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a ASSESOAR, reforça e encoraja, assim, a possibilidade de uma ação coletiva com antagonistas visíveis e formulando propostas comuns e identidades coletivas articuladas a partir de quadros culturais consensuais como a concepção de terra para quem trabalha nela e de quem precisa dela, desencadeado ao mesmo tempo pelas restrições que o contexto produz como o desenraizamento e expulsão da terra por não acompanhar as mudanças impostas, fazendo surgir, desse modo, um movimento social do campo.

A primeira ação de ocupação de sem-terra na região Sudoeste do Paraná foi na Fazenda Annoni, em Marmeleiro, divisa com Campo Erê, estado de Santa Catarina, no dia 17 de julho de 1983, por 648 famílias em uma área de 4.334 hectares. Já no dia 21 de julho de 1983, aconteceu o primeiro ataque violento a mando da família Annoni, quando jagunços destruíram os barracos, casas e furaram panelas a bala para inviabilizar a preparação

de alimentos, além de assassinar um sem-terra, João de Paula, de 53 anos, que deixou esposa e nove filhos. Após o despejo violento da primeira ocupação, os sem-terra reuniram-se e acamparam na localidade de Bom Jesus, próximo à Fazenda. Esse acampamento durou mais de um mês e foi importante para a construção do MASTES, bem como a ampliação de apoios que vieram de demais entidades e movimentos. No dia 22 de setembro, os sem-terra voltaram a ocupar a Fazenda, reunindo-se no centro da área por algum tempo e, depois, espalhando-se pelas terras para iniciar a produção e os trabalhos (CALLEGARI, 2015).

A Comissão Regional dos Sem Terra, a respeito do acampamento dos ocupantes da Annoni na localidade de Bom Jesus, à beira da Rodovia que liga Marmeleiro a Campo Erê, pronunciou-se dizendo que o INCRA, depois do despejo violento, garantiu que os sem-terra seriam assentados em áreas no próprio estado do Paraná, porém, durante o acampamento no Bom Jesus, afirmou que só teriam áreas para assentar nos projetos do Instituto na Amazônia, expondo também que grande parte da sociedade marmeleirense, como comerciantes e industriais, era contra os acampados, enquanto órgãos de classe, algumas entidades e setores da igreja estavam apoiando a ação. Depois de um mês aguardando terras no Paraná, os sem-terra voltaram a acampar na Annoni, estruturando-se em barracos de taquara cobertos de lona e iniciando os trabalhos, plantando feijão, milho, arroz e batatinha (ALERTA, 1983a; ALERTA, 1984b).

Uma demonstração da atuação do MASTES como mediador na ocupação da Fazenda Annoni e com os acampados, apesar de não ter organizado sistematicamente a ação, é a manifestação de que a ocupação é de inteira responsabilidade dos que lá estão, porém, o movimento tem se solidarizado, prestando apoio e ajuda necessária para que tenham por parte das autoridades a garantia

da terra. O MASTES, depois de um pedido de despejo da justiça, atua juntos com os ocupantes de modo a impedir ação, tanto que duas pessoas foram encarregadas de ir a Curitiba encontrar com autoridades estaduais, realizando, inclusive, encontro com o governador no dia 05 de dezembro de 1983, conversas com deputados, sempre na companhia de um representante da CPT, e entrega às autoridades de um documento seguido de abaixo-assinado reivindicando que a ação de despejo não seja realizada e que o INCRA desaproprie a Annoni para fins de reforma agrária, informando que, na área, foram plantados vários produtos agrícolas que estão por ser colhidos (ALERTA, 1983d)

O MASTES mostra ainda a resistência dos ocupantes da Annoni na luta por outros direitos, como estradas e pontes, escolas, segurança na área. Uma proposta também articulada na ocupação e enviada ao INCRA era de que as terras ocupadas para a prática da agricultura visando à obtenção de recursos para o desenvolvimento e sustento devem ser pagas pelos sem-terra, porém, sem recursos imediatos para a aquisição, solicitam que o INCRA apresente um plano de pagamento considerando o valor das prestações anuais compatível com a produção retirada da terra, respeitando dois anos de carência e oito prestações fixas anuais. Ainda sobre a atmosfera de possível despejo, entidades como a Diocese de Palmas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, Paróquias de alguns municípios, ASSESOAR, CPT, Comissão Regional dos Sem-terra do Oeste catarinense e o MASTES unem-se em um manifesto de apoio aos ocupantes no sentido de que o desejo marginalizaria socialmente 648 famílias, cerca de quatro mil pessoas, aumentando ainda mais os problemas que a sociedade enfrenta (ALERTA 1984c; ALERTA 1984d; ALERTA 1984e).

A ocupação da Fazenda Annoni com todas as suas dificuldades, resistências e lutas, trabalhos coletivos, hortas e açudes comu-

nitários, além das negociações e embates nem sempre harmoniosos com autoridades governamentais e órgãos do Estado, também sofreu disputa na sua transformação. Quinze anos após a ocupação, a escolha do nome do assentamento remete à luta simbólica. Conforme ata elaborada pelos trabalhadores em reunião do dia 27 de março de 1999, o assentamento deveria chamar-se João de Paula para lembrar o mártir da luta, que foi morto a mando dos pretensos donos da terra em 1983, porém o nome escolhido foi o da vontade do INCRA em homenagear um dos seus servidores, José Eduardo Raduan. O Assentamento, hoje, é formado por dez comunidades (CALLEGARI, 2015).

A mediação assumida pelo MASTES no início do processo de ocupação e acampamento da Fazenda Annoni, além de organizar os sem-terra em um movimento definitivamente regional, também fez o MASTES mediar, desde o início, outras ocupações, como foi o caso da Fazenda Imaribo em Mangueirinha, primeira ocupação organizada pelo movimento.

Em junho de 1984, o MASTES elabora uma carta aberta entregue a Paulo Somer, coordenador do INCRA, em nome de aproximadamente nove mil famílias de agricultores sem-terra do Sudoeste do Paraná. A comissão regional do movimento solicita solução para o problema da terra, enfatizando que não há mais comida na mesa do pobre, que a miséria está crescendo na beira das cidades e que o agricultor não quer emprego na área urbana, quer terra para produzir alimentos, pois a comida do brasileiro não é a soja. A carta aberta enviada ao coordenador do INCRA ainda concluiu, com base na reunião realizada nos dias 07 e 08 de abril de 1984, com as comissões municipais do movimento, que as terras a serem redistribuídas devem ser as terras do governo, tanto devolutas como públicas, as terras mal ocupadas e improdutivas, as grandes áreas pertencentes a estrangeiros ou pro-

fissionais liberais, comerciantes, industriais, isto é, terra de gente que não precisa dela para sobreviver e terras das empresas e grupos econômicos em geral, com a determinação de um módulo máximo de 100 hectares, relatando que aguardam uma solução pacífica para o problema para não se chegar ao objetivo pela via da violência. A resposta da coordenação do INCRA foi de que a solução do problema cabia ao próprio movimento e é então que surge a decisão: “ocupar as terras que não estão produzindo nada além de dinheiro”. A primeira ocupação mediada pelo MASTES foi nas terras da Fazenda Imaribo S/A, firma madeireira localizada no município de Mangueirinha, na madrugada do dia 22 de junho de 1984, e contou com a participação de 81 famílias do Sudoeste, em um total de 481 pessoas. Na chegada à fazenda, os sem-terra tiveram resistência para entrar na área dos funcionários da madeireira, de modo que não conseguindo impedi-los, chamaram os donos da firma e a polícia militar, entretanto, a negociação foi de que poderiam permanecer no local até no dia 25, uma segunda-feira (ALERTA, 1984a).

No dia 28 de junho, uma comissão de cinco acampados da Imaribo foi até Curitiba expor as autoridades e órgãos governamentais as suas propostas, sendo lá taxados de ladrões, invasores, mentirosos, criminosos e merecedores de cadeia. O INCRA e o Instituto de Terras e Cartografia do Paraná (ITC) solicitaram que a comissão apresentasse um projeto de colonização para que o INCRA aprovasse o reassentamento, ao cabo que o projeto foi entregue pelos sem-terra, que, no dia 03 de julho, voltaram a Curitiba para acompanhar o andamento do processo. Receberam apoio de deputados, do Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, e do Comitê Estadual dos Sem-Terra do Paraná e de representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Novamente, solicitaram a

desapropriação da área e receberam a devolutiva de que as reivindicações seriam atendidas pelos órgãos responsáveis (ALERTA, 1984b). Depois de oito meses, a vitória foi, essa a constatação do MASTES, quando a Fazenda Imaribo foi desapropriada no dia 15 de janeiro de 1985, pelo presidente da República, João Figueiredo, para reassentamento dos sem-terra em uma área de 10 mil hectares que ficou conhecida como Vitória da União. Um dos destaques, observado pelo próprio movimento e por demais entidades e instituições que atuaram na ocupação da Imaribo, foi a participação decisiva das mulheres na conquista da terra, tanto no enfrentamento com a polícia como na participação em comissões internas no acampamento (ALERTA, 1985)

Conforme relata o *Alerta* de janeiro de 1985, foi por meio de encontros, reuniões, estudos e debates que os trabalhadores perceberam que estavam sem terra pelo modo como está organizada a sociedade sob a égide do capitalismo, e não por má vontade ou preguiça dos agricultores. “No sistema Capitalista, a classe dos ricos, a classe dos grandes, rouba a terra dos trabalhadores (através dos preços baixos, financiamento, grilagem) para poder explorá-los mais, fazendo-os boias-frias, meeiros, parceiros” (ALERTA, 1985). Essa é a afirmativa do movimento em uma clara definição de classe em uma experiência já vivida na luta pela terra nos acampamentos e no trabalho de base, por meio de reuniões, estudos, reflexões, mediadas pelo MASTES, que desenvolve a consciência de classe diante dessa luta travada e da decisão de que a saída encontrada para a situação vivida era juntar-se, organizar-se e ocupar, conforme os pressupostos de Thompson (1984), de que a classe não existe sem luta, muito pelo contrário, ela só tem existência no desenvolvimento das lutas históricas.

É isso que observamos na trajetória dos movimentos sociais pela terra no Sudoeste, especialmente do MASTES, que também

se encaixa na mediação, na circularidade entre teoria ou reflexões teóricas e empirismo, na luta concreta ou no sofrimento concreto que se levantam nas discussões com os sem-terra, criando uma representação coletiva no processo de mediação do MASTES com os sem-terra, por meio de estratégias ou trabalho de base que determinam posições e relações que constroem para o grupo ou classe um ser-percebido constitutivo de sua identidade, como defende Chartier (2002). Nessa divisão de classe criada pela consciência de classe, que, por sua vez, surge com a luta de classes, as classificações entre aliados e inimigos fica evidente. Entre os inimigos, o MASTES classifica o INCRA, políticos, latifundiários e ricos em geral, além de padres, sindicatos de trabalhadores rurais *pelegos*, cooperativas e a própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), que atrapalharam e prolongaram o sofrimento. No outro lado, declara, como aliados, aqueles que contribuíram com alimentos, medicamentos e ajudaram no desenvolvimento da consciência e organização, “os pequenos em geral”, vários sindicatos de trabalhadores rurais, alguns padres e pastores, a ASSESOAR, prefeitos e vereadores da região (ALERTA, 1985; BATTISTI, 2003).

Uma luta e exigência do MASTES e que são recorrentes em suas manifestações é que as terras da reforma agrária para os sem-terra da região fossem no estado do Paraná e não em outras regiões do país como aconteceu na forçosa migração dos sem-terra para o centro-oeste e norte do país, em que projetos de colonização do INCRA estavam sendo realizados (ALERTA, 1984a). Desde 1983, a afirmação da terra para o sem-terra do Sudoeste no próprio estado aparece na crítica aos projetos de colonização do INCRA no norte, onde agricultores da região estavam sendo levados. Em agosto de 1983, aconteceu a transferência de famílias de municípios como Francisco Beltrão, Pranchita e Enéas Marques

para o Projeto Juma, no Amazonas, com capacidade para sete mil famílias, com a promessa de que o INCRA cederia lotes de 40 a 60 hectares, comprometendo-se em construir casas de madeira, barracos, bem como infraestrutura básica, como estradas, escolas, ambulatórios, destinando seis meses de salário mínimo por família, além do transporte até o local. 238 famílias do Sudoeste foram transferidas para lá (SCHREINER, 2002).

Os projetos de colonização do INCRA no norte e centro-oeste do país são colocados como soluções possíveis para a falta de terras no Paraná, tendo recebido a contraposição do MASTES que afirmava existir propriedades ociosas no próprio estado e que as famílias poderiam ser assentadas. Essa reivindicação foi levada ao então governador José Richa, que, na campanha eleitoral, comprometera-se com a Reforma Agrária, e ao Secretário da Agricultura, Clauss Germer, que se colocou, de forma enfática, contrário à transferência dos agricultores aos projetos de colonização. Em visita ao Projeto Dirigido Pedro Aleixo, próximo a Rio Branco no Acre, o secretário relatou a ausência de infraestrutura mínima, falta de assistência técnica, escolas precárias e forte presença de malária nos agricultores, relatando que os projetos são campos de massacre para os colonos que são levados para lá pela inexistência mínima de condições de sobrevivência, entretanto, pela grande pressão da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Paraná (FETAEP), o secretário pediu demissão em agosto de 1986 (SCHREINER, 2002).

Para o Projeto Juma, foi enviada uma comitiva de três ônibus com 27 famílias do Sudoeste, incentivados por propagandas de prefeituras e de alguns sindicatos dos trabalhadores rurais da região. Chegando lá, os camponeses foram postos debaixo de uma lona e, observando a terra arenosa, desanimaram, alguns queriam voltar, entretanto, os motoristas dos ônibus informaram que esta-

vam proibidos de transportar o pessoal novamente para a região Sudoeste. Os sem-terra iam para os projetos porque lhes eram prometidos lotes de 100 hectares, água boa, casa, médico, demais assistência, e com a fala de que lá se produzia de tudo, porém, os relatos dos que retornaram contrariam a propaganda. Uma mulher relata que voltou porque ficou desamparada com quatro crianças depois que o marido foi levado a um hospital a 450 quilômetros de onde estavam e, depois disso, não tiveram mais notícias do homem, indo atrás dele, receberam, na chegada, a notícia de que ele já havia morrido de malária e estava enterrado há alguns dias. Outros relataram que retornaram porque lá não tinha água, apenas uma lagoa com água parada para beber e lavar roupa e para onde se olhava só se avistava uma areia que era de “doer as vistas de branca” (ALERTA, 1983a; ALERTA, 1983b).

Essas experiências do posicionamento de reivindicar terras no Paraná também deram uma identidade ao movimento no sentido de não desenraizar os agricultores ou forçá-los a migração em uma região que não conheciam e seriam novamente à frente da frente da expansão como foram, quem sabe, seus pais ou avós que, aqui no Sudoeste, chegaram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina com o discurso de impossibilidade de se conseguir terras em seus estados de origem.

O que fica claro nesse processo, mesmo que apresentado sucintamente, é que o MASTES, embora atrelado a um contexto evidentemente hostil aos pobres do campo, não surge espontaneamente. A ação de mediadores para além da base social foi fundamental para que um movimento se estabelecesse, se consolidasse de maneira autônoma e, posteriormente, evoluísse na perspectiva relacional de um movimento maior que atualmente assume proporções globais. É esse processo que alterna escala, subjetividade e materialidade, que procuramos evidenciar a partir

do MASTES, mas que é elemento importante para a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais de luta pela terra.

REFERÊNCIAS

BATTISTI, Elir. *Agricultura familiar e cidadania: os embates da ASSESOAR*. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2003.

CALLEGARI, Ricardo. *Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan*. 2015. (Dissertação de Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2015.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Universidade Ufrgs, 2002. p. 69-80.

NEVES, Delma Pessanha. Apresentação. In: NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, 2008a. p. 7-19.

PRANDO, Alzemiro. A Ocupação do Espaço rural do Sudoeste do Paraná a partir dos Movimentos sociais e da Luta dos Trabalhadores Rurais. *Geoiingá: Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia*. Maringá, v.2, n.2, p. 28-53, 2010.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. São Paulo: 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In. *Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase*. Barcelona: Crítica. 1984, pp. 13-61.

FONTES

ALERTA. *Comissão Regional dos Sem Terra*: setembro, 1983a.

ALERTA. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste*: novembro, 1983b.

ALERTA. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste*: dezembro, 1983c.

ALERTA. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste*: abril, 1984a.

ALERTA. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste*: junho, 1984b.

ALERTA. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste*: junho, 1984c.

ALERTA. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste*: julho, 1984d

ALERTA. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste*: agosto, 1984e.

ALERTA. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste*: janeiro, 1985.

MASTES, MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ. *Objetivos*. Marmeleiro-PR, 1983.

MASTES. *Encontro dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná*. 04/05, abril, 1983.

A LUTA CONTRA A BARRAGEM DE MACHADINHO (1980)

*Gabriel Tamanchieviz Argenton
Humberto José da Rocha*

Este trabalho discute a mobilização social de populações locais ante a possibilidade de instalação de uma usina hidrelétrica (UHE) na década de 1980, sob a perspectiva da mediação para o estabelecimento de um Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O epicentro ou o caso concreto a partir do qual discutiremos a mediação para a mobilização social contrária à instalação de uma obra de grande escala, que está situada na bacia hidrográfica do Uruguai, especialmente na região do Alto Uruguai. Os imigrantes poloneses, no Brasil desde 1869 e instalados nas “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul desde 1889, ocuparam esse extremo Norte do estado entre os anos de 1905 e 1911, quando as terras já demarcadas registravam ocupações dispersas de brasileiros (GRITTI, 2004; VIANNA JR., 2012). Duas comunidades dessa região servem como referencial empírico da pesquisa, Lajeado Pepino (no município de Paim Filho) e Carlos Gomes (emancipado desde 1988, na época distrito do município de Viadutos), ambas no extremo Norte do Rio Grande do Sul, nas margens opostas do rio Apuaê, onde, na sua foz, estava planejada a instalação da UHE Machadinho para início dos anos 1980.

No pós-segunda guerra, os vencedores, sobretudo os norte-americanos, impuseram uma política expansionista que, na perspectiva rural, concretizou-se mediante a “internacionalização do processo de produção através do controle e modificação dos processos biológicos de produção que determinam o rendimento, a estrutura, a maturação e absorção de nutrientes pela planta e sua compatibilidade com os insumos industriais” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 34), que chegaria ao Brasil na década de 1960 através da famigerada “Revolução Verde”.

Nesse contexto, sob a égide militar, prevaleceu uma política de “modernização conservadora” no que se referia ao rural brasileiro. Nessa perspectiva, o campo seria adequado às necessidades macroeconômicas e industriais no sentido da liberação de mão de obra, criação de mercado e expansão das exportações, procurando manter apenas uma quantidade relativa de alimentos. As questões fundiárias e de trabalho no campo seriam relegadas a um plano secundário, desconsiderando a existência de uma “questão agrária” brasileira (DELGADO, 2005, p. 55). Gradativamente, essa política intensificou-se através do “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, isso tudo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período” (DELGADO, 2005, p. 58).

A desconsideração da questão agrária comprometeu a sobrevivência dos agricultores familiares da região sul em função da tendência de concentração da propriedade da terra e o esgotamento da fronteira agrícola. Para além da perspectiva agrícola, essa questão agrária ganha contornos ainda mais dramáticos quando analisada sob a perspectiva de aprofundamento da relação entre agricultura, indústria e exterior. Ocorre que a configuração geográfica destacou o alto potencial para exploração hidrelétrica da região em função dos vales, destacando os rios Paraná, Iguazu

e Uruguai e seus afluentes. A conformação socioeconômica (espírito capitalista, propriedade privada da terra, *ethos* do trabalho, busca de riqueza) e cultural (valores comunitários e religiosos) predominante na fronteira Sul do Brasil foi elemento que condicionou a região como um berço potencial para movimentos de contestação da realidade daquela época. É nesse ponto que nos concentramos para analisar a mobilização social a partir da mediação sobre a questão hidrelétrica, que acaba sendo parte de uma questão maior, uma questão agrária.

Sob a luz desse processo modernizador, a ELETROSUL publicou, em outubro de 1979, um “Estudo do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai”, prevendo a instalação de 25 usinas hidrelétricas na referida bacia (22 em território nacional e três na fronteira com a Argentina), significando que grandes áreas de terra seriam inundadas na região. Para os agricultores familiares locais, naquela época, além do problema do abatimento dos suínos, somava-se a ameaça de expropriação. As duas primeiras hidrelétricas a serem instaladas seriam a de Itá e Machadinho (destacada no mapa). A partir disso, as mobilizações comentadas anteriormente nos três estados do sul, de certa forma, contribuíram para uma mediação contra um processo modernizante que então se desenvolvia em lugares concretos de lutas, a dizer, as regiões de Itá e Machadinho. Então, estruturou-se um movimento social contra essas barragens, o que analisaremos enfatizando o caso da UHE Machadinho.

Seguindo o que havia sido projetado para a bacia do Uruguai, durante os anos 1980, teve início a execução das obras, concretizando os temores das populações locais. Começaram intensos enfrentamentos e negociações entre essas populações atingidas e a ELETROSUL. A UHE Machadinho seria a primeira daquele Plano a ser executada e logo se percebeu a mobilização de resis-

tência por parte dos atingidos. O distrito de Carlos Gomes (então município de Viadutos) e a comunidade de Lajeado Pepino (município de Paim Filho) destacavam-se por suas ações bem executadas, que contribuíram na estratégia que a CRAB propunha para forçar negociações com o Presidente da ELETROSUL na região que seria alagada. Quase quarenta anos depois das prisões e expulsões, realizamos entrevistas com lideranças e atingidos que atuavam na época com o objetivo de entender quais os fatores que constituíram esse cenário de embates¹.

A principal mobilização, fruto de uma comoção local na defesa pelas terras que seriam alagadas e da aproximação étnica polonesa, aliava-se às práticas organizativas fomentadas pela CRAB, setores da Igreja Católica, sindicatos e outras entidades. A preocupação principal estava no fato de estarem sendo desenvolvidos trabalhos de engenharia sem tratativas de indenizações ou reassentamentos, conforme ratificado pela Ata nº1 do livro da Comissão Municipal de Atingidos por Barragens do Município de Viadutos. Desde o início dos trabalhos de demarcação, os colonos reagiram, como explica Alberto Cervinski (Entrevista), morador de Lajeado Pepino: “a grande preocupação era porque eles já tinham demarcado, que nem o Gerônimo diz, a cota da água. Aonde é que ela ia alagar, eles entravam nas propriedades [...], muitas vezes sem pedir ou que era obrigado a deixar eles entrar”.

Um fator importante para o fortalecimento das ações era a unidade que havia entre as duas comunidades que, mesmo em municípios diferentes, têm ligação em função de estarem nas margens opostas do rio Apuaê. Além disso, as questões étnicas-polonesas também se evidenciaram para essa união, conforme explica o mesmo entrevistado:

¹ As entrevistas foram realizadas pelos autores durante o mês de dezembro de 2020, no âmbito do projeto de pesquisa “Mediações para movimentos sociais no Sul do Brasil”.

a gente tinha muito vínculo, né. De religião, Igreja, rezar em polonês, missa em polonês. Todo mundo tinha isso e o pessoal tinha na cabeça muito essa preocupação: isso aí vai acabar, né? Cada um vai pra um mundo? Não sei pra onde vai. E automaticamente se criou essa resistência (Alberto Cervinski, Entrevista).

Desde o início, os contatos entre a ELETROSUL e os atingidos sempre foram muito instáveis. Geralmente, a empresa não cumpria os acordos que estabelecia com os colonos, que, em sua visão, conforme reiterado por Henrique Stempkowski (Entrevista), não poderia haver “nenhum trabalho no rio, sem uma prévia do reassentamento e indenização”. Essa foi a principal demanda que norteou as ações das duas comunidades onde a mobilização acontecia *paripassu* par e passo, conforme veremos a seguir.

Carlos Gomes era a única parte urbana que seria atingida pela UHE Machadinho, à época, o pequeno distrito ribeirinho pertencia ao município de Viadutos (RS). No ano de 1982, foi formada uma Comissão Municipal de Barragens de Viadutos, que era organizada em conjunto com a CRAB² para repasses das instâncias e discussões sobre questões de interesse local. A partir daquele ano, intensificou-se a participação das comunidades que seriam atingidas no entorno de Carlos Gomes.

Nas primeiras atas da comissão, estão descritos os preparativos para a realização da VI Romaria da Terra, no dia 15 de fevereiro de 1983, com o lema “Águas para vida e não para morte”. A Igreja sofria grande influência do Concílio Vaticano II, que tinha, na América Latina, seus respaldos nas Conferências de Medellín

² Essa mobilização já corresponde ao que mencionamos anteriormente sobre o estabelecimento de uma Executiva Regional pela CRAB. Segundo Henrique Stempkowski (Entrevista), “não era mesmo uma comissão municipal, era organizada com a CRAB eu acho, [...] e cada município tinha um representante”.

(Colômbia) e Puebla (México). As Romarias da Terra aderem-se nesse movimento de renovação da Igreja para um olhar aos pobres e oprimidos (DALLAGNOL, 2009, p. 27). Naquela Romaria da Terra em Carlos Gomes, a Igreja organizou intervenções durante a “Via Sacra do Povo”, buscando relacionar os colonos como vítimas do capitalismo, tomando, como principal culpado, a ELETROSUL. Conforme relata Izidoro Hoinoski (Entrevista), o distrito foi escolhido para receber a romaria “pelo fato de ser ponto de referência, um município pobre, e pro povo tomar conhecimento maduro do que tava acontecendo, né. Na verdade, assim, depois daquilo Carlos Gomes se destacou várias vezes”.

Retomando os enfrentamentos, destacamos que, no dia 15 de agosto de 1985, técnicos da ELETROSUL que foram realizar levantamentos sobre a canalização da água foram “atropelados”, expulsos por moradores da localidade (VIANNA JR., 1992, p. 24). No dia 19 de agosto de 1985, aproximadamente, sessenta ou setenta moradores locais também “atropelaram” mais técnicos em serviço para a ELETROSUL, sendo que a autoria já é designada para a Comissão de Atingidos de Carlos Gomes (VIANNA JR., 1992, p. 24). Essa ação foi importante para a série de enfrentamentos que ocorreu nessa região ao encorajar outros atingidos que temiam, sobretudo, ações de repressão em função do cenário de ditadura militar que, embora mais brando, permanecia no Brasil. Neste sentido, ocorreu outro enfrentamento com o “atropelamento” de cinco funcionários da ELETROSUL em Carlos Gomes, no dia 28 de julho de 1986. A ação ocorreu nas terras de Onofre Osowski e os funcionários expulsos do local foram escoltados até Erechim, onde foi notificada a imprensa (Ata nº 25, 1986).

A fase de radicalização da resistência foi assinalada por Henrique (Entrevista) ao recordar que, em uma reunião com a ELETROSUL, descobriu-se que um dos acordos de reassentamento e

indenização não seria cumprido. Ao pronunciar-se naquela ocasião, o atingido lembra ter dito: “eu acho que nós já temo lutando há muito tempo e temo sendo enganado muitas vezes, eu acho que nós temos que fazer uma limpa, arrancar todos os piquetes, todos os marcos³”. Assim, estabeleceu-se uma estratégia de resistência histórica na luta contra as barragens, o arrancamento de marcos. Conforme informou Izidoro Hoinoski (Entrevista), no dia 7 de agosto de 1986, foi realizada uma manifestação “em comemoração à arrancação dos marcos”, organizada pela Comissão de Atingidos que bloqueou a estrada de ligação entre Carlos Gomes e Lajeado André, interior do município (VIANNA JR., 1992, p. 27).

Na outra margem do Rio Apuaê, no município de Paim Filho (RS), outro ponto importante de luta contra a UHE de Machadinho mobilizava-se. Essa defesa das terras era motivada, principalmente, pelos moradores mais antigos. Adelmo Cervinski (Entrevista) recorda que sua avó, ao incentivar a participação da família, afirmava que “tem que ir por que vão ser que nem nós, nós fomos atropelados da Polônia pra cá, vocês vão ser atropelados pela água”⁴.

Relembrando as primeiras mobilizações na região, o entrevistado expõe que “em 1982, 83 saiu um boato que iria sair uma barragem aqui e que fizeram uma reunião em Carlos Gomes, mas depois eles [os mediadores] começaram a passar em todas as comunidades, esse grupo de pessoas avisando que iam ser atingidas”. Também destacava-se o nível de participação da comunidade, com preocupação em envolver as pessoas e integrá-las na luta. Além disso, em referência à organização pela CRAB, o entrevis-

³ Esses “marcos” eram feitos de madeira ou concreto e serviam de marcação para as cotas de inundação e delimitação de trabalhos topográficos e de engenharia pela ELETROSUL.

⁴ Esse apelo reforça a ideia de uma coesão social baseada, sobretudo, no componente étnico-cultural, o que Vianna Júnior (1992) analisa na perspectiva de um “sistema polonês”.

tado explicou que foram destacados “dois líderes de cada comunidade, [que] recebiam a informação e vinha pra comunidade e informava a comunidade. Então o pessoal tava tudo informado do que se passava passo a passo” (Entrevista).

No dia 20 de Julho de 1987, um funcionário da Aerosul, empresa que prestava serviços técnicos para ELETROSUL, foi “preso”, retido por lideranças locais enquanto trabalhava na manutenção dos marcos de medição. Alberto (Entrevista) afirma que “nós vimos ele passar e daí alguém comunicou nós que tavam colocando um marco”. Complementando a questão, o entrevistado lembra que “quando fomos lá e prendemos, um já começou a articular toda a comunidade e a comunidade vizinha do outro lado do rio (Carlos Gomes)”, reafirmando a articulação e unidade entre as lideranças da região. Após a “prisão” do funcionário, ele foi levado até o salão da comunidade, onde se reuniu um grande número de pessoas da comunidade que se demonstrava irritado com sua presença. Assim, logo que anoiteceu e já com diversas lideranças locais presentes, decidiu-se por levá-lo para Carlos Gomes⁵.

Com a chegada de lideranças da CRAB, foi proposta a devolução do funcionário no escritório da ELETROSUL em Erechim, a fim de conseguir uma reunião na região com o Presidente da empresa (VIANNA JR., 2012, p. 100). Às 5 horas da manhã do dia seguinte, dois caminhões carregados de pessoas saíram da comunidade em carreatas, seguindo um cortejo com o objetivo de entregar o funcionário no Escritório da ELETROSUL em Erechim. Chegando em Erechim, o funcionário foi entregue, sendo exigido uma conversa com o chefe do escritório da ELETROSUL para validar as reivindicações, organizando uma comissão de negociações sob a coordenação de Henrique Stempkowski

⁵ Conforme pontuou Adelmo (Entrevista): “um grupo sentou de frente e decidiu retirar ele daqui. Tava muito quente a coisa e medo que a polícia vinha também”.

(VIANNA JR., 2012). Essa ação foi decisiva para um recuo da ELETROSUL, que, a partir desse e dos outros enfrentamentos, começou a perceber que não seria fácil instalar a barragem na região. Os anos seguintes foram de apreensão e mobilização da população atingida em função de notícias desencontradas. A vitória dessas comunidades só foi comemorada em 1998, quando a UHE Machadinho começou a ser instalada a aproximadamente sete quilômetros acima (montante) da foz do rio Apuaê, onde fora anunciada no projeto inicial.

Aloise May (Entrevista) lembra-se quando oficialmente decidiram que a barragem teria seu trajeto alterado. Ele expôs que: “foi decidido que a barragem ia sair mais lá pra cima, e saiu. Lá fizeram a barragem. Só que daí, não atingiu esse rio aqui.” Complementando o assunto, Izidoro Hoinoski (Entrevista) diz que “também, nós já tinha comprado o eixo, né.” Ocorreu que, em determinado momento dos enfrentamentos e negociações, o movimento acabou comprando a área onde seria instalado o eixo da hidrelétrica. Lembrando esse episódio da compra, o agricultor Aloise May (Entrevista) recorda que:

eles (ELETROSUL) ‘cuspiram’ pra nós numa mesa⁶ que eles iam vender [a região destinada ao canteiro de obras] e nós já apertamos eles no preço, valor e que nós ia ser os comprador [...] Nós já encaramos eles lá e foi lá que eles não correram do brique. [...] Depois que nós compramos o canteiro de obras nós começamos a dormir mais sossegados” tornando vitorioso o embate político que foi travado durante todos esses anos.

⁶ A expressão “cuspiram pra nós em uma mesa” seria uma maneira informal para explicar que foi contado em uma reunião. Na entrevista, entende-se que a informação não foi dada de forma proposital.

O episódio da compra da área que seria destinada ao canteiro de obras e, posteriormente, ao eixo da usina hidrelétrica pode ser considerado por duas perspectivas: primeiro, uma ação estratégica do movimento social que comprou e parcelou a propriedade da área entre vários atingidos, o que dificultaria uma eventual negociação ou mesmo desapropriação; depois, o fato de a ELETROSUL aceitar vender a área estratégica pode revelar antecipadamente a mudança de planos da empresa em relação ao projeto. Seja qual for o entendimento, o fato é que foi o marco vitorioso do enfrentamento, a partir do qual os agricultores passaram a ficar mais tranquilos.

Então, o projeto da UHE Machadinho foi relocado para outro ponto do mesmo rio Uruguai, onde não seriam afetadas tantas famílias. A nova localização do eixo da hidrelétrica ficou a aproximadamente 1,2 quilômetros abaixo (jusante) da foz do rio Inhandava (Forquilha), na divisa entre os municípios gaúcho de Maximiliano de Almeida e catarinense de Piratuba (Figura 1). Néspoli e Pizzato (2007), ao apresentarem notas técnicas sobre a UHE Machadinho, resgatam uma cronologia de eventos importantes na instalação do projeto hidrelétrico, dentre os quais é possível perceber a importância das mobilizações sociais para a sua mudança de rumo. Segundo os autores, o projeto vinha sendo elaborado desde 1966, sendo que, em 1982, foi aprovado um projeto básico que estabelecia o ano de 1993 para início das obras na foz do Apuaê, local contestado pelas mobilizações que retratamos anteriormente. Os autores destacam a “Revisão do Projeto Básico, sob responsabilidade da ELETROSUL, entre 1986 e 1989, para levar em conta ocorrências hidrológicas excepcionais registradas entre 1983 e 1984” (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007, p. 25). No item seguinte da cronologia, os autores registram o “Documento de Acordo entre a ELETROSUL e Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), em relação às Usinas Hidrelétricas de Itá

e Machadinho, assinado na cidade de Erechim (RS) em 29 de outubro de 1987” (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007, p. 25).

Relacionando a cronologia apresentada pelos autores com o histórico que trouxemos sobre as mobilizações, especialmente nas localidades de Lajeado Pepino e Carlos Gomes, é possível discutir em que medida essas “ocorrências hidrológicas” aconteceram simultaneamente ou mesmo representariam algo secundário em relação ao que podemos chamar de “ocorrências sociológicas” (atropelamentos, expulsões, cercos e prisões de funcionários) que acabaram por determinar a redefinição do eixo da UHE Machadinho⁷. De qualquer forma, esses eventos e essa vitória ajudaram a consolidar o protagonismo da CRAB na mediação da questão hidrelétrica, inicialmente, na bacia do Uruguai e, posteriormente, em escala mais ampla.

A CRAB COMO MEDIADORA: DO LOCAL AO GLOBAL

Embora tenhamos nos concentrando no caso da UHE Machadinho, as lutas frente à hidrelétrica de Itá e articulações em Itapiranga-SC, por exemplo, foram conferindo visibilidade e autonomia para a CRAB, inicialmente, na bacia do Uruguai e, aos poucos, assumindo proporções globais. Prova disso foi que, ainda em 23 de janeiro de 1986, através das Portarias n^o 86 e 87, o Ministério das Minas e Energia previa a participação de representantes da CRAB em “Grupos de Trabalho” que avaliariam os impactos da construção das hidrelétricas de Itá e Machadinho (MORAES, 1996, p. 151).

⁷ Seguindo a mesma cronologia, a construção da UHE Machadinho no novo eixo começou em 2 de março de 1998, tendo o enchimento do reservatório a partir de 28 de agosto de 2001 e início da operação comercial em 16 de fevereiro de 2002 (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007, p. 19).

Meses após a última “prisão” de funcionários da ELETROSUL em 1987, a CRAB estabeleceu um marco histórico na luta contra as barragens. A assinatura do já referido acordo entre a CRAB e a ELETROSUL (ratificando o documento PRE-692/86, de 07/10/1986) em 29 de outubro de 1987. Nos termos do documento, ficava acordado que “nenhuma obra” seria realizada “dentro dos rios sem prévia indenização ou reassentamento dos atingidos de cada barragem, Itá e Machadinho”, além de estabelecer que as famílias atingidas seriam compensadas mediante três alternativas: a) “terra por terra, mediante a apresentação de áreas quantas necessárias, preferencialmente na região, ou nos três estados do Sul, com características agrícolas e infraestrutura não inferiores às áreas atingidas”; b) “indenização por dinheiro com a participação dos atingidos na determinação dos preços das terras e benfeitorias”; e, c) “garantia de participação em projetos de reassentamento para todos os sem-terra atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, em áreas dos três estados do Sul, com características agrícolas e infraestrutura não inferiores às atingidas pelas barragens” (BRASIL, 1987).

Este foi um marco histórico não só para a consolidação da CRAB como mediadora, mas para a questão das barragens em âmbito global, pois esses itens passaram a ser considerados nos processos de instalação de hidrelétricas subsequentes em todo país. Em âmbito regional, o Rio Grande do Sul seguia a normativa do Ministério de Minas e Energia e, em 1989, a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul previa no art. 28 das “Disposições Constitucionais Transitórias”, que:

Dentro de noventa dias da promulgação da Constituição, o Poder Executivo formará grupo de trabalho, com participação igualitária de representantes da Comissão Regional dos Atingidos pelas Barra-

gens, para, junto com a sociedade em geral e com a comunidade científica, proceder a amplo debate público sobre o Projeto Energético Brasil ano 2001, suas repercussões para o Rio Grande do Sul e alternativas a sua implantação (RIO GRANDE DO SUL, 1989)⁸.

Dessa forma, a partir das Portarias Ministeriais, Constituição Estadual, garantia de participação em Grupos de Trabalhos e do Acordo com a ELETROSUL, a CRAB firmava-se como representante legítima da causa na bacia hidrográfica do rio Uruguai. Para além da bacia, o Plano 2010, elaborado pela ELETROBRAS, previa a construção de cerca de 200 usinas hidrelétricas pelo país, logo, a evolução e a consolidação do movimento social acontecia paralelamente à apresentação de novos projetos hidrelétricos em diferentes lugares do Brasil. A abordagem da questão das barragens em escala nacional fica evidenciada no “I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens”, organizado em Goiânia (GO) entre os dias 19 e 21 de abril de 1989, quando se decidiu pela organização de um movimento em âmbito nacional.

Em março de 1991, na cidade de Brasília, ocorreu o “I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens”, em que se oficializou o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB). Dessa forma, a CRAB passou a responder como MAB/Região Sul e, embora continuasse organizada na estrutura apresentada anteriormente (Comissões Locais e Regionais), a partir daquele momento, passaria a compor um movimento nacional. Importante salientar, na liderança nacional do movimento, o protagonismo dos militantes sulinos que atuaram nos casos de Itá e Machadinho é notório.

⁸ Importante mencionar que esse artigo foi tornado sem efeito em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 179/STF, DJ de 28/03/2014.

Outra importante mudança de escala de atuação do MAB tem como referencial temporal o mês de maio de 1993 por ocasião da I Conferência da “Via Campesina”, em Mons, na Bélgica. A abrangência internacional da Via Campesina ratificou e consolidou uma aproximação do MAB com organizações camponesas de pequenos e médios produtores, mulheres rurais, comunidades indígenas, sem-terra, jovens rurais e trabalhadores agrícolas migrantes dos cinco continentes (VIEIRA, 2011). Essa articulação internacional do MAB refletiu-se no “I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens”, que reuniu atingidos de mais de vinte países na cidade de Curitiba-PR entre os dias 11 e 14 de março de 1997. Naquele encontro, além de discussões em torno da luta contra as barragens, instituiu-se o dia 14 de março como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens e pelos Rios, pela Água e pela Vida.

O protagonismo internacional do MAB também ficou evidente quando do estabelecimento da Comissão Mundial de Barragens (CMB). Apoiado pela Organização das Nações Unidas através do Banco Mundial, essa Comissão foi instituída em 1998 reunindo membros de diferentes partes do mundo e com diferentes perspectivas de conhecimento para discutir a temática das barragens em escala mundial. Dois anos depois, foi publicado o relatório final, propondo diretrizes gerais para o processo decisório para a instalação dessas obras de grande escala. O militante Sadi Baron, oriundo do oeste de Santa Catarina, participou como representante do MAB nesse espaço e o relatório passou a orientar os processos futuros em escala global.

Os anos 2000, especialmente na bacia do Uruguai, foram de intensos enfrentamentos do MAB ante projetos como Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó, apenas para citar as maiores obras. Nesse cenário, o sistema elétrico bra-

sileiro já funciona sob a égide do mercado e as parcerias públicos-privadas (PPP) exigem do MAB repertórios diferentes para o enfrentamento em cada hidrelétrica e no conjunto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. “*Documento de Acordo entre Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. – ELETROSUL e Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB, em relação às usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho*”. Erechim-RS, 29 de Outubro de 1987.

DALLAGNOL, Wilson. *As Romarias da Terra no Rio Grande do Sul: um povo a caminho da “terra prometida”*. Porto Alegre: Gráfica La Salle, 2002.

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. pp. 51-90.

ELETROSUL. *Bacia hidrográfica do Rio Uruguai: estudo de inventário hidroenergético*. [s.l.]: ELETROSUL, CNEC, 1979.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

MORAES, Maria Stela Marcondes de. *No rastro das águas: pedagogia do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978-1990*. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1994.

MORAES, Maria Stela. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

NÉSPOLI, Regina Stela; PIZZATO, Roberto. (Orgs.). *Usina Hidrelétrica Machadinho: Memória Técnica*. Florianópolis: NPE/UFSC, 2007.

VIANNA JÚNIOR, Aurélio. *Prisão em Lajeado Pepino: uma ação social contra barragem de Machadinho*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2012.

VIANNA JÚNIOR, Aurélio. *Etnia e Território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens*. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

VIEIRA, Flávia Braga. *Dos proletariados unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*. São Paulo: Alameda, 2011.

REDE AGROECOVIDA:
tessitura de novas relações produtivas

Vitor Lopes
Matheus Fernando Mohr
Naira Estela Roesler Mohr

A emergência de movimentos sociais no Brasil foi fundamental na conquista de direitos e no processo de formação política de seus integrantes, movidos por distintas pautas, com díspares reivindicações, múltiplas correntes filosóficas, religiosas e políticas. Em outras palavras, são as diversas conflitualidades e causas que justificam as demandas dos movimentos, seja por melhores condições de trabalho, na luta por terra, por moradia, contra a discriminação racial e de gênero, por questões ambientais, garantia dos direitos humanos e da dignidade cidadã, dentre muitas outras. Esses processos reverberam atos e coesões políticas, no mesmo tempo em que revelam as opiniões contrárias entre os diversos grupos sociais, de tal forma que esses movimentos indicam caminhos e deliberações que os múltiplos grupos defendem.

No caso deste estudo, o foco está na articulação de grupos sociais que se propõem, para além do debate, da denúncia e da reivindicação, buscar a organização e comercialização produtiva em contraposição ao modelo hegemônico de agricultura. Trata-se da organização e atuação de grupos de produtores pertencentes à Rede de Agroecologia Ecovida.

No esforço de contextualizar e discutir a ação desses grupos, entendemos como relevante situar elementos e fatores fundamentais para a emergência do modelo agroindustrial, incidindo também na conformação e reorganização dos territórios, em especial, o caso do Brasil. Uma importante análise dá-se em relação à escala geográfica e socioespacial, pois o arranjo materializa-se com peculiaridades em dada territorialidade e como isso impacta a produção de alimentos.

Num segundo momento, destacamos a relação entre movimentos sociais do campo e a Agroecologia em sua perspectiva ampla, considerando a necessidade de projetar a forma social para além da esfera produtiva. Neste sentido, importa refletir sobre as bases em que estão pautadas as relações humanas nas propostas agroecológicas, referendando que são incompatíveis com formas de opressões entre os pares, principalmente relacionadas às mulheres.

Por fim, realizamos um recorte da região sul do país para mencionarmos sobre a Rede Ecovida e explicitar sobre os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC). Eles complementam-se e promovem a certificação da produção agroecológica, estabelecem uma importante ferramenta técnica, política, econômica e social de fortalecimento para os sistemas agroecológicos e demais produções ecológicas alimentares. É fundamental a compreensão das redes, circuitos produtivos e de consumo alimentares para propiciar elos entre a cadeia produtiva e o consumo final.

Além de evidenciar as práticas e modos, as técnicas utilizadas, e os espaços de comercialização, é possível e necessário ampliar e aprofundar o debate sobre a Segurança Alimentar Nacional e Soberania Alimentar. Esses eixos correlacionam e possibilitam perspectivas entre o movimento social do campo e o

envolvimento com a Agroecologia, fomentando maior articulação entre aspectos em disputa, considerando a produção agrária, agrícola hegemônica e seus impactos ambientais.

PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS: NECESSIDADE OU CONSEQUÊNCIA?

Refletir e discutir sobre produção alimentar significa remontar um quadro da coletividade humana, isto é, um longo processo de aproximadamente 12 mil anos, tempo geológico conhecida como Holoceno, idade histórica marcada pelo surgimento da agricultura. Esta, por sua vez, foi uma prática revolucionária que possibilitou os assentamentos e a gênese social, de tal modo que instituiu um marco na condição antropológica e, no mesmo tempo, marcas na paisagem. Assim, pensar em produção alimentar transcende a noção de produção agrária ou simplesmente de sistemas de comercialização e consumo, pois, quando consideramos esses aspectos como prioritários, geramos um reducionismo de séculos de conhecimento, alicerçado nas práticas de distintos povos em diferentes lugares.

Distintas análises podem contribuir para com a discussão dos fatores que explicam o desenvolvimento das forças produtivas até o estado atual, porém, para este estudo, entendemos como fundamental situar o caso brasileiro.

Na contemporaneidade, a agricultura industrial representada pelo Agronegócio, sistema produtivo hegemônico configurado na cadeia alimentar e nas *commodities*, tem foco e centralidade na expansão de suas cadeias de monocultivo para geração de energia e grandes exportações de carne, existindo, para isso, uma intensa mecanização e utilização de insumos industriais nessas culturas (soja, milho, cana-de-açúcar), com crescimento da transgenia.

Neste aspecto, o atual modelo intensifica a produção desigual do espaço, implicando a questão latifundiária, sobretudo, fragilizando e marginalizando o debate da Soberania Alimentar.

Outro fator importante para o debate é a questão da produção de lucro a partir da produção de excedentes alimentares, demonstrado na perspectiva da atual organização da produção agrário/agrícola que amplifica a desigualdade alimentar e nutricional, propiciada, de um lado, a um contingente específico que não participa enquanto força de trabalho, ou seja, não tem renda/salário para comer por estar desempregado e, de outro, para uma parcela trabalhadora que ganha de maneira insuficiente para consumir esses bens, que são básicos para a manutenção da vida.

No campo das técnicas, podemos situar algumas inovações científicas como o desenvolvimento dos fertilizantes sintéticos, como desencadeamento da indústria bélica. No início do século XX, desenvolveu-se a síntese da amônia, o que traria implicações significativas para o incremento industrial. Em 1906, foi publicado o Teorema do Calor por Hermann Walter Nernst (1864-1941), hoje conhecido como 3º Lei da Termodinâmica, estudos que foram fundamentais para sintetizar a amônia, segundo Chagas (2007). Para esse autor, os estudos e trabalhos dos pesquisadores Fritz Haber (1868-1934) e Carl Bosch (1874-1940) tiveram contribuição fundamental para esse processo, além, como dito, das questões que se refletiram na indústria bélica.

A partir desse contexto, é possível delinear o início e a organização da produção dos agroquímicos, de tal modo que o processo demográfico e a espacialização da população mundial são fatores relevantes para essa produção técnico-científica. Além disso, é importante mencionarmos a configuração Positivista desde o século XIX, movimento epistemológico que moldou com muita influência a ciência e o panorama sociopolítico da época até os dias atuais.

No avanço das décadas de 1960 e 70, com a intensificação da mecanização do campo, iniciou-se um processo de reconfiguração no mundo e, principalmente, nos países com economia proeminente agrário/agrícola de exportação, fato gerado pelo fenômeno nomeado por “revolução verde” que implicou o aumento do êxodo rural em diversos locais. No Brasil, esse mesmo movimento tem papel de influência entre o rural e a formação do urbano, somando-se à perspectiva da intervenção militar para ampliação e tecnificação do território, período marcado como meio-técnico-científico, que vai até o fim de 1970. Já entre os anos de 1980 e 1990, foi constituído o meio-técnico-científico-informacional com a chamada Globalização, incorrendo na renovação da materialidade do território, segundo Santos; Silveira (2006 p. 52-5).

Em relação aos usos dos agroquímicos e agrotóxicos, existe uma rica bibliografia com pesquisas e estudos de diferentes instituições e universidades (PINHEIRO, 1985; BOMBARDI, 2012) que alerta sobre as problemáticas da saúde ambiental e humana. Nesse ponto, trazemos apenas um compilado de alguns temas sobre esse assunto, relacionando às especificidades com o já delineado, de modo a não reduzir, tampouco esgotar o assunto. Na obra *Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória* de Moraes (2019), são trazidos importantes elementos e considerações sobre a política da regulação dos agrotóxicos e a expansão destes no Brasil, em comparação com a utilização em outros locais do mundo, com dados entre 2001 e 2017, que apontam um questionamento muito relevante, “Agrotóxicos são, ao mesmo tempo, insumos agrícolas e produtos perigosos, razão pela qual devem ser regulados pelo Estado. Contudo, se evidências científicas sobre impactos de agrotóxicos são universais, por que a sua regulação varia de país para país?” *Ibidem* (p. 7).

A partir das contribuições do livro supracitado, fica explícito o caráter político governamental de diversos interesses econômicos hegemônicos, que detém parte da indústria química e farmoquímica, o que é bem detalhado no capítulo 2 “A política da regulação de agrotóxicos”, apontando os processos políticos institucionais sobre a regulamentação dos agroquímicos:

Isto implica que os custos de transação de uma eventual captura regulatória são maiores em comparação aos casos em que custos ou benefícios são concentrados, dada a maior facilidade de mobilização de interesses. Por esse motivo, grupos que concentram custos ou benefícios tendem a defender direitos exclusivos, os quais podem ser apropriados por seus membros (Stigler, 1971; Croley, 2000; Olson, 2009; North, 1990). Este tipo de configuração favorece o surgimento de um tipo de política que James Q. Wilson denominou de *entrepreneurial politics*: trata-se de uma situação em que um grupo pequeno e concentrado pagaria os custos da regulação (produtores de agrotóxicos e produtores rurais) enquanto um grupo grande e disperso (a sociedade como um todo) se beneficiaria. A introdução de regulações dependeria, neste caso, do trabalho de *entrepreneurs*, os quais precisariam catalisar interesses difusos (MORAES, 2019, p. 11).

O autor menciona as influências desses interesses difusos, seja no direito do consumidor, na saúde pública, meio ambiente ou direitos dos trabalhadores rurais, em vista dos conflitos e contrapartidas nesse processo. Em consonância com a questão sanitária, Pignati *et al* (2017) produziram um importante artigo, intitulado *Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde*. Nesse estudo, realizaram análises de dados do SIDRA/IBGE e do DATASUS no

período de 2015, para elaboração de material de fortalecimento para a Vigilância em Saúde, em razão dos impactos gerados pelos agrotóxicos. Assim, listam os princípios ativos mais utilizados e as patologias ligadas à saúde e demais impactos no ambiente.

Os resultados mostraram o predomínio de área plantada dos cultivos de soja, milho e cana-de-açúcar no país. Isso reflete a política desenvolvimentista brasileira voltada principalmente para a produção de bens primários para exportação. Esta “comoditização” gera impactos na saúde pública, atinge vastos territórios e envolve diferentes grupos populacionais quando comparado a uma agricultura camponesa, agroecológica e familiar, Carneiro *et al* (2015). As discrepâncias regionais na produção agrícola acompanham um processo tecnológico e de incentivos fiscais de exploração e uso da terra que seguem coexistindo com as fragilidades nas legislações ambientais, controle social e com políticas que favorecem este modelo químico-dependente. Para Bombardi (2012) a alta produtividade agrícola do agronegócio brasileiro é responsável, em termos totais, pelo maior consumo de agrotóxicos, de modo que os cultivos de soja, milho e cana, juntos, respondem por praticamente 70% de todo seu uso no Brasil. O presente estudo constatou que estes três cultivos corresponderam a 82% de todo o volume de agrotóxicos utilizados no país no ano de 2015. [...]. Para Altieri (2012), os monocultivos transgênicos podem influenciar o aumento de consumo de agrotóxicos, como o herbicida glifosato usado nas lavouras de soja RR (Roundap Ready) tolerante a este produto. A consequência disto é o surgimento de resistência de pragas também aumentando o consumo de outros tipos de agrotóxicos. Diante das constatações das emergências fitossanitárias será autori-

zado uso de agrotóxicos, anteriormente proibidos pelos órgãos regulatórios, que são comprovadamente tóxicos para organismos vivos, como o caso do inseticida Benzoato de emamectina, Brasil Lei nº 12.873/2013 (PIGNATI *et al* 2017, p. 3287).

Nesse delineamento pautado pelas autorias trazidas, é possível compreender brevemente as influências da consolidação do chamado agronegócio e como ele reestruturou a noção da produção alimentar e, substancialmente, daquilo que compreendemos como alimentação. Permanecemos com partes significativas de grupos específicos, em regiões específicas do mundo, onde a fome e a miséria ainda revelam-se de modo gritante¹. Além do aumento de doenças no decorrer do século XXI, tais como: o alto índice de obesidade, pressão alta, diabetes, osteoporose, enfim, inúmeras outras, tendo como causa direta a alimentação², ou seja, as populações nascidas no século atual são as “filhas e filhos” desses hábitos alimentares produzidos pela cadeia hegemônica alimentar. Podemos perceber a relação dos impactos danosos gerados no ambiente e em nossos corpos, processos exógenos e endógenos. Os *fast-food's*, os multiprocessados, os produtos fritos e açucarados têm relação direta sobre essas doenças³.

Para além dos impactos nutricionais na vida humana, esse modelo alimentar que prioriza a produção mercadológica gera danos irreversíveis ao planeta, acelerando a dificuldade de reposição natural dos nutrientes do solo, acarretando um efeito bola

¹ Para maiores informações, consultar: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1297922/> e o Relatório na versão virtual: <https://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html>.

² Para maiores informações, consultar: <https://www.paho.org/pt/topicos/alimentacao-saudavel>.

³ Para maiores informações, consultar: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-12-2020-oms-reve-la-principais-causas-morte-e-incapacidade-em-todo-mundo-entre-2000-e> e <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1735642>.

de neve sobre as questões imediatamente ligadas à fertilidade da terra, bem como sobre a democratização dos espaços socioterritoriais moldados pela lógica da propriedade privada dos meios de produção, também da terra.

No sentido de discutir possibilidades de contraposição é que situamos a ação dos movimentos sociais ecológicos.

MOVIMENTOS SOCIAIS AGROECOLÓGICOS E NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES

A partir do exposto sobre a dinâmica do uso da terra e da disputa agrária provocada entre o grande latifúndio e as pequenas e médias unidades agrícolas, localizamos que a agroecologia e demais movimentos da agricultura ecológica vêm trazendo importantes contribuições e acúmulo significativo em termos da pesquisa teórica e prática sobre noções saudáveis da produção alimentar, tanto para o ambiente quanto para diferentes povos de distintos lugares e regiões. Como uma ciência em construção, a agroecologia, e suas variadas bases teóricas e metodológicas, envolve práticas de produção alimentar, movimentos populares, educação popular e formulações para o desenvolvimento rural sustentável, como apontam Moreira; Carmo, 2004 (p. 48-9).

No contexto da perspectiva agroecológica, ressaltamos a relação direta entre a Soberania Alimentar e produção saudável, em razão do fomento do desenvolvimento rural sustentável. Para a construção dessa análise, é importante entender a dimensão da escala geográfica entre os fluxos e circuitos de produção de pequena e média escala. Nesses espaços, estão os potenciais da geração alimentar que é consumida diretamente (frutas, verduras/hortaliças, tubérculos, leguminosas, oleaginosas, entre outros).

Podemos, também, problematizar a questão do latifúndio e o padrão da terra agrícola, levando-se em consideração a estrutura do relevo, topografia, tipologia do solo, classificação climática e variação fitossociológica.

Como a agroecologia é um campo vasto e assume distintas abordagens, ressaltamos a questão da qualidade e da conservação dos solos, base para produção dos agroecossistemas. A abordagem sobre os solos e a necessidade de práticas agroecológicas para o equilíbrio da manutenção ecológica e saudável entre a fertilidade do solo - micro biota - fauna edáfica - rizosfera - sucessão geocológica é pautada proeminentemente por Ana Primavesi, importante pesquisadora da Agroecologia. Salientamos seu livro: *Cartilha do Solo: como reconhecer e sanar seus problemas* (2009), quando traz bases essenciais para o reconhecimento dessa perspectiva, ou seja, esse caráter assume a visão a partir da saúde do solo, sua condição física, química e biológica, isto é, a biologia e ecologia do solo como processos fundantes dessa corrente.

Neste sentido, os agroecossistemas são pautados nos ciclos geocológicos de energia, matéria e informação entre as cadeias tróficas e energéticas. Esses princípios formulam perspectivas de produção agroalimentares ecológicas, em consonância com o trabalho dos e das produtoras e o caráter científico. A dimensão que envolve esses eixos é a Educação Popular, com forte influência dos movimentos e organizações sociais, tais como a Via Campesina⁴; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST⁵, o Movimento das Mulheres Camponesas – o MMC⁶ e a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA⁷, dentre outros.

⁴ Disponível em: <https://viacampesina.org/en/>.

⁵ Disponível em: <https://mst.org.br/>.

⁶ Disponível em: <https://www.mmcbrasil.com.br/site/>.

⁷ Disponível em <https://aba-agroecologia.org.br/>.

Assumimos, dessa forma, a necessária discussão entre a Soberania Alimentar e o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável, vinculado com os distintos meios de produção ecológica. Ressaltamos, ainda, diferentes modelos de produção, notadamente conhecidos por agroecossistemas, sendo que estes estruturam o planejamento de uma determinada área, em consonância com a variação das culturas agrícolas respectivas. Assim, esses modelos propiciam interfaces entre direito humano à alimentação adequada, Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional. Mas, para além desse cuidado, a perspectiva agroecológica convoca a discussão sobre os processos que permeiam todas as relações, inclusive no interior das unidades familiares, tais como a divisão sexual do trabalho, as tomadas de decisões e a participação dos diversos espaços.

A dinâmica do trabalho camponês carrega, de forma acentuada, a lógica do *patriarcado*, que, por sua vez, tem sido funcional ao modelo capitalista de exploração. É também reconhecido nas observações imediatas do cotidiano doméstico e apresentado em relatos de mulheres que vivem no campo, quando identificam que, em geral, as tomadas de decisões prioritárias são realizadas pelos homens, enquanto a execução e cumprimento das demais tarefas cabem ao restante da família.

Notadamente, a produção de alimentos, na perspectiva da diversidade, tem uma relação forte com o saber feminino. Impossível ignorar que parte da ciência agroecológica produz-se a partir do conhecimento de gerações de mulheres que, mediante uma relação muito próxima com a natureza, desenvolveram importantes descobertas e disseminação de cultivos e manejos. Em suas atividades diárias, foram realizando observações, refletindo sobre regularidades de fenômenos, acumulando/partilhando experiências e, gradativamente, inserindo transformações que

possibilitaram o desenvolvimento cada vez mais aperfeiçoado da vida. Porém, nem sempre observamos esse reconhecimento sobre o papel importante do trabalho com a terra, pensado e executado pelas mulheres produtoras.

Estima-se que o trabalho feminino tem representado importante parcela do desenvolvimento do arcabouço teórico-prático da agroecologia. Para além da discussão na esfera produtiva dos alimentos, de maneira ampla e complexa, a participação de mulheres tem pressionado a problematização em torno de outras questões, tais como: violência, direitos humanos, saúde, educação, autonomia, divisão do trabalho, entre outros.

Essa dimensão transformadora da realidade é bastante evidente no MMC, por exemplo, quando, no mesmo tempo em que denunciam a destruição da biodiversidade pelo modelo capitalista, também apresentam alternativas de produção diversificada e saudável.

Neste sentido, pautar uma perspectiva mais ampla da agroecologia significa, também, a construção de relações mais justas e igualitárias entre os próprios/as produtores/as, para que opressões raciais, de gênero e de classe possam ser cada vez mais reduzidas. Nesse círculo de aperfeiçoamento das mulheres e na luta por direitos diversos, outras dimensões educativas vão se gestando, refletindo-se no fortalecimento dos grupos já organizados e na perspectiva de uma ampliação do entendimento sobre as questões envolvidas. Dito de outra forma: se é na práxis que o indivíduo forma-se e transforma-se, evidenciamos um papel pedagógico primordial das mulheres na sua participação como produtoras ecológicas vinculadas aos movimentos sociais.

Em nível econômico, no que se refere à cadeia produtiva alimentar, ainda persistem diversas dificuldades para a pequena e média produção, seja de unidade familiar ou em centros/grupos/

cooperativas. Os elos entre produção, circuitos de comercialização, consumidores e produtores formulam uma integração entre produção agroecológica e geração de alimentos, mas ainda sofrem regulação direta da estrutura de mercado. Neste aspecto, as tensionalidades dos processos vinculados ao mercado merecem maior reconhecimento, tais como: infraestruturas básicas para produção, acompanhamento e assistência técnica, garantia/certificados de qualidade, tempo limite para comercialização dos alimentos perecíveis. Destacamos apenas alguns eixos gerais que englobam distintas realidades de famílias e associações/cooperativas que, porventura, permeiam essas fragilidades.

Assim, pensar em construção de centros ou cooperativas agroecológicas e de alimentação saudável tem relação direta com esses eixos apresentados. Num primeiro momento, potencializam espaços de trocas e fortalecimento de redes entre produtores(as) com ampla variação alimentar. Paralelo a isso, cria-se fomento para assistência técnica e grupo de encontros para troca de partilhas e vivências. Em conjunto, ampliam-se possibilidades para estabelecer elos para resolução de infraestrutura básica e operacional para produção, os processos para participação dos sistemas de certificação orgânico/agroecológicos dos(a) membros(a), além de promover circuitos de comercialização e redes para o/a consumidor(a). Neste sentido, esses espaços podem servir de núcleos de expansão e fortalecimento para formulações da Segurança Alimentar e Nutricional em seus locais de origem.

Ainda que as relações de mercado existam e permeiem as relações entre o produtor e o consumidor, a produção de alimentos da agricultura familiar e da agroecologia e o comércio através de circuitos curtos de comercialização reforçam outro tipo de relação, mais humana e que deve conside-

rar toda a rede complexa em que a alimentação está envolvida. Da agricultura familiar provém a maior parte dos alimentos da população brasileira, e a agroecologia está cada vez mais sendo assumida como modelo de produção por essa categoria, a fim de prover alimentos saudáveis e que não agridem o ambiente nem a saúde do trabalhador, visto que não utiliza insumos químicos. Além disso, reforça as relações de sociabilidade entre os agricultores, fortalecendo o seu papel de ator social na cadeia agroalimentar (FONINI; LIMA, 2013, p. 205).

Nessa perspectiva, entendemos sobre como a formação desses núcleos potencializam e dinamizam espaços que reverberam em movimentos de luta pela terra, alimentação saudável, defesa dos povos do campo, tradicionais e/ou remanescentes.

A partir desse contexto, ressaltamos a importância da produção agroecológica, uma vez que é pautada em sistemas produtivos, organizativos, econômicos, alimentares, ecológicos. Neste aspecto, são sociais e políticos, haja vista desde as formas de produção dos Agroecossistemas até a comercialização e consumo dos alimentos e, por isso, é fundamental que exista a ampliação e divulgação dessas políticas públicas mencionadas para fomento e fortalecimento dos núcleos da produção familiar e agroecológica. Assim, esses movimentos integram a questão do desenvolvimento rural sustentável e da Segurança Alimentar Saudável, a caminho da Soberania Alimentar e do direito à terra.

ARTICULAÇÕES DO/AS PRODUTORES/AS EM AGROECOLOGIA

Para tratarmos sobre as possibilidades de articulação dos produtores em torno da agroecologia, trazemos o debate acerca dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica no Brasil (SPG) e os Organismos Participativos de Avaliação de Con-

formidade (OPAC). Trazemos, como recorte, a Rede Ecovida de Agroecologia, seu histórico e sua contribuição para a consolidação do debate relacionado aos sistemas de certificação agroecológica, explicitando o contexto da sua regionalização e influência na formação de outras redes, apresentando e dialogando sobre como esses processos são resultado de lutas e reivindicações dos movimentos do campo (agricultura familiar, cooperativas, sindicatos rurais, movimentos sociais, produção ecológica e agroecológica, entre outros), estabelecendo uma abordagem dialética entre movimentos do campo - agroecossistemas - certificações agroecológicas.

Para essa construção, pautamo-nos em uma recente obra que trata sobre a temática, intitulada *Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências* (2020), que traz, em seus primeiros capítulos, importantes contribuições que auxiliam a consolidar o debate acerca da questão. Vale destacar a Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009 (IN 19/09), que visa “aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica”, estabelecida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – (MAPA), órgão responsável por esse acompanhamento e regulamentação. Assim, estabelece, em seu artigo 69, que os Sistemas participativos de garantias -SPGs se caracterizam pelo controle social, pela participação e a responsabilidade de todos os membros no cumprimento dos regulamentos da produção orgânica.” E considera, ainda, que os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade - OPAC’s, em seu artigo 2º, no parágrafo VIII, que:

Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC): é uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), constituindo na sua estrutura organizacional uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos,

ambos compostos por representantes dos membros de cada SPG (MAPA, 2009).

Na tabela a seguir, apresentamos a relação da criação dos SPG's e o credenciamento desses nos OPAC's, quando destacamos os seis primeiros sistemas, instituídos por ordem do ano da origem da primeira formação, com a respectiva indicação da Unidade Federativa de atuação, remontando um quadro com os marcos organizativos da configuração desses processos no Brasil. Neste sentido, demonstra o histórico de luta dos movimentos do campo percussores para construção nesse âmbito, além das regiões núcleo dessas ações, partindo delas para a formalização institucional. Assim, demonstra-se a relação direta entre os movimentos sociais do campo com a respectiva luta pela Soberania Alimentar e Saudável.

NOME DO SPG	UF DE ATUAÇÃO DO OPAC	CONSTITUIÇÃO DA REDE	CRENCIAMENTO DO OPAC
Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO	RJ - MG	1985	2010
Associação de Agricultura Ecológica AGE	DF	1989	2018
Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região – ANC	SP - MG	1991	2010
Associação Terra Indígena do Xingu ATIX	MT	1994	2015
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica – ABD	SP	1995	2011
Associação Ecovida de Certificação Participativa – Ecovida	PR - SC - RS	1998	2010

Tabela 1. Início dos Sistemas Participativos de Garantia no Brasil.
Fonte: Adaptada de (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020, p. 11-2).

A partir da tabela, é possível perceber as regiões pioneiras para a formação dos sistemas de qualidade ecológica, principalmente o recorte histórico, ou seja, demonstra uma análise do período e do espaço em que esses movimentos estão se consolidando. A primeira, marcada na região sudeste e a segunda, no epicentro político do país, também o sudeste e a área central do território nacional, ainda numa época em que a configuração socioterritorial e política estava passando por mudanças estruturais. No caso da região sudeste, nos estados de SP, MG e RJ, destaca-se pela presença das Associações. Outro elemento relevante é em relação ao processo legal de fortalecimento da agricultura familiar, em 1996, sendo que antes dessa Lei, já haviam sido criadas e fortalecidas cinco Associações presentes em distintos locais do país.

Nas duas últimas décadas da virada do século XX, esses processos foram estabelecidos em uma nova configuração de produção agroalimentar, quando, próximo dos anos 2.000, a Rede Ecovida fez uma integração da região sul do país. Interessante entender as articulações e as influências que determinadas Associações configuraram para a criação de outras. Importante, também, é a compreensão da formação de caráter consultivo, avaliativo e fiscalizador que os sistemas de garantia cumprem nas unidades agroalimentares envolvidas em seus respectivos núcleos. Isso demonstra a necessária integração entre o envolvimento da produção e o consumo.

Para a compreensão do processo histórico da Rede Ecovida, vale destacar que, até os anos de 1950/60, a base econômica do Brasil era agroalimentar, sendo que a maior parcela da população vivia no espaço rural, assim como na região sul. Porém, a configuração dos sistemas de produção alimentar era pautada pela agricultura tradicional, com influência de experiências das populações ameríndias, caboclos e os grupos europeus da Alema-

nha, Itália, Polônia, etnias que formam a base cultural dos estados sulinos. Ainda nessa época, a base da agricultura era produzida pelo trabalho manual na terra e o cultivo das áreas agrícolas para alimentação direta que se dava sem *commodities* e agroquímicos.

Esse é um importante recorte do contexto rural da região sul do Brasil, processo que começou a sofrer alterações no período dos anos de 1960/70, com o início da chamada Revolução Verde, décadas marcadas pelo avanço da intensificação de maquinários no campo, sementes padronizadas, adubos industriais e agrotóxicos, que tiveram grande contribuição para o êxodo rural, principalmente pelo incremento e intensificação da formação dos grandes latifúndios. Posteriormente, nas décadas de 1970/80, iniciou-se um processo de maior urbanização brasileira que modela e reconfigura o espaço socioterritorial. Nesse processo, em pouco tempo, ocorreram muitas mudanças no espaço, sendo que isso promoveu profundas transformações na dinâmica socioespacial da tessitura urbana e rural brasileira.

Nesse mesmo período, iniciaram-se movimentos na perspectiva da agricultura tradicional, para manutenção de seus territórios de luta pela terra, quando destacamos dois importantes movimentos, o Movimento Sem Terra - MST⁸ e o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB⁹. Ambos, com participação ativa no norte gaúcho, sudoeste catarinense e oeste paranaense, locais com maior relação entre os movimentos sociais mencionados, ressaltando a afinidade direta com os processos de luta no campo, à época. Paralelamente, a Agroecologia está em crescente produção técnica-científica e serve como base para fortalecimento dos movimentos nos estados do sul do país. Articulada a esses movimentos, a luta das mulheres trabalhadoras no/do campo foi bem

⁸ Consultado em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>

⁹ Consultado em: <https://mab.org.br/quem-somos/>

importante nessa região. O MMC¹⁰ é decorrente da mobilização de mulheres pertencentes a outros movimentos sociais, que, no ano de 1995, criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR. Na atualidade, esse movimento social possui abrangência nacional e caracteriza-se como: autônomo, democrático, classista, socialista, de luta e pela construção de novas relações de igualdade (MMC, 2021).

Neste sentido, compreendemos o fortalecimento e a trajetória da luta da terra no Brasil no contexto sulino, bem como a questão do latifúndio, permanência dos territórios, autonomia dos sistemas agroalimentares, dentre outras questões, compreendidas como elementos que constituíam a base desses conflitos rurais, de tal modo que as pautas e reivindicações eram formuladas na perspectiva da atuação popular. Isto é, a organização e deliberação autônoma desses sujeitos que atuavam nos espaços de ação também produziam os distintos quadros dos movimentos e, desse modo, constituíam os processos de base para formulação desses movimentos de luta agrária.

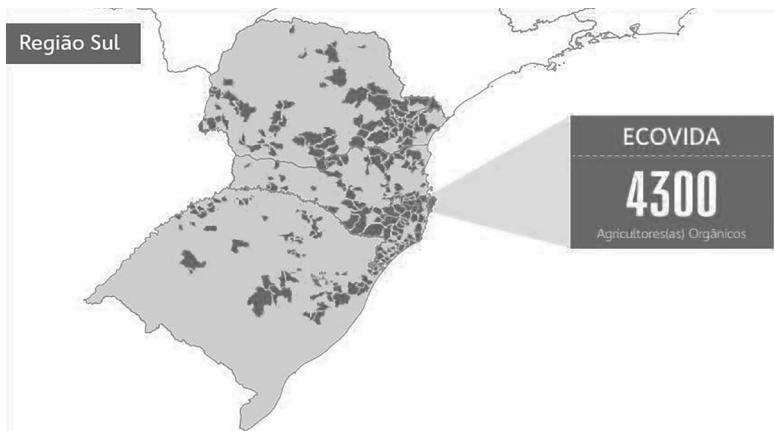
Neste aspecto, posteriormente, surge a necessidade de fortalecimento da organização agroalimentar do campo, entre as famílias, cooperativas e demais grupos que resistiam em produzir com base no agronegócio. É dessa forma que a Agroecologia serve como ferramenta e instrumento de luta e resistência, a partir dessa base em que a Rede Ecovida foi e é constituída, buscando o fortalecimento e a necessidade da permanência da vida no campo. O contexto urgente por alimentos saudáveis, pela manutenção dos sistemas ecológicos de produção e, fundamentalmente, por uma rede colaborativa entre a cadeia produtiva até o consumo final, fez com que:

¹⁰ Consultado em: <https://www.mmcbrasil.com.br/site/>

A Ecovida é uma referência mundial em SPG, tanto pela sua experiência com a certificação participativa que inspirou vários países, quanto por ser o maior SPG do Brasil em número de agricultores certificados e também em área de abrangência. Arroz, frutas, hortaliças e processados (sucos e geleias) são os principais alimentos certificados pela Ecovida (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020, p. 17).

Essa importante associação faz-se presente e é fortalecida de acordo com cada unidade produtiva que se agrega na tessitura da Rede, sendo assim, essa mesma estrutura cria esforços e continuidade de resistência na luta pela terra, de tal modo que os aspectos formativos baseiam-se na organicidade e no envolvimento entre as unidades cooperadas, sejam famílias ou demais entidades vinculadas à certificadora. Esse envolvimento é substancial em dois eixos básicos, o primeiro, pela produção agroecológica propriamente estabelecida e, com isso, tem-se a continuidade da produção dos alimentos saudáveis, o segundo é o engajamento e amplitude dos próprios certificados agroecológicos.

A seguir, apresentamos a distribuição dos municípios de abrangência do Sistema Participativo de Garantia Ecovida nos três estados da região sul. A partir dessa análise, é possível compreender a espacialização dos sistemas agroalimentares da Ecovida na região sul, bem como as áreas com base agroalimentares distintas, ou seja, os determinados polos produtivos de cultivos específicos. Desse modo, é que se configuram os circuitos de escoamento e os centros de comercialização, seja os de pequena, média e grande escala, isto é, a relação entre cadeia produtiva e a abrangência do consumo desses produtos.



Mapa 1. Grupos da Rede Ecovida. Fonte: Adaptado de (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020, p. 19).

O primeiro elemento de destaque é a escala geográfica, decisiva para análise e compreensão espacial, nesse caso, nas áreas com maior e menor concentração, é importante observar os distintos estados. Apresenta destaque no estado do Paraná, a região leste, abrangendo a região metropolitana de Curitiba e fazendo ligação com as regiões noroeste e sudoeste. Há uma outra, em menor grau, no extremo sudoeste do estado, configurando-se, dessa forma, uma ligação entre Curitiba, Londrina e Cascavel, onde percebe-se a concentração na área sul do estado.

Em Santa Catarina, na borda norte, é possível perceber os encontros entre os municípios de fronteira entre os estados, com proeminência no sentido centro-leste do quadrante norte. O maior adensamento abrange o Nordeste e a borda litorânea, sentido centro-sul, com pontos esparsados a Oeste. Assim, formam o eixo Joinville, Florianópolis, Chapecó. No Rio Grande do Sul, com menor quantidade de municípios, constitui-se um eixo, sentido centro-leste, que possui a maioria dos municípios, outro no norte-central no Alto Uruguai e, ainda, outro nas Missões, a noroeste. Esses eixos consolidam as conexões entre os polos gaúchos.

A Rede Ecovida se concretiza basicamente a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de ONGs e organizações de agricultores construídas na região Sul do Brasil. Sua formação oficial data de 1998, como resultado da articulação iniciada anos antes por essas entidades. Atualmente conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 340 grupos de agricultores (abrangendo cerca de 4.500 famílias envolvidas) e 20 ONGs. Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização.

Observamos que, embora recente, essa rede assumiu um protagonismo na questão da organização/comercialização da produção de forma ecológica, apontando para a necessidade de avançar em todas as dimensões relativas ao trabalho no campo, seja na maior espacialização dos processos produtivos, bem como no fortalecimento das pesquisas e práticas agroecológicas que ainda podem e devem constituir-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a trajetória dos movimentos sociais do campo no Brasil, mesmo com todas as dificuldades, verificamos que estes foram, e ainda são, responsáveis pela garantia de diversas conquistas. Além disso, na sua práxis, cumprem um papel formativo importante: tensionando a partir da ação, exercendo transformações nas condições objetivas (ou materiais) de seus integrantes e, no mesmo tempo, contribuindo para com o desenvolvimento de uma perspectiva de formação crítica da realidade. Esse processo de ação-conscientização é significativo no fazer dos movimentos sociais aqui tratados.

No caso da discussão agroecológica, o processo participativo foi fundamental para aprofundar diversos temas e enfrentar os desafios gerados pelo modo de produção excludente e opressor, que reduz a natureza e seus recursos a meras mercadorias.

Discutimos aqui a importância do estabelecimento da Rede Ecovida como estratégia de vida por meio de conexões entre os sistemas agroecológicos e a produção alimentar saudável, bem como a Soberania Alimentar dessas populações que produzem a partir dos agroecossistemas. Essa abordagem é um caminho em disputa, que confronta o modelo hegemônico agrário produtivo. Neste aspecto, a agroecologia pode materializar meios que permitam compreender outras lógicas de produção alimentar, avançando para as diversas dimensões da vida em sociedade.

Destacamos, ainda, que, para esse intento, tornou-se necessário transgredir formas autoritárias de produção, combatendo as diversas formas de opressão, dentre as quais destacamos a de gênero, bastante presente no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996*. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. República Federativa do

Brasil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012*. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2006. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2021.

CHAGAS, Aécio Pereira. *A síntese da amônia: alguns aspectos históricos*. Química Nova, v. 30, n. 1, p. 240-247, 2007.

FONINI, Regiane; LIMA, José Edmilson de Souza. Agrofloresta e alimentação: o alimento como mediador da relação sociedade-ambiente. In: STEENBOCK, Walter, et al. *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Curitiba: Kairós, 2013.

HIRATA, Aloísia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias. *Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

HIRATA, Aloísia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, Aloísia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias. *Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009. *Aprovar os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica*. Disponível em: <https://bit.ly/3ONG1kM>. Acesso em: 24 out. 2021.

MEIRELLES, Laércio. A Institucionalização do Sistema Participativo de Garantia no Brasil. In: HIRATA, Aloísia Rodrigues; ROCHA,

Luiz Carlos Dias. *Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

MMC, 2021. Disponível em: <https://www.mmcbrasil.com.br/site/>. Acesso em: 02/04/2021.

MORAES, R. F. *Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória*. Brasília: Ipea. 2019.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. *Agricultura São Paulo*, v. 51, n. 2, p. 37-56, 2004.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). *Folha informativa – Alimentação saudável*. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3nwlJku>. Acesso em: 17 mar. 2021.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). *OMS revela principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019*. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3yr58nh>. Acessado em: 17 mar. 2021.

TORRES, Eduardo Mc Mannis. *A evolução da indústria petroquímica brasileira*. *Química Nova*, v. 20, n. SPE, p. 49-54, 1997.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

ANACLETO ZANELLA

Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Vereador no Município de Erechim-RS. Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) no campus da UFFS Chapecó. Militante do Movimento Pro Universidade.

ELEANDRO DE MORAIS VIEIRA

Graduado em História pela Universidade Paranaense (2018). Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutorando em História pelo PPGH Unioeste. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Movimentos Sociais na Fronteira Sul”.

GABRIEL TAMANCHIEVIZ ARGENTON

Estudante do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza (Licenciatura), na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. Diretor de Movimentos Sociais da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE-RS Dr. Juca) na Gestão 2021-2023. Militante do movimento social Levante Popular da Juventude.

GABRIELA CARLA SYCHOCKY

Estudante de graduação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza (Licenciatura), na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

HEITOR ANTÔNIO PALADIM JÚNIOR

Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Desenvolveu projeto a partir de temáticas indígenas (Povo Xakriabá) e territoriais referentes ao Currículo Escolar. Educador em formação continuada de educadores/as em temas da questão agrária, campesinato (educação do campo) e educação indígena, educadores/as da reforma agrária, educação de Jovens e adultos, prática de ensino em geografia, currículo de Geografia. Assessora e produz materiais didáticos para EJA em editoras. Professor do Instituto Federal Sul de Minas Gerais.

HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA

Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e no Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Líder do Grupo de Pesquisa “Movimentos Sociais na Fronteira Sul” (UFFS/CNPq). Coordenador do Projeto “Mediações para Movimentos Sociais no Sul do Brasil”.

ISAAC GIRIBET BERNAT

Doutor em História pela Universitat de Lleida (Estado Espanhol). Desenvolve trabalhos nos temas: História Contemporânea, Ques-

tão Agrária, políticas públicas para o desenvolvimento rural em assentamento de Reforma Agrária, Educação do Campo e ação dos movimentos sociais (lutas e conflitos pelo uso e propriedade da terra; processos de auto-organização; resistência camponesa ao avanço das relações capitalistas). Pesquisador associado ao Departamento de História da Universitat de Lleida e Professor adjunto III do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão.

JACIR JOÃO CHIES

Engenheiro Agrônomo, Mestre Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Professor colaborador do curso de Agronomia Instituto EDUCAR/MST em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Erechim/PRONERA. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL.

JORGE VALDAIR PSIDONIK

Mestre em História pelo PPGH/UFFS. Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) no *campus* da UFFS Erechim. Militante do Movimento Pró Universidade.

JOSÉ ROQUE ROJAS

Técnico em Agroecologia. Graduando em Agronomia no Instituto EDUCAR/MST em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS/PRONERA. Militante do MST-PR.

LEIVI PEREIRA

Militante Indígena da Etnia Guarani da Terra Indígena do Mato Preto (Erebango-RS). Graduanda do Curso de Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

LUÍS FERNANDO CÔRREA DA SILVA

Professor e diretor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Erechim. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com Estágio Pós-Doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal.

MATHEUS FERNANDO MOHR

Técnico em Agropecuária, Licenciado em Ciências Agrícolas, Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento, Especialista em Agroecologia, Mestre em Agroecossistemas. Doutor em Educação Científica e Tecnológica. Docente no Curso de Educação do Campo na Universidade Federal da Fronteira Sul *campus* Erechim.

NAIRA ESTELA ROESLER MOHR

Graduada em Educação Física e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, políticas educacionais, educação não formal e processos formativos em agroecologia.

ROCHELI KORALEWSKI

Professora no Meta Pré-Vestibular e Enem. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Erechim. Pós-graduanda em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) de Belo Horizonte. Coordenadora nacional da Pastoral da

Juventude pelo regional Sul 3 da CNBB. Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

SAMUEL ZAMBON

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Erechim. Compõe a coordenação da Pastoral da Juventude da Diocese de Erechim e a coordenação regional da Pastoral da Juventude, representando a Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher.

SOLANGE TODERO VON ONÇAY

Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Doutora em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales Programa de Postgrado en Antropología Social (PPAS) e Doutoranda no Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora do Curso de Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus de Erechim/RS.

VITOR LOPES

Graduando em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) tem uma estreita relação com os movimentos sociais, sobretudo aqueles que atuam na perspectiva da justiça social. A instalação da instituição em 2009 na Fronteira Sul do Brasil é fruto de intensa mobilização social num cenário de oportunização política nacional. Além de retomar um processo histórico marcante, este projeto busca refletir acerca das possibilidades e desafios desta instituição articulando academia e militância no sentido da constância do papel social da Universidade Federal da Fronteira Sul nesta região sobretudo, num cenário adverso.

ISBN 978-658126625-7



9

786581

266257